

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO**

Angélica Kohls Schwanz

“A GENTE É DA ÁGUA”: CIDADANIA PAISAGÍSTICA EM TERRITÓRIOS
RIBEIRINHOS DO CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS-RS, BRASIL.

Santa Cruz do Sul
2025

ANGÉLICA KOHLS SCHWANZ

“A GENTE É DA ÁGUA”: CIDADANIA PAISAGÍSTICA EM TERRITÓRIOS
RIBEIRINHOS DO CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS-RS, BRASIL.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em “Território, Planejamento e Sustentabilidade”, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientador: Prof. Dr. Rogério
Leandro Lima da Silveira

Santa Cruz do Sul

2025

Angélica Kohls Schwanz

**“A GENTE É DA ÁGUA”: CIDADANIA PAISAGÍSTICA EM TERRITÓRIOS
RIBEIRINHOS DO CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS-RS, BRASIL.**

CIP - Catalogação na Publicação

Schwanz, Angélica Kohls

A gente é da água : cidadania paisagística em territórios
ribeirinhos do Canal São Gonçalo, Pelotas-RS/Brasil / Angélica
Kohls Schwanz. – 2025.

200f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de
Santa Cruz do Sul, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

1. Território-paisagem. 2. Fragmentação territorial. 3.
Cidadania paisagística. 4. Comunidades ribeirinhas. I. Silveira,
Rogério Leandro Lima da. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Angélica Kohls Schwanz

“A GENTE É DA ÁGUA”: CIDADANIA PAISAGÍSTICA EM TERRITÓRIOS
RIBEIRINHOS DO CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS-RS, BRASIL.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em “Território, Planejamento e Sustentabilidade”, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Professor Orientador – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dra. Cláudia Tirelli

Professora Examinadora – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dr. José Antônio Moraes do Nascimento

Professor Examinador – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Dra. Luana Pavan Detoni

Professora Examinadora – Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Professor Examinador – Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

À Aurora, meu raiozinho de sol.

AGRADECIMENTOS

A página de agradecimentos é quase tão difícil quanto a escrita da tese! São, pelo menos, quatro anos de pessoas e instituições que passam a integrar o nosso cotidiano. Assim, talvez seja injusta ao esquecer alguém, já que a memória se perde nesse percurso tão intenso.

Ao meu orientador Rogério Leandro Lima da Silveira, que desde o início do curso e até antes, se mostrou extremamente solícito e não mediu esforços para contribuir na construção desta tese. Sua generosidade em compartilhar conhecimento e proporcionar momentos de partilha nos mais diversos ambientes a suas orientandas(os) o fazem um ORIENTADOR no verdadeiro sentido da palavra. Sempre atento, mesmo nos momentos mais difíceis em que quase desisti, ele acreditou e me incentivou a continuar, tornando-se um grande amigo.

Agradeço ao PPGDR/Unisc, curso de excelência que me recebeu de forma tão acolhedora e assim estendo o agradecimento a todos e todas as(os) professoras (os) do Curso, pelas discussões online – estávamos em período de pandemia, que muito contribuíram para a minha formação em Desenvolvimento Regional.

Especial às (aos) professoras (es) que compuseram as bancas de qualificação e defesa: Profs. Ângela Felippi (PPGDR/Unisc), Prof. Claudia Tirelli (PPGDR/Unisc) e Prof. Luana Pavan Detoni (FAURB/UFPel - que se tornou amiga e companheira de lutas por uma cidade melhor e mais justa); Prof. Dr. Sidney Vieira (Geografia/UFPel) e Prof. José Antônio Moraes do Nascimento (PPGDR/Unisc) – cujas contribuições foram extremamente relevantes para o desenvolvimento da Tese e para futuras revisões e continuações.

Às (aos) colegas de turma, parceiras (os) na rotina das aulas e que tornaram essa caminhada muito mais leve e produtiva. Fomos nos conhecendo de forma presencial aos poucos, já que cursamos as disciplinas em período de pandemia. Sempre um momento de alegria ver presencialmente, pessoa que já conhecia tão bem!

Às comunidades ribeirinhas de Pelotas, que se dispuseram a conversar comigo e dividir suas angústias, alegrias, dores... Especialmente à Comunidade de Pescadores

Tradicionais da Barra, que me recebeu com um café e muitas histórias de pescadores (as).

Agradeço à CAPES/PROSUC pelo apoio financeiro, sem ele não seria possível a realização desta pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Por fim agradeço à minha família: meu pai Alexandre (pescador e auxílio logístico); à minha mãe Cecília (café e carinho); e às minhas irmãs Andréa (acolhimento para o estômago e para o coração) e Jezuina (apoio incondicional e revisões). Agradeço principalmente ao marido, que não surtou enquanto eu surtava e minha filha Aurora, que me ensina a cada dia, o que é o amor incondicional.

“A GENTE É DA ÁGUA”: CIDADANIA PAISAGÍSTICA EM TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS DO CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS-RS, BRASIL.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar os conflitos territoriais ao Longo do Canal São Gonçalo em Pelotas/RS, que, entre a cidade planejada e a cidade real, resultaram em um território fragmentado e excludente. A partir deste contexto, analisar como as reivindicações por direito à cidade e à paisagem, poderiam se constituir em uma ferramenta possível de se pensar o fazer-cidade, como alternativa aos modelos tradicionais de planejamento urbano e territorial. A pesquisa é alinhada às discussões contemporâneas sobre desenvolvimento regional que, consideram a região e as dinâmicas intrarregionais como uma forma de resistência à homogeneização dos espaços, que apaga os traços locais, ao mesmo tempo que exclui das decisões os que vivem às margens desse processo. Ao mesmo tempo, a luta desses diversos grupos, por reconhecimento e pelo direito de participar das decisões têm sido consideradas como uma alternativa aos modelos de planejamento *fora do chão*, descolados das realidades vividas. A paisagem ribeirinha, construída na relação profunda com o ser humano, e inseparável do território, adquire fundamental importância nesse processo, já que essas comunidades se formam e constroem sua cidadania, nas constantes lutas por permanecer e pelo direito de decidir sobre seus espaços. A pesquisa se constituiu a partir de uma abordagem construtivista de caráter qualitativo, buscando dar conta do conteúdo, ao mesmo tempo, técnico e sensível do tema. Para compreender as dinâmicas territoriais, bem como os conflitos presentes na área, foi feita uma análise documental e bibliográfica. A coleta de dados foi feita através das caminhadas etnográficas, caminhografias urbanas e entrevistas semiestruturadas com os moradores das comunidades, representantes do poder público (executivo e legislativo), universidades e ONGs e imagens da área. Como resultados destaca-se a complexa formação territorial às margens do Canal São Gonçalo, caracterizada, pelo movimento/fluidez das águas, das populações ribeirinhas, dos pescadores, contrastando com a rigidez dos planos, dos condomínios fechados, da legislação ineficaz, que em muitos momentos em consonância com os interesses mercadológicos, regulamenta e induz a exclusão e a segregação. Em contraponto, as populações ribeirinhas resistem e re(existem) no território-paisagem, e nesse movimento criam táticas de sobrevivência, se inscrevendo no campo da cidadania-paisagística, como ferramenta para se pensar o fazer-cidade.

Palavras-chave: Território-paisagem. Fragmentação territorial. Cidadania paisagística. Comunidades ribeirinhas. Pontal da Barra/Pelotas-RS.

“WE BELONG TO THE WATER”: LANDSCAPE CITIZENSHIP IN RIVERINE TERRITORIES ALONG THE CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS–RS, BRAZIL

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the territorial conflicts along the São Gonçalo Canal in Pelotas/RS, which, between the planned city and the real city, resulted in a fragmented and exclusionary territory. Based on this context, it analyzes how claims for the right to the city and the landscape could constitute a possible tool for thinking about city-building, as an alternative to traditional models of urban and territorial planning. The research is aligned with contemporary discussions on regional development, which consider the region and intraregional dynamics as a form of resistance to the homogenization of spaces, which erases local traits while excluding those who live on the margins of this process from decision-making. At the same time, the struggle of these diverse groups for recognition and the right to participate in decisions has been considered an alternative to planning models that are detached from reality. The riverside landscape, built in deep relationship with human beings and inseparable from the territory, takes on fundamental importance in this process, as these communities form and build their citizenship in the constant struggles to remain and for the right to decide on their spaces. The research was based on a qualitative constructivist approach, seeking to address the technical and sensitive content of the theme. To understand the territorial dynamics, as well as the conflicts present in the area, a documentary and bibliographic analysis was carried out. Data collection was carried out through ethnographic walks, urban walkgraphics, and semi-structured interviews with community residents, representatives of public authorities (executive and legislative), universities, and NGOs, as well as images of the area. The results highlight the complex territorial formation on the banks of the São Gonçalo Canal, characterized by the movement/fluidity of the waters, the riverside populations, and the fishermen, contrasting with the rigidity of the plans, gated communities, and ineffective legislation, which in many cases, in line with market interests, regulates and induces exclusion and segregation. In contrast, riverside populations resist and re(exist) in the territory-landscape, and in this movement they create survival tactics, inscribing themselves in the field of landscape citizenship as a tool for thinking about city-making.

Keywords: Territory-landscape; Territorial fragmentation; Landscape citizenship; Riverside communities; Pontal da Barra/Pelotas-RS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Ação	Civil Pública (ACP)
AEIC	Área de Especial Interesse do Sítio Charqueador
AEIA	Área Especial de Interesse Ambiental
AEIAN	Áreas de Especial Interesse do Ambiente Natural
AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
APPO	Área de Preservação Ocupada
ATR	Análise Temática Reflexiva
AU	Área úmida
COREDE	Conselho Regional De Desenvolvimento
CEP	Código de Endereçamento Postal
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CMMA	Conferência Municipal do Meio Ambiente
CPA	Comunidade de Pescadores Artesanais
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material E Fiscalização - IPHAN
FDAM	Fórum Em Defesa Da Democracia Ambiental de Pelotas/RS
FEPAM/RS	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
FURG	Fundação Universidade de Rio Grande
ENANPUR	
ENSP FIOCRUZ	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ Fundação Oswaldo Cruz
FAURB	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
GPEUR	Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais
GPU	Grandes projetos urbanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ILA	Instituto de Letras e Artes
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos E Sítios
IDHM	Índice de desenvolvimento Humano Municipal
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MP	Ministério Público
MCMV	Programa Minha casa, minha vida
ONG	Organização não governamental
PDMP	Plano Diretor Municipal de Pelotas
PPGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
PPP	Parceria Público Privada
PROPLAN	Pró Reitoria de Planejamento/UFPel
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
RA	Região Administrativa
RBGDR	Revista Brasileira de Geografia e Desenvolvimento Regional
REFESA	Rede Ferroviária Federal S.A
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais	
RF5	Região Funcional 5
RPPN	Reserva Particular da Paisagem Natural
SANEP	Serviço de Saneamento de Pelotas
SECULT	Secretaria de Cultura

SGB	Serviço Geológico Brasileiro
SEURB	Secretaria de Urbanismo
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SIMRPPN	Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN
SMUMA	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
ZPPL	Zona de Preservação Permanente Legal
ZPPN	Zona de Preservação Paisagística Natural

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vista do Canal São Gonçalo para as Doquinhas.	18
Figura 2. Projeto Acquario, Fortaleza/CE	28
Figura 3. Cais José Estelita antes da demolição dos galpões	29
Figura 4. Proposta do consórcio para a área do Cais José Estelita	30
Figura 5. Mapa esquemático de situação de Pelotas	32
Figura 6. Localização da área da pesquisa nas Regiões administrativas de Pelotas	33
Figura 7. Imagem de satélite indicando a diversidade de ocupações ao longo do Canal	35
Figura 8. Painel do Navegar Etnográfico	36
Figura 9. Margens do Canal São Gonçalo, vistas a partir do Canal	37
Figura 10. Construções destinadas a estudantes <i>versus</i> construções unifamiliares	38
Figura 11. Antigo Frigorífico Anglo - Atual Campus Anglo - UFPel	38
Figura 12. Acesso à vila da Balsa, Muro que divide a Vila de um conjunto habitacional popular e tentativa de embelezamento em frente ao muro	39
Figura 13. Áreas de risco, de acordo com IBGE (2010)	43
Figura 14. Residência tomada pela água- 1ª imagem de junho de 2024 e 2ª imagem de maio de 2024	44
Figura 15. Vista para o Canal São Gonçalo em 18 de maio de 2024	44
Figura 16. Rua de Acesso, moradias e comércios tomados pela água na	45
Figura 17 . Pelotas - Mapa temático: áreas de enquadramento por cota topográfica - Decreto 7072/2025	46
Figura 18. Saídas de campo	57
Figura 19. Tabela inicial do Excel da ATR	65
Figura 20. Duas crianças brincando próximo à casa de bombas e Rua do Pântano/Pelotas	67
Figura 21. Vista da Estrada do Engenho em direção ao Bairro Planejado Parque Una	87
Figura 22. Mapa da topografia da área urbana de Pelotas	89
Figura 23. Paisagem às margens do Canal São Gonçalo – Estrada do Engenho	89
Figura 24. Localização do Núcleo Fabril e do Núcleo Urbano de Pelotas (Marcador vermelho)	90
Figura 25. Estruturas no campus parcialmente demolidas	103
Figura 26. Muro entre o Campus e a Vila da Balsa	104
Figura 27. Veículos acessando o terminal pela Rua Conde de Porto Alegre	105
Figura 28. Vista do muro lateral do condomínio Lagos de São Gonçalo	108

Figura 29. As setas vermelhas para a esquerda indicam acúmulos de umidade na Região Administrativa do São Gonçalo (1975)	110
Figura 30. Condomínios às margens do Canal São Gonçalo e Arroio Pepino	111
Figura 32. Ocupações às margens na Estrada do Engenho e Corredor da Tropas	112
Figura 32. “Passo rico de S. Gonzalez”. – Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil: aquarelas e desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin Didot – 1834. R. de Castro Maya – Editor, Paris, 1955.	114
Figura 33. Engenho Cel. Pedro Osório, vista a partir do Corredor das Tropas	115
Figura 34. Ocupação Campo do Osório	116
Figura 35. Imagem de satélite localizando a Comunidade Estrada do Engenho, em 1995	117
Figura 36. Imagem de satélite (CPA da Ponte, O. Estrada do Engenho, O. Trapiche), 2010	118
Figura 37. Pelotas – Mapa AEIAN do III PD, 2008	120
Figura 38. Mapa AEIA, III Plano diretor, 20018	121
Figura 39. Restos da demolição das moradias da ocupação Estrada do Engenho	121
Figura 40. Vista do Corredor das Tropas para o Bairro Parque Una I; Ocupação Corredor das Tropas e Vista do Corredor das Tropas para o Engenho Pedro Osório	125
Figura 41. Imagem aérea da Comunidade Pontal da Barra (Vista a partir da margem direita do Canal São Gonçalo – Balneários Valverde e Santo Antônio ao fundo)	129
Figura 42. Imagem mais antiga da Barra do São Gonçalo, gravura,	131
Figura 43. Mapa que representa o Pontal da Barra em 1838	132
Figura 44. Localização do Pontal da Barra na área da pesquisa	132
Figura 45. Vista do Pontal da Barra (Em direção à Laguna dos Patos)	133
Figura 46. Vista aérea do Pontal da Barra (a partir da Laguna dos Patos)	134
Figura 47. Embarcação com o banhado ao fundo	135
Figura 48. Pescadores no Pontal da Barra, vista para a laguna dos Patos	136
Figura 49. Balsa que fazia a travessia do Arroio Pelotas, conectando ao Laranjal	137
Figura 50. Localização da "Sanga do Baiano", a Oeste do Pontal	138
Figura 51. Croqui da RPPN Pontal da Barra que consta na página do ICMBio- SIMRPPN	139
Figura 52. Pelotas - Mapa de Zoneamento II Plano Diretor (1980)	140
Figura 53. Imagens de satélite 2004, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2023	144
Figura 54. Território-paisagem da Barra - elementos que compõem às margens do Canal	147

Figura 55. Encontro das imagens de Iemanjá e N. S. dos Navegantes na Laguna dos Patos	150
Figura 56. Pescador retornando da pescaria	152
Figura 57. Garça sobre o trapiche	153
Figura 58. Casa sob palafitas, nas margens do Canal São Gonçalo	154
Figura 59. Mapa Urbano Básico, destacando parte da RA do Laranjal	157
Figura 60. Pelotas: áreas de enquadramento por cota topográfica Decreto 7072/2025 - áreas baixas	158
Figura 61. Pedido de ajuda da comunidade em novembro de 2023	159
Figura 62. Dois irmãos retornando da escola, no final da tarde	160
Figura 63. Vista de cima dos telhados das moradias durante a enchente	161
Figura 64. Vista do Canal São Gonçalo em direção à Barra	162
Figura 65. Moradia sobre palafitas, em dois momentos diferentes da enchente	163
Figura 66. Nina filetando a corvina, enquanto é entrevistada	164
Figura 67. Marca da água da enchente na parede da peixaria	165
Figura 69. Acesso ao Pontal em direção à Laguna dos Patos	165
Figura 69. Móveis e freezers perdidos durante a enchente	166
Figura 70. Casas destruídas durante a enchente de 2024	167
Figura 71. Construções afetadas pela enchente de 2024, com fechamento improvisado	167
Figura 72. Trapiches destruídos durante a enchente de 2025	168
Figura 73. Casas sob palafitas, junto ao banhado do Pontal	172

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	23
1.1 Arquitetura da pesquisa: do tema aos objetivos	26
1.1.1 Caracterização da área	31
1.2 Percurso metodológico: a análise temática reflexiva como ferramenta interpretativa	48
1.2.2 Procedimentos de coleta, sistematização e análise dos dados	51
1.2.3 Análise temática reflexiva como ferramenta interpretativa	61
1.2.4 Estrutura da tese	66
2 “A PAISAGEM NÃO É FEITA PARA SE OLHAR”: DA PAISAGEM CENÁRIO À CIDADANIA PAISAGÍSTICA	67
2.1 Cidadania paisagística: o direito de ver, de estar e de ser paisagem	69
2.2 A paisagem – entre o ver e o ser	72
2.3 Paisagem-território: uma construção cotidiana	77
3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELOTENSE: FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE	87
3.1 Formação territorial de Pelotas	88
3.2 Territorialidades em movimento: as dinâmicas de ocupação ao longo do Canal São Gonçalo	97
3.2.1 Onde a cidade encontra a água: o Porto e seu bairro	97
3.2.2 O Campus Anglo – da paisagem política à paisagem vivida	102
3.2.3 A expansão dos condomínios fechados	106
3.3 Estrada do Engenho: Engenho Pedro Osório, Corredor das Tropas e Passo dos Negros	113
4 CIDADANIA PAISAGÍSTICA NO TERRITÓRIO-PAISAGEM DA BARRA: DA PRODUÇÃO À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	129
4.1 Caracterização do território-paisagem da Barra: o ser humano e a água	130

4.2 “Fazer-cidade” nas margens: mobilidades ribeirinhas e disputa pelo território-paisagem	137
4.3 Viver às margens: ausência de infraestrutura, risco, e apropriação desigual	155
4.3.1 A água das enchentes – risco e adaptação	157
4.3.2 Re (existir) no território-paisagem	163
4.4 Cidadania paisagística: entre (sobre) viver, re (existir) e ser cidadão	169
CONCLUSÕES	174
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICE	192
APÊNDICE I - Roteiro entrevistas	193
APÊNDICE II - Termo consentimento livre e esclarecido	199

A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização. Presença atraente ou estranha e, no entanto, lúcida. Limpidez de uma relação que afeta a carne e o sangue.

Eric Dardel

APRESENTAÇÃO

Figura 1. Vista do Canal São Gonçalo para as Doquinhas.



Fonte: Da autora, 2023.

Esta tese é resultado de meu percurso como pesquisadora: Arquiteta e Urbanista, Mestre em História e Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material. Na graduação em Arquitetura e Urbanismo (AU) pela Universidade Federal de Pelotas entrei em contato pela primeira vez com a área do Porto em Pelotas. Moradora de um bairro distante do mesmo, não havia tido contato efetivo anteriormente. O local onde funcionava a FAURB (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) era próximo às áreas ribeirinhas do Canal, bem como das comunidades (ocupações irregulares em formação). Ao longo do curso passei a me interessar por essa porção da cidade, a princípio esquecida, com a transferência da planta industrial do município – ali localizada durante o século XX pela proximidade com o Porto.

O que percebia me inquietava: parte da população de Pelotas não tinha acesso às margens do Canal São Gonçalo. Seja pelos limites formados pelas estruturas portuárias, seja pelas estruturas fabris abandonadas ou pelas ocupações irregulares, Clubes e Estaleiros. O Canal São Gonçalo, em sua porção urbana, era quase que

privativo e exclusivo de uma pequena parte da população pelotense, exceto pelo acesso ao Quadrado (Doquinhas), estrutura remanescente de um antigo atracadouro, que serve como ponto turístico junto às margens do Canal.

Essa conexão com o Canal existe, para além do interesse como pesquisadora, já que meu pai, após se aposentar, passou a exercer a função de pescador, tendo como lócus o Canal São Gonçalo, inclusive com um atracadouro localizado na Balsa por cerca de 15 anos. Nossa família sempre o questionava sobre os motivos para se dedicar à pesca já em idade avançada, ao que sempre respondeu, “eu gosto”. Quando me interessei por estudar as dinâmicas da área, ele se ofereceu para me levar no bote para conhecer o São Gonçalo da perspectiva dos pescadores (a partir da água). Foi ali que entendi suas razões: na água ele se acalma, na água ele se encontra, na água ele vive, na água ele é!

Deste modo, após mais de 20 anos de graduada e fora de Pelotas retornei para a elaboração desta tese em Desenvolvimento Regional. Com o objetivo de investigar as diversas territorialidades que se formaram ao longo da porção urbana do Canal – primeiro recorte espacial – os conflitos delas resultantes e as cidadanias insurgente e paisagística decorrentes das lutas da população ribeirinha para se manter nesse lugar. Meu interesse foi estimulado tanto pela instalação do Campus Anglo da UFPel (Universidade Federal de Pelotas), quanto pela disseminação dos condomínios fechados horizontais e verticais, resultado da especulação imobiliária e dos processos de gentrificação.

A paisagem como objeto de estudo, também não era uma novidade, minha dissertação de mestrado foi desenvolvida nessa área e buscava compreender o impacto das transformações da paisagem do Pampa Sul Riograndense, a partir da implantação das monoculturas de eucalipto para extração da celulose. Hoje busco, através de uma abordagem relacional, assim como da premissa de que a paisagem não é somente o resultado visível da territorialização, mas buscando me ancorar na origem das palavras território e paisagem, compreendê-los como um termo composto e indissociável: o território-paisagem.

Durante o processo de doutoramento em Desenvolvimento Regional no PPGDR da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul) iniciado em 2021, integrei o GEPEUR (Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais), cujas discussões foram de

extrema importância para minha compreensão da realidade dos centros urbanos e suas conexões regionais. No grupo participei do projeto “Cidades Médias, Gestão Territorial e Desenvolvimento Regional: Análise das redes de gestão pública e privada e sua relação com a dinâmica de desenvolvimento em regiões do Rio Grande do Sul”, que resultou em várias produções ao longo desses quatro anos.

A tarefa de tratar de um tema tão recente como a cidadania paisagística me fez participar das aulas teóricas da disciplina especial Tópicos Avançados em Conservação Integrada: A alegoria da paisagem cultural”, que ocorreu entre 17 de agosto de 2021 e 05 de outubro de 2021, com carga horária de 12h, organizada pelo Laboratório da Paisagem, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pernambuco.

No início de 2022 tive minha filha Aurora e fiquei afastada do PPGDR durante os quatro meses da licença maternidade. A maternidade que, a princípio parece não estar conectada a minha trajetória acadêmica, é mais presente e determinante do que se imagina: ter uma filha aos 49 anos, longe da família e de minha rede de apoio, me fez repensar minha vida acadêmica em vários momentos. O retorno à pesquisa foi bastante difícil, mas após retornar a Pelotas, mais próxima de meu objeto de estudo, o percurso foi retomado.

Já em Pelotas, participei do Curso de curta duração “Caminhografia Urbana às margens do Canal São Gonçalo” realizado nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024, na cidade de Pelotas, contabilizando carga horária total de 30 horas. Também fui aluna especial da disciplina “Caminhografia Urbana 1”. Com uma Carga horária de 68h, no 1º semestre de 2024 e oferecida pela pelo programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAURB|UFPel, ministrada pelo Prof. Dr, Eduardo Rocha.

Minha trajetória e aproximação com o objeto de estudo, as disciplinas e cursos extracurriculares, além das disciplinas cursadas no PPGDR/UNISC, foram decisivas para a fundamentação epistemológica desta tese, realizada entre março de 2021 e outubro de 2025 e resultaram em diversas produções, como capítulos de livro e publicações em anais de eventos.

No ano de 2021 foram três publicações: apresentação e publicação nos anais do *X CIOT: Recuperación, transformación y resiliencia: el papel del territorio, 2021*,

Valência / Espanha - Eixo: Formación de profesionales, educación y nueva cultura del territorio para una nueva participación ciudadana. o trabalho “Direito à cidade e direito ao patrimônio – o (re)conhecimento o patrimônio e os movimentos sociais”, (novembro de 2021); nos Anais do XX Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unisc), a publicação do trabalho “Turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento regional e valorização do patrimônio cultural” (setembro de 2021).

Em 2022, devido à licença, realizei somente uma produção: o trabalho “Cidadania paisagística: o grafite como forma de estabelecer territorialidades na área do Porto - Pelotas/RS” que foi apresentado e publicado nos anais do XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR): Planejando o Urbano e o Regional, Organizando a Esperança, que ocorreu em Blumenau (2022).

Em 2023, foram duas produções: apresentação e publicação do artigo “A formação do território riograndense: relações de poder e sua reprodução na atualidade”, nos anais do XI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: Desafios e oportunidades, 2023; e apresentação do trabalho “Cidades médias, gestão pública territorial e dinâmicas regionais no Rio Grande do Sul – Brasil”, no mesmo seminário.

Em 2024 foi apresentado o trabalho “Dinâmicas socioeconômicas da Região Sul do RS: análise dos principais indicadores econômicos e sociais”, no Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, Ijuí (2024). Bem como o artigo “Cidades médias. Gestão pública territorial e centralidades regionais no Rio Grande do Sul, Brasil, na revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (RBGDR) Jan-Abr/ 2024).

Em 2025 foi publicado o trabalho “Dinâmicas socioeconômicas da Região Sul do RS: análise dos principais indicadores econômicos e sociais”, nos Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, Ijuí, realizado em 2024; também foi publicado o capítulo “Caracterização da Região Funcional de Planejamento 5: a centralidade de Pelotas e Rio Grande no sul do estado” no livro “Cidades médias, gestão territorial e desenvolvimento regional”, organizado por Rogério Leandro Lima da Silveira, 1 ed. Capítulo 4. e, apresentado o trabalho

“Cidadanias insurgente e paisagística: a paisagem periférica como ferramenta política e projetual” no XII Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional: Planejamento e Desenvolvimento Regional: Estado, Mercado e Sociedade (Set/2025).

Da minha vivência como pesquisadora e do percurso no doutorado, emergiram as bases teórico-epistemológicas que sustentam esta pesquisa, pensada como ferramenta para reorientar ações e projetos nas margens ribeirinhas.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

É preciso aprender a leitura explícita e implícita contida na cidade, fazendo perguntas e acatando respostas, para só assim, desenvolvermos nossa afetividade pelas pedras e pelas gentes que constituem esse aglomerado visível e invisível que compõem nossa realidade e nossa imaginação (Oliveira, 2017, p.174)

As cidades brasileiras vêm sofrendo profundas transformações na sua paisagem urbana, principalmente após os anos 1970. Seja na forma de intervenções que visam a renovação de grandes áreas abandonadas ou degradadas como centros históricos, áreas portuárias e industriais, seja pelos empreendimentos que visam uma melhoria na imagem da cidade, além dos condomínios fechados e bairros projetados. Essas intervenções, que alteram a configuração espacial, também desencadeiam processos de gentrificação, expulsando os moradores através da especulação e valorização da terra urbana. Essas ações são resultado da acumulação de capital e, em sua maioria, de ações consorciadas entre poder público e iniciativa privada que não incluem a população local nos processos decisórios. O espaço urbano deste modo, se fragmenta com a formação das diversas territorialidades, geralmente em conflito.

Somado a isso, o processo de urbanização brasileiro e de outros países periféricos, especialmente da América Latina, possui características muito específicas. Durante esse processo, as populações menos favorecidas foram expulsas das áreas centrais das cidades pela elite e ocuparam as áreas mais afastadas, dando origem às periferias que aqui adquiriram um sentido diverso das áreas suburbanas estadunidenses ou de algumas cidades europeias, que serviram como refúgio para as elites.

Em cidades que se desenvolveram às margens de rios ou mar, os cursos d'água se apresentaram como limites à urbanização devido às margens sujeitas a alagamentos e/ou inundações. Essas várzeas receberam o excedente populacional que construiu e constrói a cidade dentro da sua lógica de ocupação espacial, alheia aos planos e com profunda relação com o meio. São áreas carentes de infraestrutura que, no contexto urbano atual, têm despertado o interesse de investidores seja para a construção de condomínios fechados ou para grandes projetos de requalificação, que

tendem a expulsar novamente a população mais vulnerável, sob a retórica da preservação das áreas ribeirinhas.

Nesse contexto de fragmentação espacial e exclusão social, as discussões acerca da cidadania paisagística têm sido estimuladas, tanto pela ampliação do conceito de paisagem, quanto pela tomada de consciência por parte dos diversos grupos que habitam essas áreas periféricas e que passaram a reivindicar o direito de usufruírem dos espaços públicos e das decisões que afetam suas vidas cotidianas. Ao mesmo tempo, pesquisadores entendem a paisagem a partir da sua relação com o homem, nas suas múltiplas dimensões e chamam a atenção para sua dimensão política (Debardieux, 2007; Besse, 2014; Ribeiro, 2021; Barbosa, 2020). A paisagem sob essa perspectiva, se revela como uma alternativa às abordagens tradicionais sobre planejamento urbano e territorial.

Ela deixa de ser considerada apenas como uma moldura e passa a ser compreendida através de suas dimensões simbólicas, históricas, funcionais e sociais, como recurso político e como direito de todos. Essa perspectiva surgiu baseada nas discussões da Geografia Cultural, da Conferência de Estocolmo (1972) e da criação - pela Unesco - da tipologia Paisagem Cultural e ganhou força quando os mais diversos grupos passaram a reivindicar o protagonismo nas decisões políticas, exigindo o reconhecimento de suas identidades e a preservação dos símbolos a elas associados. A paisagem então, se apresenta como um dos principais eixos a ser considerado nas políticas de proteção e planejamento territorial.

Enquanto experiência do habitar, a paisagem é produção social do cotidiano e do sentir, distinta do recorte cartográfico objetivável (Besse, 2006). Mais que o resultado visível do território ela o constitui, como sugere a raiz *pays-paysage*. A partir desses elementos pretendo caracterizar e compreender a construção da paisagem às margens da porção urbana do Canal São Gonçalo, em Pelotas, que na atualidade se constitui de forma fragmentada pelas diversas territorialidades ali formadas.

A área da pesquisa é caracterizada pelas grandes estruturas industriais, pelos Galpões e Cais do Porto e pela relação ambígua da população com as margens do Canal São Gonçalo. Até o início do século XXI vivenciava um processo progressivo de decadência e falta de investimentos públicos, sendo que nas últimas duas décadas passou por transformações significativas estimuladas pela instalação de um dos

Campus da UFPel, pela ampliação das atividades portuárias, pela intensificação da ocupação das margens do Canal pela população em situação de vulnerabilidade social e com a disseminação dos condomínios horizontais e verticais fechados.

Com o novo Campus, algumas estruturas industriais abandonadas estão sendo revitalizadas, configurando uma nova dinâmica de ocupação e apropriação do espaço, já que há o estímulo para novos empreendimentos, como a construção de moradias estudantis, bares e casas noturnas. A área também é caracterizada pelas moradias dos ex-operários das indústrias desativadas e além disso, parte das antigas unidades fabris se mantêm inalteradas, deterioradas ou em desuso – como rugosidades¹ na paisagem (Santos, 1996). Todos esses elementos compõem uma paisagem urbana marcada por conflitos e fragmentação espacial, que se traduzem “na simultânea dispersão, concentração, conjunção e disjunção do tecido social e espacial urbano” (Sá Britto, 2016, p. 586). Essas transformações já são perceptíveis tanto na paisagem quanto no cotidiano dos moradores dos Bairros Porto e RA São Gonçalo (Região Administrativa São Gonçalo).

O recorte temporal da pesquisa abrange as transformações ocorridas nas últimas duas décadas, mas ao entender que a paisagem é o resultado das diversas formas de ocupação e de produção espacial, destaco que é necessário compreender o processo de formação urbana do município com desdobramentos no período delimitado pela pesquisa.

Ao reconhecer a importância da área deste estudo para o desenvolvimento de Pelotas e região e para os grupos sociais que ali habitam, busco observar e revelar as diversas territorialidades e identidades em formação como consequência das novas dinâmicas espaciais. A partir disso, compreender como esses grupos reivindicam/ou não o direito à paisagem e à cidadania paisagística, embasada na noção de cidadania insurgente (Holston, 2007, 2009, 2013) e se esses elementos se articulam com as políticas de planejamento e desenvolvimento territorial da região.

¹ “as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. [...] Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 1996, p. 92).

Essa pesquisa, portanto, está alinhada às recentes discussões sobre desenvolvimento urbano e regional, ao entender que o desenvolvimento regional sustentável passa pela apreensão do território em suas diversas escalas e dimensões na busca pelo

fortalecimento da sociedade civil e a obtenção de uma percepção e pertença regional e a remoção de toda a classe de barreiras que impeçam as pessoas que habitam a região de alcançar sua plena realização como pessoa humana e poder exercer seus direitos plenos de cidadão (Silveira, 2020, p. 41).

Compreendendo que são as particularidades de cada região que devem ser valorizadas, pois são essas especificidades que sustentarão “às dinâmicas de desenvolvimento próprias e específicas de cada região (Silveira, 2020, p. 42). Além disso, a constituição relacional da paisagem e sua aproximação com o conceito de território, propostos na pesquisa, estão em consonância com a definição relacional presente nos estudos territoriais contemporâneos.

1.1 Arquitetura da pesquisa: do tema aos objetivos

Esta pesquisa se insere nas discussões contemporâneas sobre a cidade e os fenômenos urbanos, dentro de um contexto de transição, tanto das práticas quanto das teorias de planejamento e desenvolvimento urbano e regional, frente às mudanças ocorridas no sistema capitalista, entre o último quarto do século XX e início do século XXI. A fragmentação espacial, o aprofundamento das desigualdades sociais, a falta de infraestrutura adequada e de acesso ao emprego e à moradia de qualidade, são alguns dos problemas que as grandes cidades têm enfrentado.

Consequência disso, nas últimas décadas a paisagem urbana, vem perdendo os atributos que a caracterizavam como cidade (compacidade física, diversidade/mixidade e espaço compartilhado). No entanto, também tem se constituído como uma possibilidade de se pensar os espaços urbanos na sua íntima relação com os homens que a constroem e por ela são construídos, entendendo a paisagem como construção social (Nogué, 2009).

Enquanto a ação globalizante do sistema capitalista fragmenta os territórios e age sobre áreas consolidadas do espaço urbano, na prática, no que se refere à implementação das políticas de desenvolvimento urbano e territorial brasileiras,

poucas são as iniciativas que incluem a paisagem nas suas diversas dimensões como ativo para o desenvolvimento. Além disso, muitas das ações governamentais associadas à iniciativa privada, com a justificativa de estimular o desenvolvimento, acabam por descaracterizar ou eliminar os elementos simbólicos que dão sentido a esses locais:

O desenvolvimento capitalista, portanto, tem que negociar um caminho muito estreito entre a preservação dos valores de troca dos investimentos de capital do passado, no meio ambiente construído, e a destruição do valor desses investimentos, a fim de abrir um novo espaço para a acumulação. No capitalismo, portanto, há uma luta perpétua em que o capital constrói uma paisagem física apropriada à sua condição, em determinado momento do tempo, simplesmente para ter que destruí-la, geralmente durante situações de crise, num momento posterior do tempo. O fluxo e refluxo temporal e geográfico do investimento no meio ambiente construído só pode ser entendido em termos de processo (Harvey, 1978, p. 124).

A esse processo Harvey, chama de “destruição criativa” – conceito proposto por Joseph Schumpeter – que, no processo de urbanização, resulta na expulsão de grandes parcelas da população menos favorecida em favor da absorção dos excedentes de capital e da especulação imobiliária (Harvey, 2014).

Um exemplo dessa ação são as “renovações urbanas” que foram implementadas no Rio de Janeiro para as obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, quando houve de forma inédita, o destombamento de diversos prédios históricos. Esse tipo de evento, assim como as estratégias de *city marketing* são definidos por Seixas (2013, p. 139) como uma espécie “de alavancagem cultural das dinâmicas de transformação urbana. [...] Os grandes projectos, normalmente de escala elevada face aos projectos normais numa cidade, envolvem significativas acções de *city marketing*”.

Essas ações, resultado do chamado Planejamento Estratégico, também conhecidas como GPUs (Grandes Projetos Urbanos) ou a **cidade como mercadoria** (Vainer, 2013), pretendem atrair recursos públicos e privados com o objetivo de transformar profundamente essas áreas. Porém se caracterizam como iniciativas isoladas, que não fazem parte de um plano integrado às outras áreas das cidades, não consideram a participação dos vários grupos que compõem essas áreas e acabam por fragmentar ainda mais o espaço urbano, fomentando as desconexões e a segregação espacial e social.

Outro exemplo desse fenômeno é o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em Fortaleza (1998), caracterizado como uma estratégia de *city marketing*, que com a justificativa de qualificar a área e atrair investimentos, através da inserção cultural ao mundo globalizado, desencadeou um processo de gentrificação. Os antigos moradores e artesãos que viviam e trabalhavam nos casarões antigos próximos ao Centro Dragão do Mar, deixaram a área devido à especulação imobiliária, dando lugar a bares e restaurantes.

A construção do complexo também atingiu os moradores de uma das mais antigas e tradicionais comunidades de pescadores do município, o Poço da Draga. Além disso, no ano de 2012, também teve início na região a construção do Complexo Acquario (Figura 2), um GPU com 21,5 mil m², que não dialoga com o entorno e interfere na legibilidade da paisagem. A obra foi interrompida em 2015 por falta de recursos e hoje é uma montanha de concreto e aço que serve como barreira visual para o mar². Nesse contexto, os moradores do Poço da Draga lutam contra as sucessivas tentativas de remoção e pelo reconhecimento de sua diversidade sociocultural (ENSP FIOCRUZ, 2021). A construção do Centro Dragão do Mar e do *Acquario* causaram um profundo impacto à paisagem local, tanto no que se refere a sua visualização, quanto ao direito de manter as relações já estabelecidas.

Figura 2. Projeto Acquario, Fortaleza/CE



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/acquario-ceara-obra-de-aquario-encalha-em-praia-famosa-de-fortaleza/>

² A obra sofre também com várias ações civis públicas e criminais, tanto pelo seu impacto ambiental e social na comunidade Poço da Draga, como pelas denúncias de desvio do dinheiro público e dispensa de licitações. Fonte: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-comunidade-de-poco-da-draga-luta-contra-politica-de-higienizacao-social-ELITIZACAO-da-area-ditada-pela-valorizacao-imobiliaria-e-ate-a-construcao-de-um-aquario-gigante/>.

Na mesma linha de luta pelo direito à paisagem destaca o movimento “Ocupe Estelita”, na cidade de Recife-PE, que se mobiliza desde 2014 contra o Projeto Novo Recife, que prevê a construção de 13 torres de serviços e habitação que irão substituir os galpões do Cais José Estelita³. Os galpões industriais da antiga rede ferroviária integrados com a paisagem, mantinham uma forte relação identitária com o restante da cidade e com o mar (Figura 3).

Figura 3. Cais José Estelita antes da demolição dos galpões



Fonte. Pinterest, 2021

A proposta não passou por consulta pública e, alheia às reivindicações por moradia e por espaços urbanos de qualidade, irá implantar as torres que acarretarão em perda da escala humana e um possível processo de gentrificação, além de modificar a paisagem de forma radical, interferindo na relação da cidade com seus moradores e com o mar. A Figura 4 representa o resultado esperado. Percebe-se que as torres além de criar uma barreira entre a cidade e o mar, estabelecerão uma nova dinâmica urbana, já que abrigarão centenas de pessoas, interferindo inclusive na mobilidade urbana⁴.

³ O terreno onde estavam localizados os galpões, pertencia à antiga Rede Ferroviária Federal S.A (Refesa) e foi arrematado em um leilão por um consórcio de empresas que farão a requalificação as áreas públicas em troca da construção de 13 torres de 40 pavimentos, estacionamento para cinco mil veículos, entre outras ações. O metro quadrado das unidades do empreendimento deve custar de R\$ 5,5 mil a R\$ 7,5 mil, o que tornaria a área uma das mais caras da cidade. Os galpões foram demolidos em 2019, após várias decisões judiciais contrárias, a prefeitura emitiu alvará de demolição.

⁴ Recentemente, como resultado das manifestações e das reivindicações populares, a empresa apresentou uma adequação ao projeto original, duplicando a área destinada ao parque público. O Movimento Ocupe Estelita completa 10 anos em 2025 e continua desenvolvendo ações em prol do direito a cidade.

Figura 4. Proposta do consórcio para a área do Cais José Estelita.



Fonte: [https://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/12/21/projeto-novo-recife-pode-ser-aprovado-hoje-reuniao-e-transmitida-em-telao/](https://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/12/21/projeto-novo-recife-pode-ser-aprovado-hoje-reuniao-e-transmitida-em-tela/)

Situação semelhante ocorre na cidade de Porto Alegre, já que o município cedeu, através de uma PPP (Parceria Público Privada) a área do Cais Mauá, com o objetivo de revitalizar a área. A população mobilizada, desde 2014, através dos movimentos em Defesa Pública da Alegria e *Cais Mauá de Todos*, tem tecido duras críticas à forma com que o processo de concessão foi e está sendo conduzido. Esses movimentos se opõe, principalmente à construção de um shopping center (10 vezes maior que o Gasômetro) e torres comerciais com 100m de altura. Houve até mesmo alteração do Plano Diretor para que o projeto vencedor⁵ pudesse ser viabilizado, liberando a construção das torres. As primeiras ações do consórcio foram a retirada do barco de passeio Cisne Branco, da Marina Pública e a proibição da realização de eventos como a Feira do Livro e a Bienal do Mercosul (Oliveira; Flores, 2016).

Neste tipo de intervenção urbana a população local deixa de ser a razão principal da ação e o foco passa a ser os interesses do mercado imobiliário, turístico financeiro. As obras descontextualizadas e desconectadas das necessidades reais da população do entorno, se constituem em um “não lugar” (Marc Augé) e sob a justificativa de melhorar a imagem da cidade, atrair capital e torná-la mais competitiva,

⁵ O vencedor foi o consórcio Cais Mauá, liderado pelo *M. Sortti Business Consulting Group*, do qual o Arquiteto e Urbanista Jaime Lerner fez parte.

“podem promover formas estereotipadas de atividades criativas voltadas para o crescimento urbano, em detrimento de investimentos em bem-estar social, educação, saúde ou apoio a outras formas de criatividade” (Closs; Oliveira, 2017, pág. 353).

Essa ação mercadológica no espaço urbano, principalmente em países periféricos, tende a ocultar conflitos sociais e desigualdades, gentrificando e fragmentando esses espaços, além de apagar bens simbólicos que contribuem para a coesão social e uma maior legibilidade da paisagem. Nas grandes e médias cidades essas estratégias se aproximam do conceito de paisagem política que é aquela

em grande escala, que manifesta as grandes visões de poder e estende-se através de um espaço percebido como homogêneo e em contato direto com as regiões que controla[...] a paisagem política é marcada pelas grandes obras que permitem organizar o território, estruturá-lo e delimitá-lo por meio de fronteiras visíveis e teoricamente invioláveis (Besse, 2014, p. 118).

Com a alegação de promover a imagem da cidade novas territorialidades se estabelecem em conflito com as existentes, fazendo com que os grupos se organizem, como no caso da mobilização *Ocupe Estelita*, da população do Poço da Draga, ou do movimento *Cais Mauá é Nosso/Cais Mauá é de Todos*. Movimentos sociais que surgiram como uma reação a essas ações e ao avanço das políticas neoliberais, reivindicando o direito à cidade e o direito à paisagem. Nos casos citados as mobilizações não obtiveram resultados em favor da população local, ou foram aquém do esperado, já que o Estado agiu em favor dos interesses privados e mercadológicos.

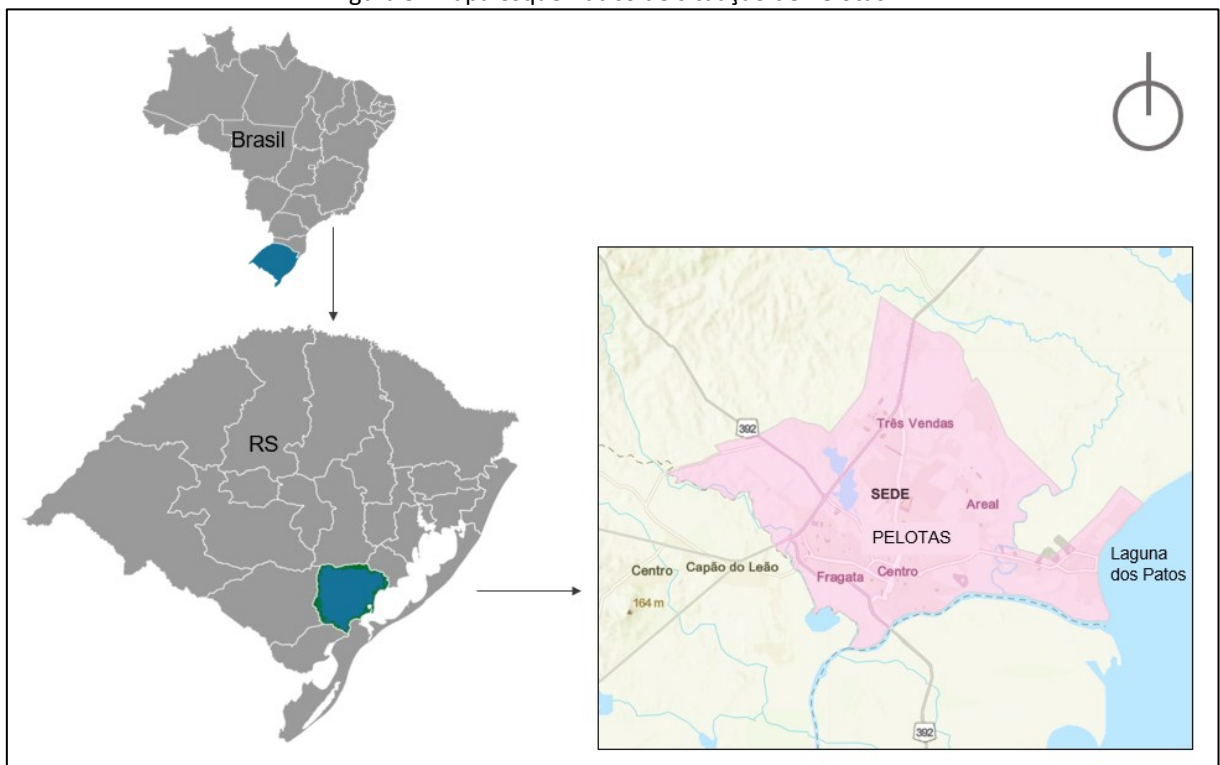
Outro tipo de empreendimento que tem se difundido em larga escala nas cidades brasileiras, são os bairros planejados e condomínios horizontais e verticais fechados, que usam como estratégia de venda a ideia de segurança e convívio com a natureza, mas que acabam por fragmentar ainda mais as paisagens urbanas, negando elementos da urbanidade, como a diversidade social/tipológica, os espaços compartilhados e o acesso livre. A paisagem urbana, a partir desses exemplos, se constitui como campo de disputa, no qual a população que vive nas periferias luta de forma desigual frente às rápidas transformações urbanas impostas pelas políticas neoliberais dos séculos XX e XXI. Essa população, como afirma James Holston (2009, p.56) desenvolveu “as periferias urbanas como seu lugar na cidade” e ali gestou o que ele chama de cidadania insurgente, formada nas lutas cotidianas.

Essa situação não é diferente no município de Pelotas, cuja urbanização se deu em um contexto de segregação e desigualdade, resultado de uma modernização tardia, com base em uma sociedade escravista e patrimonialista, característica dos países periféricos ou do chamado Sul Global.

1. 1. 1 Caracterização da área

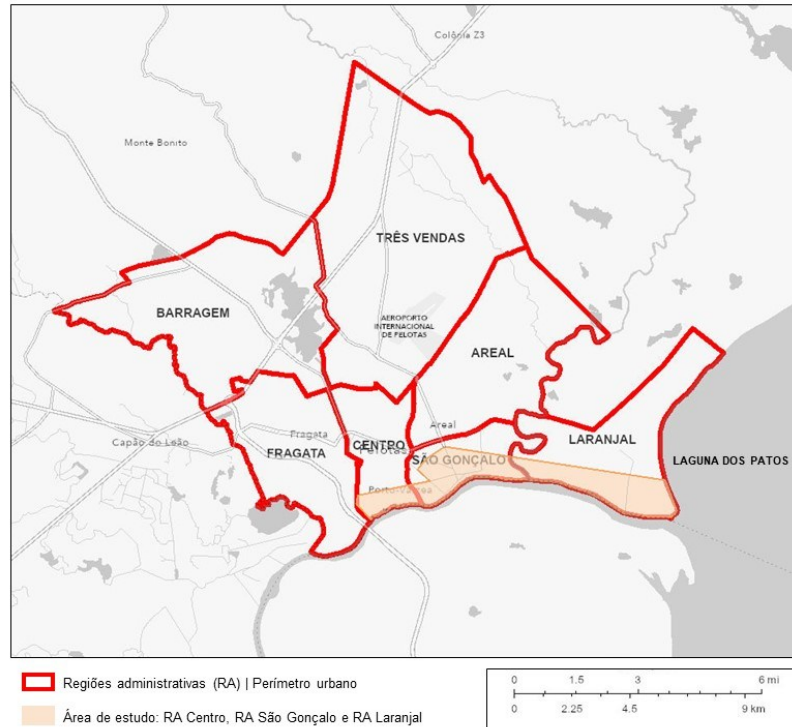
O município de Pelotas, localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul (Figura 5), faz parte da Região Intermediária de Pelotas, uma das oito regiões intermediárias do estado sulino definidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2017. Constitui, junto a outros 21 municípios, a RF5 (Região Funcional de Planejamento 5) que coincide com a delimitação da região do Corede Sul, da qual Pelotas é uma das cidades Polo, junto com Rio Grande. Ainda se destaca como um dos centros urbanos regionais e de acordo com a REGIC (Regiões de Influência das Cidades, 2018) é uma Capital Regional C (IBGE, 2020). Por sua importância regional desempenha um papel estratégico, não só no que se refere à economia, mas em termos de oferta de bens, equipamentos e serviços (Schwanz e Detoni, 2025).

Figura 5. Mapa esquemático de situação de Pelotas



Fonte: GeoPelotas, adaptado pela autora, 2025.

Figura 6. Localização da área da pesquisa nas Regiões Administrativas de Pelotas



Fonte: GEO Pelotas, adaptado pela autora, 2024

Em termos demográficos, Pelotas possui uma população de 325.685 pessoas⁶, sendo o mais populoso da RF5 (IBGE, 2022), com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2010) de 0,739. O município faz parte do Bioma Pampa (que cobre cerca de 63% do estado), e da região hidrográfica das bacias litorâneas, a Bacia Mirim-São Gonçalo (90% da área total do município) e Bacia Camaquã (10% da área do total do município) (SEMA, 2020). Com seis sub bacias: Bacia do Arroio Moreira/Fragata, Bacia do Arroio Santa Bárbara, do Arroio Pepino, do Arroio Pelotas, a Bacia Costeira Laranjal e a do Arroio Contagem (GEOPelotas, 2022). A Lagoa dos Patos, que banha parte do município, é a maior da América do Sul com uma área de 10.144 km². Todos esses elementos contribuem para a formação da paisagem urbana em íntima relação com a água.

Pelotas foi elevada à Freguesia de São Francisco de Paula em sete de julho de 1812, data que marcou a sua fundação. Sua formação, assim como a paisagem urbana estiveram, desde o início da ocupação territorial, ligadas aos cursos d'água. Durante o

⁶ Desse total declararam-se brancos: 247.257, pardos: 39.107, negros: 38.691, indígenas: 363 e asiáticos: 264.

século XVIII, o Arroio Pelotas e o Canal São Gonçalo serviram para o estabelecimento e o escoamento da produção charqueadora, que alterou o sistema econômico no extremo sul, de exploratório e predatório à industrial e em larga escala, fomentando as relações escravistas e intensificando as relações comerciais do Sul com os grandes centros consumidores do Sudeste e Nordeste do Brasil (Daronco, 2006). Isso fez com que a região Sul do RS se destacasse em relação às outras regiões do Brasil colônia em termos de exportação⁷.

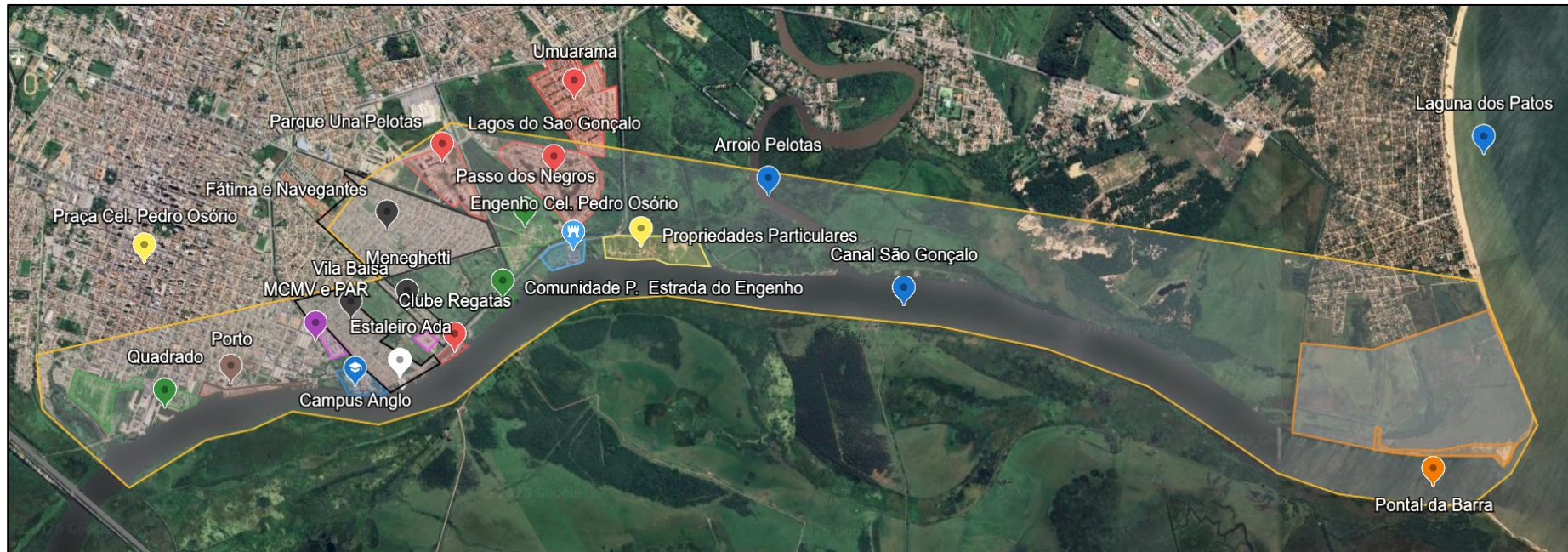
Durante o século XIX a produção do charque se constituiu em importante propulsor da economia regional, parte pelo aumento do calado do Porto de Rio Grande que facilitava sua exportação, bem como pela crise enfrentada pelos saladeiros na região do Prata. Esses fatores fizeram com que a região experimentasse um desenvolvimento desigual, entre as cidades de Rio Grande, Bagé e Pelotas (porto, estâncias de criação e charqueadas) e a metade Norte do RS, que mantinha a ocupação militar de forma lenta, enquanto outras áreas, como o Planalto Médio e Alto Uruguai permaneciam ocupadas pelos nativos. Para Prado Junior (1992), por esse motivo Pelotas, viria a se caracterizar como primeiro centro urbano do estado, superando a capital Porto Alegre em riqueza e prestígio social. A economia do charque permaneceu por cerca de um século, afirmando o caráter do sistema escravista e a hegemonia política e econômica da Região Sul do estado.

A importância do Canal São Gonçalo não refletiu na sua valorização. Mesmo que conformador da paisagem urbana⁸, a cidade virou-se de costas para um dos seus mais importantes cursos d'água, que serve até hoje para o despejo de dejetos. Suas margens que foram constantemente aterradas para abrigar o Porto Público, galpões industriais, moradias e mais recentemente ocupações irregulares, condomínios e edificações de alto padrão, hoje expressam a fragmentação espacial e a desigualdade social que caracterizam o município (Figura 7).

⁷ As exportações ainda que vultosas se davam internamente, para outras regiões do Brasil colônia.

⁸ Além disso e, tão importante quanto, é a função que o Canal exerce: como uma grande esponja – através de suas margens conformadas por uma planície alagável - e como regulador hidrológico, entre a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim. Sua formação geomorfológica, resultado de milhões de anos de sedimentação, permite que o mesmo corra nas duas direções (bidirecional), garantindo o equilíbrio entre as duas lagoas (Geoparque Paisagem das Águas (PGPA)/UFPEl, 2025).

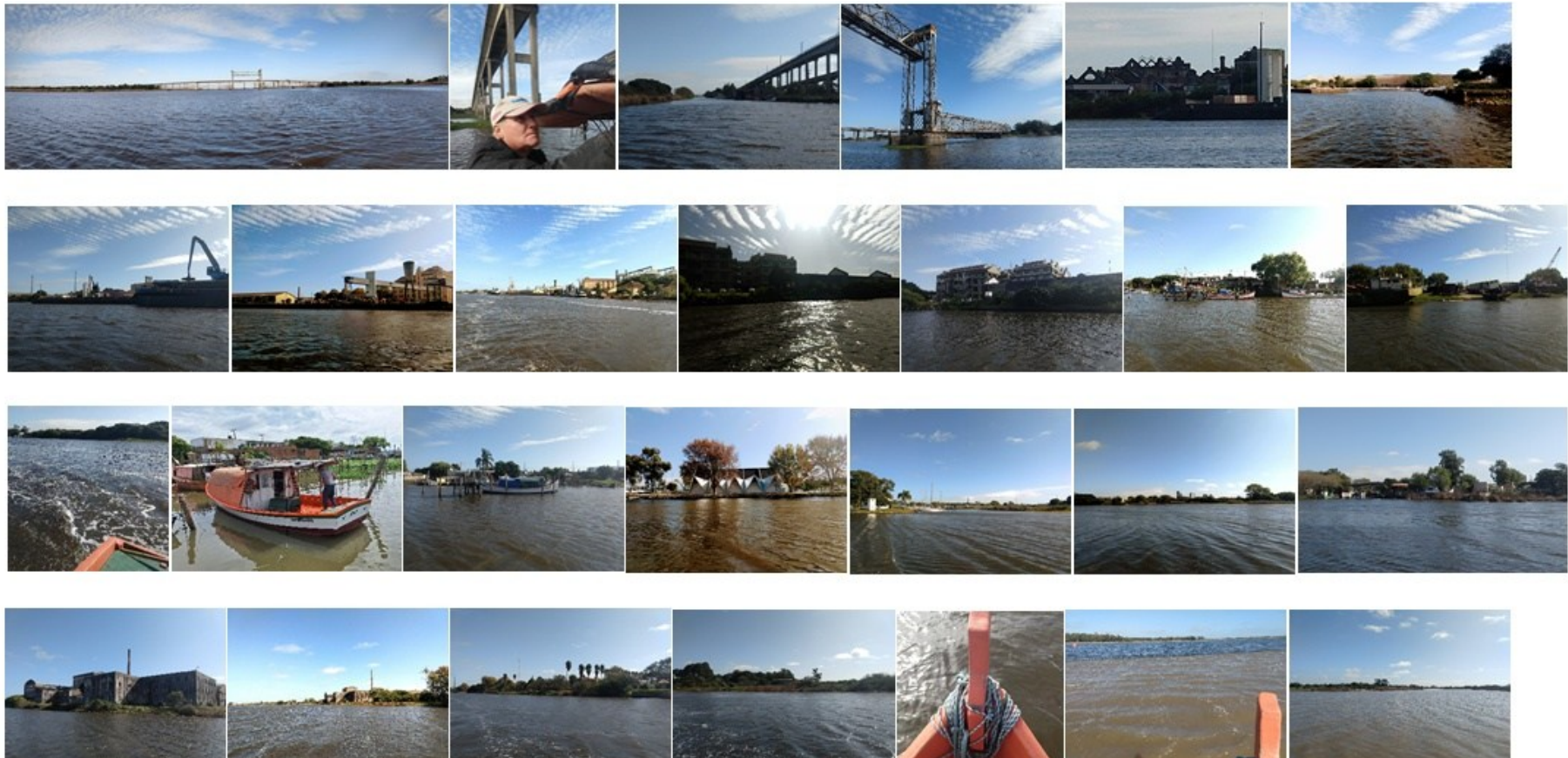
Figura 7. Imagem de satélite indicando a diversidade de ocupações ao longo do Canal



Fonte. Google Earth, adaptado pela autora, 2025

A Figura 8 representa parte do Navegar Etnográfico produzido durante a pesquisa. Nela pode-se observar as variações tipológicas e de uso ao longo do canal. No primeiro trecho da Ponte ao Porto, no segundo do Porto à Balsa, no terceiro da Balsa ao Engenho e por fim do Engenho ao Arroio Pelotas.

Figura 8. Painel do Navegar Etnográfico



Fonte: Da autora, 2023.

Enquanto o núcleo urbano se desenvolveu de costas para o Canal, em uma relação de negação, parte da população excluída do processo de urbanização ocupou suas margens, mantendo uma profunda relação com as águas, caso dos ribeirinhos e pescadores, que ali habitam e tiram seu sustento (Figura 9).

Todos esses elementos compõem uma paisagem que se formou na relação entre o ser humano e o meio, resultado das diversas territorializações e de conflitos socioambientais, que têm passado por transformações significativas intensificadas pela instalação nessa área da cidade, do novo Campus da UFPel. Processo iniciado no final dos anos 1990, com a implantação da FAURB, do Instituto de Ciências Humanas (ICH) e do Instituto de Letras e Artes (ILA).

Figura 9. Margens do Canal São Gonçalo, vistas a partir do Canal



Fonte: Da autora, 2023

Em 2006, a UFPel recebeu em doação parte do complexo industrial do antigo Frigorífico Anglo, além disso também aderiu ao Reuni (Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o que permitiu a criação de 48 novos cursos, sendo que 27 estão instalados no novo complexo universitário (UFPel, 2021; Sá Britto, 2016). Os novos usos

têm uma concentração espacial que vem se refletindo em transformações no uso e na apropriação do território, na medida em que vem provocando um crescente processo de valorização dos imóveis no lugar, até então caracterizado pelos usos industriais, portuários e de residência do ex-proletariado pelotense, assim como de grupos sociais de baixa renda que vinham ocupando a área nas últimas décadas em função do baixo custo do solo, resultante da supressão das atividades produtivas (Sá Britto, 2016, p. 596).

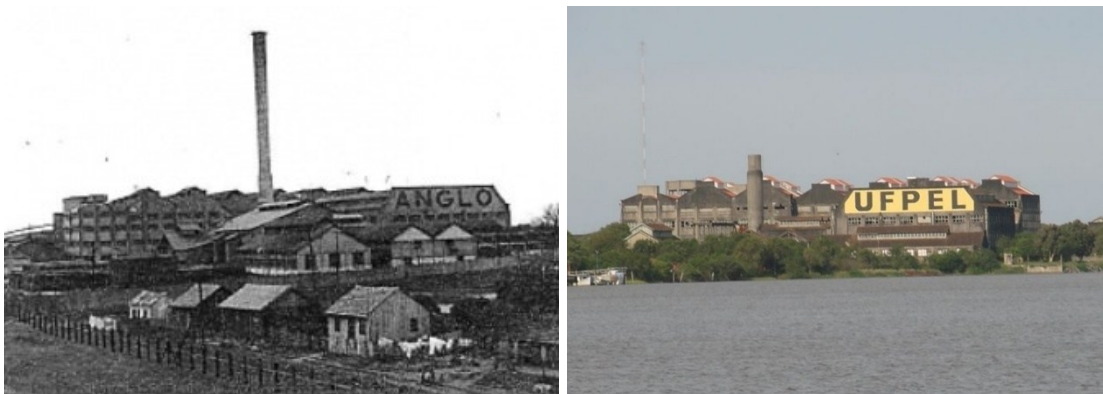
Já é possível notar a evasão da área por parte da população de baixa renda, que não consegue arcar com os aluguéis onerosos. Por outro lado percebe-se também a substituição das edificações e conjuntos de edificações térreas por edifícios para habitação estudantil. Essa nova configuração espacial já pode ser observada na paisagem urbana, através das novas construções ou das revitalizações, que acabam por ser ressignificadas (Figuras 10 e 11).

Figura 10. Construções destinadas a estudantes *versus* construções unifamiliares (Rua Bento Martins esquina Rua Tiradentes)



Fonte: Barreto, 2016-2018

Figura 11. Antigo Frigorífico Anglo - Atual Campus Anglo - UFPel



Fonte: <https://wp.ufpel.edu.br/patrimoniointerindustrial/galeria/imagens/>

Ao mesmo tempo, as atividades do Porto também foram intensificadas quando “a Sagres Agenciamentos Marítimos, empresa que opera no ramo de transporte hidroviário, passou a realizar, a partir de Pelotas, o aporte logístico na embarcação de toras destinadas a indústria de celulose” (Barreto, 2018, p. 2). Já as áreas de ocupação irregular permanecem carentes de infraestrutura adequada (figura 12) e se ampliam devido às sucessivas crises econômicas e políticas, agora dividindo espaço com novos conjuntos habitacionais populares.

Figura 12. Acesso à vila da Balsa, Muro que divide a Vila de um conjunto habitacional popular e tentativa de embelezamento em frente ao muro



Fonte: da autora, 2023

Ainda compõem este palimpsesto, marinas, atracadouros, moradias de pescadores artesanais, propriedades particulares de alto padrão, conjuntos habitacionais populares e condomínios de médio e alto padrão que se apropriaram das margens do Canal com o apelo de usufruir da “natureza” com segurança e tranquilidade.

Essas formas de ocupação do espaço e de relação com a paisagem, produzem novas territorialidades que, muitas vezes, se expressam como conflitos e disputas pela apropriação dessas áreas. Partindo do entendimento que é no cotidiano que se constroem os vínculos com o lugar, condição fundamental para o desenvolvimento sustentável e para uma cidade mais democrática e inclusiva, nesta tese analiso como tais relações se constituem em um contexto urbano marcado por territorialidades complexas e por paisagens fragmentadas e excludentes.

Assim, delimito o **problema da pesquisa** buscando compreender como se estabelecem os conflitos territoriais decorrentes das transformações, rearranjos e rugosidades, conformados pelas múltiplas territorialidades ao longo do território-paisagem do canal São Gonçalo? E a partir da compreensão dessa realidade, analisar se a noção de cidadania paisagística pode se configurar em uma alternativa aos modelos atuais de planejamento urbano e territorial?

Justifico esta pesquisa a partir da compreensão de que a paisagem se constitui sob uma perspectiva relacional e que possui um conteúdo político, econômico, social e cultural, que de alguma forma pode dissimular realidades socioeconômicas de exclusão e segregação. Compreendo também que a paisagem formada no cotidiano, se apresenta como um importante instrumento para se pensar o desenvolvimento de base territorial e sustentável, pois

Num contexto que deixou de ser o da cidade histórica e passou a ser muito mais o da “cidade difusa”, da “cidade explodida”, ou da “cidade espraiada”, a paisagem é hoje considerada por muitos [...] como um recurso para o urbanismo, ou de forma mais geral, para as estratégias de ordenamento do espaço em diferentes escalas”, principalmente no que se refere à qualidade de vida, a “identidade dos lugares, sobre a governança dos territórios ou, ainda, sobre a proteção dos meios naturais (Besse, 2014, p. 7).

Para além do seu caráter visual ou natural, as paisagens são uma construção social e são constituídas sob uma perspectiva relacional com o ser humano; assim como são resultado da apropriação do espaço e o resultado visível das várias territorializações ao longo do tempo e, portanto, base para a formação das identidades. Além disso, ao compreender que é um bem comum, chamo atenção para a dimensão pública e política da paisagem, compreendida como instrumento coletivo para a construção de estratégias de ordenamento urbano e territorial, a exemplo de alguns países, que possuem legislação específica para tratar do tema⁹.

Pensar a paisagem no campo do Desenvolvimento Regional implica compreender a importância das suas várias dimensões, sejam elas, simbólicas, históricas, funcionais, sociais, além disso. A partir dos estudos da Geografia Humana e da Geografia Cultural, pensar a paisagem em sua dimensão política e sua relação com o ser humano ganha relevância na medida em que se acirram a fragmentação dos territórios e os conflitos pelo direito à paisagem urbana e à cidade.

As paisagens urbanas têm sofrido profundas transformações, processo acentuado nos últimos anos, com as disputas pela terra urbana cada vez mais valorizada e a conseqüente fragmentação dos territórios. Nesse contexto, alguns

⁹ Lei da Paisagem da França (1993); Convenção Europeia sobre a Paisagem (2000); Carta Australiana do Patrimônio Natural (2002); Lei de regulamento, Proteção, Gestão e Ordenamento da Paisagem da Catalunha (2005). Na América Latina 16 países já possuem documentos que tratam da importância da paisagem como bem comum, com destaque para a Carta da Paisagem das Américas, que estimulou a elaboração das cartas nacionais.

pesquisadores têm se dedicado a pensar o direito à paisagem não somente como um direito de vistas, mas na ideia de paisagem-ação ou paisagem-processo, em termos de cidadania paisagística. O qual se apresenta como um conceito novo que tem atraído a atenção de estudos realizados nos últimos anos – e que para o contexto desta pesquisa, está ancorado no conceito de cidadania insurgente de James Holston. Os autores desses estudos compreendem a necessidade de incluir a paisagem e, portanto, a população nos processos de planejamento urbano e territorial (Ribeiro, 2021; Barbosa, 2020; Klein, 2018; Melo, 2005; Amorim, 2021).

Porém, no campo da elaboração de políticas públicas de ordenamento urbano e territorial, a paisagem ainda é tratada como o resultado visível dos processos de territorialização, excluindo a população e sua cotidianidade das ações e projetos. Além disso, as ações são restritas a áreas específicas dos territórios municipais, desconsiderando a continuidade das paisagens. Ou ainda, se referem às áreas rurais, com apelo turístico e/ou ecológico.

Apesar de, tanto a Unesco¹⁰ quanto o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)¹¹, reconhecerem a importância das paisagens para a manutenção da cultura dos povos, mantêm em suas definições a ideia, já superada pelos geógrafos a partir de Carl Sauer, de que paisagem cultural e paisagem natural¹² são dois objetos distintos. De acordo com a definição da Unesco, as paisagens “**ilustram a evolução da sociedade humana**” (Unesco, 2008a, p. 22-23, grifo meu), da mesma forma que mantém o valor de excepcionalidade.

No âmbito europeu, a Recomendação R(95)9 de 1995, do conselho de ministros da Europa, reconheceu a necessidade de superação da fragmentação dos conceitos no campo da preservação do patrimônio, através de “uma concepção mais alargada e

¹⁰ Em 1992, o Comitê do Patrimônio Mundial, em sua 16ª sessão realizada nos Estados Unidos, cria uma categoria para incluir a noção de paisagem cultural na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco e em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, instituiu a Recomendação R(95) 9, sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, que recomenda a adoção dessa abordagem nas políticas de preservação do patrimônio (Icomos, 2022).

¹¹ Portaria 127/2009, documento que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural.

¹² Na história do pensamento geográfico destaca-se como fundamental o papel dos geógrafos alemães na criação das noções de paisagem natural e paisagem cultural, as quais, naquele momento, aparecem como objetos ou coisas distintas e dissociadas (IPHAN, 2023).

integradora entre a ação do homem e a natureza e entre os patrimônios materiais e imateriais” mas também mantém a concepção de que as paisagens **ilustram** a **evolução** da sociedade.

Essa definição de paisagem parece ter sido suplantada na Convenção Europeia da Paisagem (2000), que a definiu como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos” e “expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade”. Tanto a R(95)9 quanto a Convenção Europeia da Paisagem, ao contrário da Unesco, definem o conceito de paisagem sem destacar o seu valor excepcional e sim, buscando uma aproximação maior com o ser humano e seu cotidiano.

Já no Brasil, a Carta da Paisagem Cultural ou Carta de Bagé estabelece que,

Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as **suporte** dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou **excepcionalizam** a interação do homem como o meio natural (IPHAN/Depam/2007, p. 3, grifo meu).

Apesar de se diferenciar da definição da Unesco, por ser menos rígida em relação aos critérios de autenticidade e integridade, que assegurariam o caráter excepcional das paisagens inscritas, e compreender as transformações a partir da dinamicidade da cultura, não reconhece ou não define a paisagem como um todo, diferentemente da Convenção Europeia.

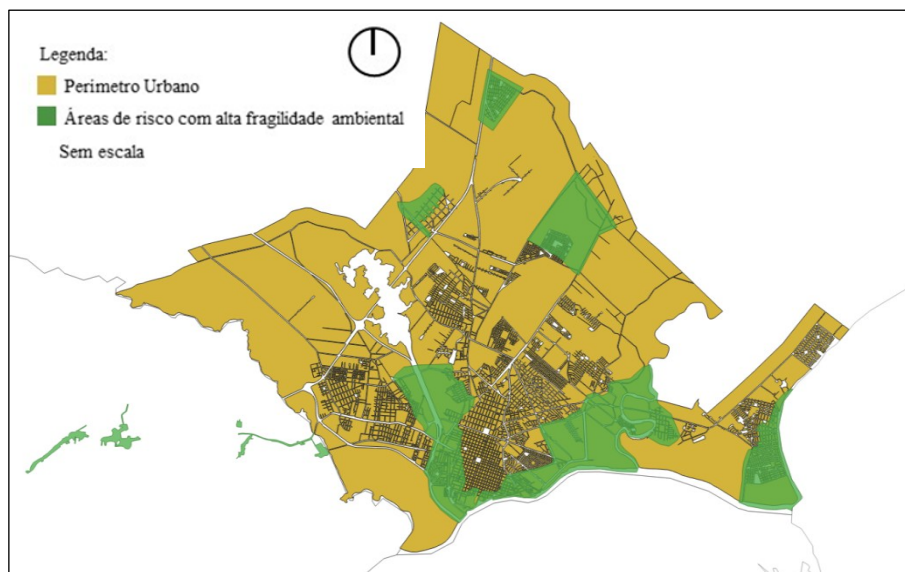
No III Plano Diretor Municipal de Pelotas (elaborado em 2008 e revisado em 2018), a despeito de considerar a relação entre o ser humano e o meio¹³ percebe-se que, a construção cotidiana da paisagem não é reconhecida. O texto do plano explicita que “a cidade contempla o canal”, se referindo ao Canal São Gonçalo. E embora o

¹³ No art. 7º, parágrafo XV, que trata da política de ordenamento territorial define como uma das diretrizes “Ordenar e controlar o uso e a ocupação do solo, com vistas a respeitar e valorizar a diversidade ambiental da paisagem da cidade, respeitando a manifestação cultural de sua população”; reconhece em seu artigo 15º, do Sistema de ideias e modelo urbano, a complementaridade entre Pelotas e Rio Grande, e propondo a criação da Matriz Verde e Azul Urbana – cidade que contempla o canal, com a “Redefinição dos limites de urbanização, através da criação de parques naturais inseridos no contexto da cidade, com objetivos simultâneos de proteger o ambiente natural” e garantir o uso adequado pela população; e da criação do “Centro Urbano Ampliado” com o objetivo de incentivar a expansão da centralidade até o Canal São Gonçalo.

município possua um PD que reconheça a importância da paisagem na elaboração de leis de ordenamento urbano e territorial, não apresenta uma clara conceituação do que seria essa paisagem, da sua continuidade no território, bem como da sua construção cotidiana e da participação da população nos processos decisórios. Da mesma forma que não estabelece critérios para a sua conservação.

A **escolha da área de investigação se justifica** pela complexidade das relações estabelecidas com as diversas territorialidades que ali se formaram, desde o final do século XIX até os dias atuais. Por se tratar de uma área sujeita a enchentes, devido a sua declividade variar entre 0% e 6%, é considerada pelo IBGE como uma área de risco, com alta fragilidade ambiental e risco de alagamentos (figura 13).

Figura 13. Áreas de risco, de acordo com IBGE (2010)



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Com o advento das enchentes que ocorreram em 2023 e 2024 e atingiram o município, o SGB (Serviço Geológico Brasileiro) atualizou o número de moradias e pessoas que vivem em risco no município de Pelotas. De acordo com o SGB (2025), atualmente há em Pelotas mais de 11,6 mil moradias em áreas de risco e cerca de 46,7 mil pessoas nessas áreas. Na Estrada do Engenho são 1206 moradias e 4824 pessoas; no Laranjal 3775 moradias e 1520 pessoas e no Bairro Porto 165 moradias e 660 pessoas em áreas de risco. As áreas de risco muito alto aumentaram de zero, em 2013 para cinco em 2025, totalizando 11 áreas de risco alto e muito alto, contra oito em 2013. As imagens da figura 14 representam a comunidade das Doquinhas, que foi

bastante atingida durante as enchentes de 2024. Nelas percebe-se que a água permanecia invadindo as moradias, mesmo um mês depois de cessada a chuva.

Figura 14. Residência tomada pela água- 1ª imagem de junho de 2024 e 2ª imagem de maio de 2024



Fonte: Montagem da autora. Imagem 1: da autora, junho de 2024 e imagem 2: da Folha de São Paulo, maio de 2024

Na figura 15 uma panorâmica da ponte para o Canal São Gonçalo, durante as cheias de 2024. Nesse dia o nível estava estabilizado em 3,00m acima do normal, sendo que voltou a bater novo recorde em 27 de maio, quando atingiu 3,13m. Suas margens tomadas pelas águas, chamam atenção para os riscos a que a população pelotense está submetida, caso não seja elaborado um plano de contenção de riscos e suas margens continuem sendo ocupadas e aterradas de forma desordenada.

Figura 15. Vista para o Canal São Gonçalo em 18 de maio de 2024



Fonte: Da autora, 2024

A enchente expôs ainda mais a situação de vulnerabilidade e exclusão a que parte da população ribeirinha está sujeita. Para alguns moradores foram mais de 30 dias em abrigos ou casas de parentes. Porém a Comunidade de Pescadores Artesanais da Barra (CPA da Barra) sofreu durante mais tempo, pois boa parte das moradias e comércios foram parcialmente ou totalmente destruídos, como é possível observar na Figura 16. A água atingiu cerca de 2,5m nas construções mais baixas. De acordo com relatos de moradores, muitos permaneceram no local nas suas embarcações, com medo de perder o pouco que tinham.

Figura 16. Rua de acesso - moradias e comércios tomados pela água na CPA da Barra



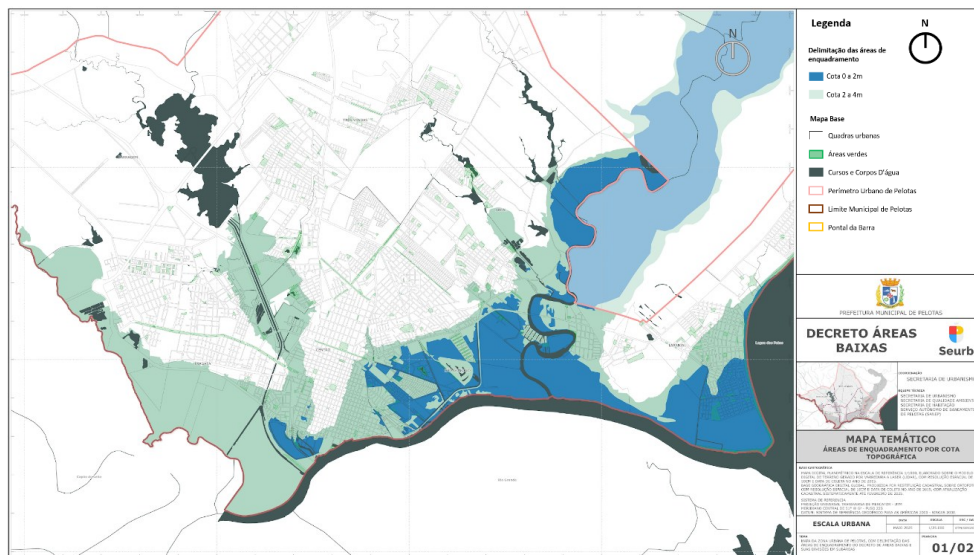
Fonte: Imagens cedidas pelos moradores da Barra, 2024.

Na Figura 17, o mapa que faz parte do Decreto 25/2025¹⁴, que instituiu e regulamentou as áreas de risco na área urbana do Município, foram consideradas as

¹⁴ Vereadores que compõem a oposição e defendem os empreendedores imobiliários no município estão tentando derrubar o Decreto Municipal.

cotas entre zero e quatro metros para proibir o parcelamento do solo nesses terrenos. Além disso, os empreendimentos com licença em vigor ficam “evocados a observarem com rigor e solidariedade ambiental, a mitigação dos impactos ambientais e adoção de soluções baseadas na natureza” O decreto não proíbe as construções novas, mas estabelece novos limites de permeabilidade e também proíbe os aterramentos (Pelotas, 2025).

Figura 17 . Pelotas - Mapa temático: áreas de enquadramento por cota topográfica - Decreto 7072/2025



Fonte: PMP, adaptado pela autora, 2025.

A área também abriga aglomerados subnormais¹⁵ e de acordo com o censo de 2010, das 3.217 pessoas que vivem nessa situação no município de Pelotas, 866 vivem nessa área e estão distribuídas entre a Ocupação Anglo, Comunidade da Balsa e a Ocupação Estrada do Engenho¹⁶. No decorrer da pesquisa esse termo foi substituído por **Favelas e Comunidades Urbanas**¹⁷, por ser considerado menos pejorativo e abranger a diversidade dos assentamentos informais no país (IBGE, 2025).

¹⁵ Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2022).

¹⁶ Esses dados não foram atualizados com a publicação do Levantamento Censitário de 2022/2023.

¹⁷ Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse e, pelo menos um dos demais critérios: ausência ou oferta incompleta de serviços públicos; predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgão públicos; localização em áreas de restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística. (IBGE, 2025)

Essas comunidades, além da falta de infraestrutura, dividem as margens do Canal São Gonçalo com outros usos variados, como marinas, estaleiros, condomínios de alto padrão, conjuntos habitacionais como o MCMV (Minha Casa, Minha Vida), instituições públicas e privadas, moradias e atracadouros de pescadores, etc. Todos esses usos configuram um espaço urbano fragmentado, com a formação de diversas fronteiras, sejam elas imaginárias ou físicas, como muros, canais de drenagem e de esgotamento a céu aberto. Essas fronteiras, esses limites, essas franjas, além de propiciar a ocupação, criam barreiras para o estabelecimento de uma relação entre a população do restante da cidade e até mesmo dos moradores locais com o curso d'água.

A paisagem assim, na sua relação com os habitantes das margens do Canal, se conforma entre o ver e o não ver, o estar e o não estar, entre o ser e o não ser paisagem. Entender como se estabelecem essas territorialidades, os conflitos que dela decorrem se torna urgente para que os gestores e planejadores compreendam a necessidade de se incluir a paisagem nos processos decisórios, em termos de paisagem-ação, com a participação ativa dos cidadãos nesses processos. Um tipo de urbanismo situado, que se difere do urbanismo projeto ou de prancheta, que tende a impor soluções de cima para baixo, desconsiderando as realidades e populações (vozes) locais, como a cultura, questões de gênero, ambientais e sociais.

A partir desses elementos delineou-se o **objetivo geral** desta tese, que se organiza em duas frentes: (i) compreender os conflitos territoriais decorrentes das transformações, rearranjos e “rugosidades”, que conformam múltiplas territorialidades ao longo do território-paisagem da porção urbana do Canal São Gonçalo; e (ii) a partir dessa compreensão, analisar se a noção de cidadania paisagística pode contribuir como uma alternativa para uma política mais democrática e inclusiva de ordenamento urbano e territorial.

Já os **objetivos específicos**, em consonância com o objetivo geral são: (I) Analisar as dinâmicas dos processos de urbanização ao longo do Canal São Gonçalo; (II) Pesquisar as ações efetivas dos gestores públicos no que se refere a paisagem na elaboração das Políticas Públicas; (III) Caracterizar a paisagem do Canal São Gonçalo, sob uma perspectiva relacional e como bem comum; (IV) Identificar as territorialidades constituídas com as novas dinâmicas de ocupação do espaço urbano dessa área; (V)

Compreender o cotidiano dos diversos atores que habitam/coabitam esse espaço, a partir das discussões sobre direito à cidade/ paisagem e cidadania paisagística.

A partir do problema de pesquisa e os objetivos (geral e específicos) como base para uma estratégia de reflexão e de condução metodológica, organizo o percurso de investigação em torno das seguintes questões norteadoras:

- a) Como se deram os processos de ocupação e urbanização ao longo do Canal São Gonçalo?
- b) Quais ações e projetos — públicos e privados — incidem sobre a paisagem nas margens do Canal?
- c) Que mudanças se processaram na área na relação com seus habitantes (usos, acessos, percepções)?
- d) Que territorialidades são identificadas ao longo da porção urbana do Canal São Gonçalo (práticas, limites, pertencas)?
- e) A partir da análise microescalar do território-paisagem do Pontal da Barra, até que ponto os elementos identificados nas entrevistas, nas caminhadas e nas imagens configuram uma tomada de consciência do direito à cidade e à paisagem, caracterizando-se como cidadania paisagística?

1.2 Percurso metodológico: a análise temática reflexiva como ferramenta interpretativa

Nesta subseção apresento o percurso metodológico desenvolvido na pesquisa, detalhando a abordagem, os procedimentos de coleta, organização e análise dos dados. Para compreender o território-paisagem ao Longo do Canal São Gonçalo foi pensada uma abordagem dividida em três frentes:

- a) Na primeira, mais geral, trato do tema a partir do enfoque de vários teóricos e pesquisadores;
- b) Na segunda, contextualizo e situo o tema no âmbito do município de Pelotas;
- c) Por fim, na terceira parte, desenvolvo o estudo de caso sobre a CPA (Comunidade de Pescadores Artesanais) da Barra/Pelotas.

Trata-se de um **estudo de caso** do tipo único e exploratório no qual acompanhei a CPA da Barra/Laranjal, localizada entre a Laguna dos Patos e o Canal São Gonçalo, em Pelotas. A área ganha relevância nos estudos do Planejamento Urbano e Regional, na medida em que se constitui como um local estratégico para pesca artesanal, compartilhado com pescadores de outras regiões do estado. Além disso, é também uma Área de Preservação Ambiental (APP), caracterizada pelas ocupações irregulares – termo contestado pelos moradores – e os constantes conflitos territoriais e ambientais a que está sujeita.

O estudo de caso permite conhecer de forma mais aprofundada e detalhada determinado objeto. Seu uso adaptado dos estudos médicos se tornou bastante corriqueiro nas ciências sociais, servindo a um duplo propósito: ao mesmo tempo que tenta compreender um grupo específico, também “tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais” (Becker, 1999, p.118).

Após uma aproximação com as diversas formas de ocupação ao longo da porção urbana do Canal, optamos por realizar esse segundo recorte espacial, através do estudo da CPA da Barra/Laranjal, com objetivo de, a partir da escala micro, compreender os processos do contexto geral. A definição da escala é importante em estudos sobre paisagem, já que a percepção da mesma, varia de acordo com a escala pois esta “é [...] inseparável da noção de paisagem. Há um limiar mínimo e um máximo na percepção da paisagem, possível de ser calculado em termos de distância” (Oliveira, 2017, p. 166).

A escolha se justifica por motivos distintos, que se complementam: a comunidade se estabeleceu em uma posição regional estratégica, atraindo pescadores de diversas cidades litorâneas; essa noção de centralidade regional parece estar presente desde muito cedo já que as pesquisas arqueológicas ao analisar “a relação entre os sítios arqueológicos na paisagem (e entre si) e a posição deles em relação às rotas, demonstrando que os sítios localizados no estuário da Laguna dos Patos seriam centrais no sistema regional de assentamento. (p. 157), ainda segundo Milheira e Colonese (2025):

Os cerritos localizados no Pontal da Barra e Lagoa Pequena, no município de Pelotas, datados entre aproximadamente ca. 3500 e 800 AP, demonstram uma gama similar de espécies como[...] os peixes ósseos incluem *M. furnieri*,

P. courbina, Cynoscion sp., Mugil sp., H. malabaricus e G. barbus; G. genidens; G. planifrons... revelando uma dieta com consumo de animais terrestres, peixes marinhos e estuarinos-dependentes. [...] os padrões de desgaste e a lesão cervical não cariiosa podem estar associados ao emprego dos dentes em atividades ocupacionais, como o manejo de instrumentos de pesca, a exemplo do uso da tarrafa (rede de pesca manual) (Milheira e Colonese, 2025, p. 156).

Além desses elementos apontados pelos arqueólogos, a comunidade possui um histórico recente de exclusão física e social e de lutas pela permanência no lugar. Ao conversar com os moradores informalmente, foi possível perceber o envolvimento de cada um com as questões coletivas; também foi adotado como critério para a escolha a relação direta com as águas do São Gonçalo, que também os distingue de outras comunidades consideradas também ribeirinhas, como a CPA da Vila da Palha (às margens do Arroio Pelotas), a Comunidade Ribeirinha do Passo dos Negros, a CPA da Balsa, a CPA das Doquinhas, a do Final da Avenida General Osório e a CPA da Ponte do Rio Grande.

O **percurso metodológico** delineou-se antes e durante o desenvolvimento da pesquisa, sendo que alguns pontos foram revistos ao longo da mesma, para que se adaptasse ao objeto de estudo. No princípio houve uma maior ênfase nos estudos de Agnes Heller (1992), Michel de Certeau (1994) e Michel Agier (2011; 2015), além de Jean Marc Besse (2014). Esses investigadores do social e da paisagem compreendem que é na cidade vivida, na paisagem vivida e no cotidiano que se estabelecem as relações que irão definir a forma com que cada ser humano se situa no mundo. Igualmente entendem a cidade não somente como produto, mas como uma construção cotidiana, que escapa às planificações estabelecidas pelos planejadores e gestores.

Para dar conta dessa complexidade, a pesquisa seguiu uma abordagem metodológica crítica e pluralista, alinhada às correntes construtivistas, que à medida em que o estudo foi se desenvolvendo, forneceu pistas de como deveria proceder. Ao analisar a realidade social da construção cotidiana da paisagem, as abordagens construtivistas se apresentaram como uma alternativa às dicotomias clássicas: material-ideal, objetivo- subjetivo, coletivo-individual ou macro-micro. Corcuff (2001) destaca que a perspectiva construtivista não deve ser encarada como uma escola, mas ela abre espaço para problemas e questões trabalhados por pesquisadores diversos em suas trajetórias intelectuais que de uma forma geral, acreditam que “as

realidades sociais são apreendidas como construções históricas cotidianas dos atores individuais e coletivos” (Corcuff, 2001, p. 35).

Da mesma forma, a **pesquisa qualitativa** se apresentou como um método adequado, já que busca compreender os fenômenos sociais no ambiente em que os participantes estão inseridos, sem deixar de considerar a análise e interpretação quantitativa dos fatos sociais – caso fosse necessário, para abranger “toda a intrincada e insondável densidade real dos processos sociais” (Ortí, 1996, p.191)¹⁸. Ao considerar que a investigação nas ciências sociais compreende uma série de decisões e ações que devem ser articuladas em seus vários níveis de complexidade, os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram divididos em três grupos:

O primeiro, deu conta do arcabouço teórico/metodológico da pesquisa, através de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de cidadania, paisagem/ território e cotidiano; com o objetivo de compreender a produção do espaço urbano pelotense, o processo de fragmentação espacial da porção urbana do Canal São Gonçalo e sua relação com as águas em uma perspectiva histórica, realizei pesquisa bibliográfica/documental e entrevistas semiestruturadas com os gestores locais; e o terceiro, para identificar as territorialidades e as relações estabelecidas entre os habitantes da área e a paisagem, me vali de métodos qualitativos de pesquisa e, através da observação, das caminhografias, das caminhadas etnográficas, entrevistas individuais, reuni elementos que tentam dar conta das subjetividades presentes nessa Tese.

1.2.2 Procedimentos de coleta, sistematização e análise dos dados

Entendo que nas ciências sociais a interpretação dos fatos, bem como dos fenômenos sociais ou discursos, apresenta ‘armadilhas’ inerentes aos processos metodológicos. E que a complexidade da interpretação da realidade social exige um esforço do investigador em identificar e analisar fontes diversas que, em um primeiro momento e, em conjunto, fornecem pistas importantes sobre os caminhos a seguir e

¹⁸ Tradução nossa do original: “*toda la intrincada e insondable densidade real de los procesos sociales*”.

diminuir o risco da interferência no processo de análise. Nesse sentido foi feita uma análise dos atributos externos da realidade social do ponto de vista quantitativo, bem como, através das caminhadas, da observação dos grupos e das entrevistas individuais pude compreender a relação dos moradores com a paisagem local. Essas duas formas de pensar o social, fizeram com que os limites e armadilhas próprias de cada uma das abordagens fossem amenizados.

A coleta de dados foi feita em três etapas complementares, sistematizadas e descritas a seguir:

Na primeira etapa foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental para a revisão dos aportes teóricos, identificando autores e pesquisas que discutiram o tema, bem como acerca da produção do espaço urbano pelotense e da porção urbana do Canal São Gonçalo; de forma concomitante foram feitas entrevistas semiestruturadas com representantes dos órgãos públicos (Prefeitura Municipal de Pelotas) e privados (administração do Porto) para dar conta da identificação das ações efetivas desses gestores no que se refere à temática da paisagem na elaboração das Políticas Públicas e ações nos espaços públicos da área.

Em um segundo momento, para caracterizar a paisagem do Canal São Gonçalo, sob uma perspectiva relacional, utilizei as fontes imagéticas, que colhidas em diferentes situações e oportunidades, em um cruzamento de tempo e aliadas aos relatos de moradores, através de entrevistas individuais e em grupo, contribuíram para a identificação e compreensão das transformações processadas ao longo da porção urbana do Canal São Gonçalo.

Essa etapa, também incluiu a observação/caminhografia – que contribuiu para a identificação das territorialidades constituídas com as novas dinâmicas de ocupação do espaço urbano ao longo do Canal. Neste momento foi feito o recorte espacial da área investigada na etapa seguinte (Estudo de Caso). Na primeira aproximação com a área, através das caminhadas e navegação, identifiquei como possível área para aprofundar a análise, a porção que abrange a Vila da Balsa e adjacências, pelas diversas territorialidades ali estabelecidas e com a influência da UFPel e do Porto. Contudo, na medida em que o estudo foi avançando e com o aprofundamento das análises, optei pelo estudo mais aprofundado da CPA da Barra, devido à escala mais apropriada ao estudo das paisagens, bem como à sua localização estratégica, onde o

Canal deságua na Laguna dos Patos, se constituindo como um território historicamente caracterizado pela pesca artesanal e pelas constantes lutas da população por se manter no local de forma digna.

As caminhadas etnográficas, ou “etnografias de rua” (Eckert; Rocha, 2002) foram importantes porque estabeleceram um diálogo situado entre pesquisadora e cidade. Nelas, o saber se produziu no atrito entre a retórica analítica, herdeira de uma tradição científica, e as representações coletivas que a urbanidade põe em cena. Como sintetizam bem as autoras, a pesquisadora constrói o conhecimento da vida urbana “na” e “pela” imagem que partilha (ou não) com os indivíduos e grupos investigados (Eckert; Rocha, 2002, p. 12).

A caminhografia urbana¹⁹, como prática da observação e ação articulada com a etnografia de rua – focada na observação – me permitiram identificar as relações estabelecidas no cotidiano, buscando o distanciamento necessário para a investigação etnográfica. A caminhografia desenvolvida entre os meses de março e agosto de 2024, permitiu uma maior aproximação com a porção urbana do Canal, mesmo que apenas pelo ato de caminhar e registrar me permitiram, de alguma forma, intervir na paisagem urbana. Esse olhar atento e situado, ao mesmo tempo que nos puxa para fora do mapa, nos lança à realidade cotidiana das pessoas que ali vivem.

Apesar de serem duas técnicas muito próximas, a caminhografia urbana e as caminhadas etnográficas se diferem, principalmente quanto ao objeto da pesquisa. Para esta pesquisa parti do entendimento de que o objeto da caminhografia é a cidade, que tem como objetivo o seu entendimento situado, através da cartografia, para tanto, utiliza registros de campo, imagens, vídeos e entrevistas, buscando cartografar o que escapa à cartografia tradicional – as instersubjetividades. Já o objeto das caminhadas etnográficas são as relações, sejam elas entre os humanos ou dos humanos com não humanos. As caminhadas foram desenvolvidas tanto de forma solitária para observação, quanto guiadas pelos sujeitos da pesquisa.

¹⁹ Essa abordagem consiste em explorar o ambiente urbano a pé, registrando e mapeando a experiência simultaneamente, combinando o ato de caminhar com a criação de mapas ou registros sensíveis. Caracteriza-se assim, como uma metodologia ativa que gera “aprendizagens que extrapolamos resultados acadêmicos” (Rocha; Santos; Del Fiol, 2024).

Essa observação como explica Certeau (1994) se deu, assim no terreno das práticas

escapando das totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície [...] Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de 'operações' ('maneiras de fazer'), a "uma outra espacialidade" (uma experiência 'antropológica', poética e mítica do espaço) [...] uma metáfora que se insinua no texto claro da cidade planejada (Certeau, 1994, p. 172).

Além disso, a compreensão dessa relação a partir do Canal, e não apenas da margem terrestre, em diálogo do conceito de *maritorio*²⁰, mostrou-se tão relevante quanto a perspectiva do território para o curso d'água. O ato de navegar possibilitou observar como os pescadores que percorrem o Canal se relacionam com o meio, em uma espécie de **navegar etnográfico**. Vivenciar e compreender a relação existente entre os habitantes/navegantes e a paisagem, bem como os conflitos resultantes das territorialidades constituídas ao longo do tempo e ao longo da porção urbana do Canal permitiu delimitar um recorte desse território no qual os conflitos são tensionados de forma constante.

A partir desse recorte e, em consonância com as novas abordagens das ciências sociais, foi possível aplicar uma metodologia capaz de apreender as relações cotidianas entre o ser humano e o meio tendo como premissa que

Os processos de participação cidadã são, sem dúvida, o ramo de aveleira que pode revelar melhor e mais amplamente a paisagem social internalizada das pessoas. Convidar os cidadãos e cidadãs a traçar o curso de suas experiências no quadro ainda branco dos planos e do planejamento futuro pode ser [...] a maneira mais precisa de reconstruir o tecido social de nossas cidades (Virós, 2009, p. 172).²¹

²⁰ De acordo com Alvarez et al (2019) o conceito de Maritorio é especialmente tratado por países insulares, caso do Chile, e surge pela primeira vez na década de 1970, em Valparaíso se referindo a embarcações utilizadas pelos habitantes locais para novos assentamentos costeiros. Na atualidade o termo mantém aspectos de sua origem como uma transição entre dois corpos (terrestre e marítimo) que geralmente são tratados como duas unidades distintas, mas também como "(...) un lugar entre tierra y río, entre el Nervión y el Galindo, entre la ría y el mar, entre terreno de relleno y agua oscilante, entre industrial y habitacional, entre ciudad y naturaleza" (Lobos 2003: 44) (p. 120), dentre outras definições, que pretendem "promover acciones de desarrollo territorial diferenciado, concordantes con la concepción original de maritorio" (p. 122) .

²¹ Tradução nossa do original: *Los procesos de participación ciudadana son, sin duda, la rama de aveleiro que mejor y más ampliamente podrá sondear el paisaje social interiorizado de las gentes. Invitar a los ciudadanos y ciudadanas a trazar el recorrido de sus vivencias sobre el ábaco aún blanco de los planos y del planeamiento del futuro[...] puede ser a manera más precisa de reconstruir o tejido social de nuestras ciudades. do tecido social de nossas cidades".*

Na última etapa de pesquisa, para compreender o cotidiano dos moradores que habitam/coabitam esse espaço, e com base nas discussões sobre direito à paisagem e cidadania paisagística, a partir do recorte estabelecido na etapa anterior, foram selecionados os participantes que responderam às entrevistas semiestruturadas. Essas falas espontâneas e, aparentemente livres, fizeram surgir “relações de significado complexas, difusas ou mais ou menos ocultas” (Ortí, 1996, p. 213)²². Da mesma forma os vínculos estabelecidos entre pesquisadora e pesquisadas(os) levaram a uma comunicação mais autêntica que permitiu revelar elementos implícitos nas suas falas. Nesse sentido as caminhadas etnográficas, junto às entrevistas, me permitiram compreender o cotidiano da comunidade do Pontal da Barra e sua relação com o território-paisagem.

Como previsto no projeto de tese, houve algumas alterações no percurso durante a investigação, forçando a adaptação dos instrumentos de pesquisa e fazendo com que eu abrisse mão dos grupos focais e conseqüentemente da cartografia social da área, devido à dificuldade de reunir um grupo significativo de pessoas para essa atividade. No entanto, a participação em reuniões e conferências ao longo da pesquisa, me permitiram fazer um cruzamento com as entrevistas e analisar a capacidade de mobilização e união entre os moradores de algumas das comunidades investigadas, como a do Pontal da Barra.

Assim, a partir desses instrumentos, busquei desvendar elementos na escala microsocial que, aparentemente sofre menos influência das estruturas e instituições que caracterizam a cidade planejada, pois é nela que se constroem as relações de pertencimento que permitirão o enraizamento social de cada um. E é nesses espaços que começa a se formar a cidade familiar onde “cada um e cada uma traça seus percursos familiares na cidade mais ou menos vasta e densa de acordo com as aglomerações e o conhecimento que ela ou ele tem, mas sempre indispensável para se poder, simplesmente aí viver” (Agier, 2011, p. 115) .

²² Tradução nossa do original: *“Los discursos espontáneos (supuestamente) libres así producidos por los sujetos y/o grupos encuestados sometido a una adecuada reducción «semiológica» y convenientemente analizados, hacen emerger, más allá de su apariencia informal, relaciones de sentido complejas, difusas, o mas o menos encubiertas.”*

Nesse sentido Certeau (1994) argumenta que é desde a infância que o sujeito desenvolve “as práticas do espaço, [...] os seus efeitos, prolifera, inunda os espaços privados e públicos, desfaz as suas superfícies legíveis e cria na cidade planejada uma “cidade metafórica” ou em deslocamento” (p. 191). Entender o cotidiano dos moradores da área e como eles se relacionam com o meio em que vivem permite assim, compreender a relação com as outras formas de vivenciar a cidade (macrossocial), e portanto, a forma como estes se situam no mundo, como estabelecem suas relações culturais, ideológicas e como reivindicam sua cidadania.

Como método de análise, para o uso das fontes imagéticas é preciso esclarecer que a interpretação foi feita de acordo com as convenções sociais e culturais das quais compartilho. Mas também é necessário considerar o contexto de produção e de recepção das imagens, através de uma análise iconográfica e iconológica. Entendo assim que, identificar o ângulo, o enquadramento, a perspectiva, o fundo, o destaque para determinados objetos/pessoas, é tão importante quanto a análise iconológica para tentar compreender essas imagens. A análise foi utilizada, principalmente nas imagens produzidas nas caminhografias e no navegar etnográfico (estas últimas, de forma mais subjetiva e através da minha percepção).

No que se refere às entrevistas, reuniões e conferências, a partir da Análise Temática Reflexiva (ATR)²³ busquei identificar padrões e significados de interesse desta investigação. A ATR é uma ferramenta muito utilizada no campo da psicologia e permite analisar, organizar e interpretar padrões e significados (temas) presentes nas falas e relatos, de forma mais flexível, sendo apropriada à pesquisa social.

Esses instrumentos de pesquisa em conjunto, a observação/caminhadas etnográficas, o navegar etnográfico, as entrevistas individuais, as imagens, as reuniões e conferências, me permitiram compreender como os moradores se relacionam com essa paisagem/território no cotidiano. Como eles veem, estão e são paisagem.

²³ A AT possui características semelhantes a procedimentos tradicionalmente adotados na análise qualitativa. Aspectos como busca por padrões, recursividade, flexibilidade, homogeneidade interna nas categorias/temas e heterogeneidade externa entre as categorias/temas são características fundamentais de análises qualitativas. [...] pode ser utilizada tanto através de uma abordagem indutiva e baseada nos dados – ou seja, que não pretende partir de uma grade pronta de categorias ou temas para analisar os dados, bem como dedutiva ou teórica – a qual parte de um conjunto preestabelecido de categorias ou temas bem definidos (Souza, 2019, p. 53).

Foram realizadas duas caminhografias ao longo do Canal São Gonçalo, sendo que uma delas foi dividida em quatro partes, a primeira entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2024, e a segunda entre os meses de março e agosto de 2024; duas caminhadas etnográficas no Pontal da Barra, uma sozinha, dia 24 de abril de 2025 e uma com moradoras, no dia 03 de maio de 2025; uma navegação etnográfica ao longo do canal em 11 de maio de 2023; 15 entrevistas semiestruturadas (uma com moradora da comunidade Campo do Osório/Passo dos Negros, uma com morador da Balsa, uma com morador das Doquinhas, três com representantes de ONGs, uma com um vereador e seus assessores, uma com representante da UFPel e sete com moradores do Pontal da Barra, considerando tempo de residência/trabalho \geq 5 anos, no caso para os moradores de áreas ribeirinhas).

Participei ainda de uma reunião pré-conferência municipal da cidade promovida pelo FDAM (Fórum em Defesa da Democracia Ambiental de Pelotas/RS), no dia 18 de maio de 2025; participação na conferência municipal da cidade e na conferência municipal de meio ambiente (grupo de trabalho justiça climática), no dia 14 de fevereiro de 2025, além disso foram diversas as saídas de campo para os registros fotográficos. Algumas saídas de campo estão representadas na Figura 17, dentre elas: Caminhografia Estrada do Engenho, em 23 de fev. 2024; caminhada etnográfica no Pontal da Barra, em 24 de abr. 2025; CMMA (Conferência Municipal do Meio Ambiente), no Auditório da UCPel, em 14 de fev. 2025; Caminhografia na Estrada do Engenho, em 11 de jul. 2024; Caminhografia na Estrada do Engenho, em 23 de fev. 2024; caminhada etnográfica no Pontal da Barra em 29 de set. 2025. A Figura 18 representa o resumo dessas ações.



Fonte: Da autora, 2024-25.

Todas as entrevistas foram consentidas e anonimizadas por códigos. Os participantes foram selecionados a partir da amostragem tipo **rede** na qual, após seleção prévia das principais lideranças – para as comunidades, e cargos – para universidade, gestores públicos, ongs e vereadores afeitos a causa, as primeiras entrevistas foram realizadas e a partir daí os entrevistados indicaram possíveis informantes. Essa solicitação foi feita sempre ao final de cada entrevista. Houve também uma seleção a partir das caminhografias, através de conversas informais com a população ao longo do Canal. Ao início de cada sessão os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, bem como das questões de guarda dos dados, anonimato, riscos e benefícios. O roteiro das entrevistas é apresentado no Apêndice I e o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no apêndice II.

Breve descrição dos entrevistados:

A seguir faço uma breve descrição dos entrevistados, destaco que os nomes são fictícios, para preservar a identidade dos (as) mesmos (as).

Sandra A entrevista foi realizada no dia 10 de abril de 2024, no Campus da Universidade Católica de Pelotas. Com uma duração de 00:55:12. A entrevistada é Arquiteta e Urbanista, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e foi funcionária da Prefeitura Municipal de

Pelotas por 27 anos (quando se aposentou), exercendo diversos cargos, em sua maioria, como técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB). O local escolhido pela entrevistada foi uma sala de convivência envidraçada, na entrada do campus. Por ser uma sala de convivência, havia ruídos de conversas constantes, mas que não atrapalharam a conversa. A escolha da entrevistada foi devido à sua experiência frente à uma secretaria de governo (entre 2013 e início de 2015) e o tempo nessa secretaria, tendo passado pela elaboração do III plano diretor de Pelotas.

Cristina A entrevista foi realizada no dia 02 de maio de 2025, no prédio da Secretaria de Cultura de Pelotas (Secult), com duração de 00:42:34. A entrevistada é Arquiteta e Urbanista, funcionária da prefeitura municipal de Pelotas e já passou por diversos setores e cargos, como Secretária de Mobilidade e Transporte e Coordenação do Programa Monumenta. A escolha da entrevistada se justifica, pelo tempo de prefeitura e também por ter exercido cargo de chefia durante o período em que houveram alterações significativas no III Plano Diretor, com a revisão de 2018.

Álvaro A entrevista foi realizada no dia 28 de maio de 2025, na sede da Secretaria de Urbanismo de Pelotas (SEUrb), com uma duração de 00:43:35. O entrevistado é Arquiteto e Urbanista, Secretário de Urbanismo (PMP) e professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Já exerceu cargo de chefia na UFPel. A escolha do entrevistado se justifica pelo seu cargo atual.

Clara A entrevista foi realizada no dia 15 de agosto de 2024, na casa da entrevistada, com uma duração de 00:41:00. Ela é Pedagoga, psicopedagoga e professora da rede municipal. Mora na Comunidade Campo do Osório e é fundadora e presidente da ONG “Cuidando de Nós”. Ela me recebeu em sua casa, que também é sede da ONG.

Julio 70 anos, entrevista realizada no dia 11 de julho de 2024, durante uma caminhografia, com duração 00:12:23, na residência do entrevistado, no bairro Balsa. O entrevistado trabalhou como serralheiro e pescador, hoje é aposentado. Veio com o pai da Canoas e mora há 60 anos no Bairro. Quando chegaram à região moraram por 2 anos no outro lado do “rio” – município de Rio Grande.

Graça A entrevista foi realizada no dia 17 de maio de 2025, no museu da Baronesa, com uma duração de 01:30:00. A coleta da fala foi durante uma reunião da

FDAM. A entrevistada é presidente da Fundação Helio de Angola, que fica na comunidade das Doquinhas (Quadrado).

Mari A entrevista foi realizada no dia 19 de março de 2025, no pátio do Mercado Público de Pelotas, com uma duração de 00:34:16. A entrevistada é Gestora Ambiental. Tem 32 anos, grande parte deles vividos no Pontal da Barra, filha de pescadores, trabalhou no beneficiamento do pescado; saiu para estudar por cerca de 10 anos (Rio Grande, FURG) hoje está – como ela fala - funcionária da PMPel, tem uma função de liderança na comunidade.

Ana 43 anos, a entrevista foi realizada no dia 24 de abril de 2025, na residência da entrevistada, no Pontal da Barra, com duração de 00:37:39. Ela sempre viveu da pesca, é filha de pescadores e tem quatro filhas, sendo que duas delas também são pescadoras, assim como seu marido.

Karina 15 anos, filha de Mb2, estudante.

João 72 anos. Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2025 (sábado), no Pontal da Barra, com uma duração de 1:19:00. A entrevista foi feita durante uma caminhada com a esposa do pescador (**Maria**, 66 anos) e com o pescador (João), no bar de propriedade dos dois. Mb5 é, atualmente o morador mais antigo da Barra, pois o mais velho faleceu durante a enchente de 2024.

Lia Fala coletada na reunião do Fórum em Defesa da Democracia Ambiental de Pelotas/RS (FDAM), realizada no Parque Museu da Baronesa, no dia 17 de maio de 2025, com uma duração total de 01:30:00.

Nina 39 anos. Entrevista realizada na peixaria da entrevistada, localizada no Pontal da Barra/Laranjal, no dia 26 de setembro de 2025, com duração de 00:12:00. Enquanto a entrevistava ela filetava as corvinas. A entrevistada é filha de pescadores e casada com pescador, sem filhos. Mora desde pequena no Pontal.

Amanda Entrevista realizada no dia 08 de março de 2023, por vídeo conferencia, com duração de 00:36:14. A entrevistada é Arquiteta e Urbanista e fez parte da elaboração de um Plano Popular para a Comunidade da Estrada do Engenho (enquanto era estudante da Faurb/UFPel) e também para a Comunidade do Corredor das Tropas, resultado de uma Residência em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, iniciada em 2020.

Diego Entrevista realizada no dia 8 de maio de 2023, na sede da Otroporto, com duração de 00:44:50. O entrevistado é Arquiteto e Urbanista e no momento da entrevista representou a OtroPorto Indústria Criativa, uma das iniciativas apoiadas pela SAGRES.

Sônia Entrevista realizada no dia 1º de abril de 2024, no pátio do mercado público de Pelotas, com duração de 01:48:42. A entrevistada é antropóloga e uma das representantes da ong “Cuidando de Nós”, que fica na Comunidade Campo do Osório, no Passo dos Negros.

Paula Entrevista realizada no dia 11 de maio de 2023, na UFPel/Campus Anglo, com duração de 00:29:29. A entrevistada é Arquiteta e Urbanista e coordenadora do PROPLAN/UFPel. A escolha da entrevistada se deu pelo seu conhecimento sobre a abrangência do Campus Anglo na área do Porto.

Mauro Entrevista realizada no dia 3 de março de 2025, na Câmara de Vereadores de Pelotas, com uma duração de 1:02:10. O entrevistado é vereador pelo município e exerce seu segundo mandato. A escolha do entrevistado devido a sua participação junto às comunidades periféricas e por ser autor da Lei dos Ribeirinhos.

Quanto ao tratamento das transcrições e para garantir legibilidade no corpo do texto, procedi a uma normalização mínima das falas (ajustes de plural, concordância e ortografia), sem modificação de sentido. Marcas de oralidade relevantes para a análise foram preservadas. Inserções explicativas aparecem entre parênteses e corte entre colchetes; termos mantidos tal como ditos, quando analiticamente pertinentes, seguem com [sic]. As transcrições integrais, com pausas, hesitações e variações, estão sob minha posse e não foram anexadas, pois somaram cerca de 400 páginas. Estas serão mantidas em arquivo próprio durante cinco anos.

1.2.3 Análise temática reflexiva como ferramenta interpretativa

A Análise Temática (AT) se caracteriza como um método de análise qualitativa que se aplica a diversas áreas, mas que teve origem na psicologia, com destaque para as pesquisadoras Virgínia Braun e Victoria Clarke. Durante mais de dez anos as autoras se dedicaram a aprimorar o método, propondo um maior rigor ao campo, através da Análise Temática Reflexiva (ATR).

A AT é um método para identificar, organizar e oferecer sistematicamente informações sobre padrões de significados (temas) em um conjunto de dados [...] a AT permite que o pesquisador veja e compreenda significados e experiências coletivas ou compartilhadas. Identificar significados e experiências únicos e idiossincráticos encontrados apenas em um único item de dados não é o foco da AT. Esse método, portanto, é um modo de identificar o que é comum na maneira como um tópico é falado ou escrito e de entender essas semelhanças. [...] O que é comum, no entanto, não é necessariamente por si só significativo ou importante. Os padrões de significados que a AT permite que o pesquisador identifique precisam ser importantes em relação ao tópico particular e à questão de pesquisa que está sendo explorada (Braun; Clarke, 2012, p. 57, *apud* Marques; Graeff, 2022).

Clarke (2017) estabeleceu três grupos de AT: AT tipo *Coding Reliability*, na qual os dados são coletados, analisados e relatados, porém sua lógica é quantitativa. AT do tipo *Codebook*, na qual um guia de códigos é previamente preparado, estes podem ser alterados durante a pesquisa. E o tipo que foi adotado neste estudo, a AT reflexiva ou construcionista, na qual os códigos e temas foram construídos ao longo da análise, mas que também permitiu a utilização de temas pré-concebidos. É importante destacar que o método, apesar de ser considerado flexível, não deixa margem para análises rasas. A flexibilidade no conjunto de escolhas que podem ser feitas pela pesquisadora antes do início da pesquisa, deve estar alinhada ao rigor metodológico e à coerência epistemológica²⁴ (Marques; Graeff, 2022).

Ao proporem a ATR como uma modalidade de AT, Braun e Clarke sustentam que a reflexividade se manifesta na articulação entre a leitura dos dados e a formação teórico-metodológica do(a) pesquisador(a), orientada pelas perguntas do estudo. A boa condução da ATR exige engajamento reflexivo e criterioso com o *corpus* e com o

²⁴ (a) Definição do tema: o que contribui, de alguma forma para responder a pergunta central da pesquisa?

(b) Descrição do conjunto de dados X relato detalhado de dado aspecto em particular (temáticas ainda pouco exploradas e análise direcionada a alguns aspectos do corpo de dados (definidos a priori);

(c) Análise indutiva versus teórico-dedutiva: na análise indutiva, os temas são definidos a partir dos dados, sem ajuste a um quadro teórico pré-existente. Já a teórico-dedutiva parte de um quadro teórico que direciona a codificação dos dados e definição dos temas. O que não exclui a adaptação e o surgimento de códigos e temas durante a análise, ainda que se refiram a uma perspectiva teórico-dedutiva.

(d) Temas semânticos versus latentes: os temas podem ser definidos a partir de uma codificação semântica, destacados descritivamente sem uma interpretação dos seus significados, já os latentes exigem um exercício interpretativo, considerando o contexto e posição social dos participantes e por fim encerrando as escolhas

(e) Epistemologia essencialista/realista versus construtivista: na primeira adota-se uma relação unidirecional entre o fenômeno descrito e a experiência individual, já na epistemologia construtivista, “interpreta-se o significado e a experiência como construções produzidas e reproduzidas socialmente, sendo relacionais entre o agente e o contexto, ao invés de serem inerentes apenas ao indivíduo”. (Marques e Graeff, 2022, 119).

próprio processo analítico (Braun; Clarke, 2019; 2022). Para as autoras, a “verdade” não está dada no corpo de dados: ela é construída pela interpretação situada do(a) pesquisador(a), à luz do referencial teórico adotado e do contexto de produção e apresentação das falas pelos(as) participantes (Braun; Clarke, 2019, p. 119).

As autoras apontam os dez pontos como centrais na ATR (Braun; Clarke, 2022): a subjetividade como ferramenta, na qual a(o) pesquisadora(or) é o principal instrumento da análise; força, não “precisão”, as análises não podem ser consideradas objetivas/precisas; mas sim fortes (complexas, ricas, refletidas) ou fracas (superficiais, subdesenvolvidas); exige um movimento relacional, pois codificar/tematizar exige alternar imersão profunda nos dados e distanciamento reflexivo (tempo e espaço para pensar); é necessário saber distinguir a qualidade do número de codificadores (para o caso de uma equipe).

Os temas são construídos a partir dos códigos, depois do processo de codificação; os temas = padrões de significados e ancoram-se em ideias/conceitos, não em tópicos “neutros” ou meramente descritivos; os temas não são “descobertos” e sim gerados pela interpretação do(a) pesquisador(a); a ancoragem teórica deve ser explícita – toda análise parte de pressupostos e é preciso tornar claro o referencial teórico e desenvolvê-lo com profundidade; a reflexividade é um ponto central da ATR – a posição da(o) pesquisadora(or) na geração de temas deve ser reconhecida e por fim; as autoras consideram que a análise é uma arte, é um trabalho criativo e não mecânico que requer criatividade e rigor metodológico. (Braun; Clarke, 2022, p. 220).

O processo de realização de uma ATR se divide em seis etapas: a primeira é a familiarização com os dados, através de uma leitura atenta e anotações iniciais; na codificação inicial é feita a identificação de unidades de sentido (sentenças ou trechos); após o agrupamento dos códigos por afinidade de sentido são definidos os temas; a revisão dos temas é feita com o intuito de testar coerência e abrangência dos temas criados; após é feita a definição e nomeação dos temas através da redação e descrições claras e precisas para cada um deles; por fim a elaboração de texto argumentativo com base nos temas, a escrita analítica.

Minha posição é a de alguém com inserção prévia no território-paisagem do Canal São Gonçalo, como descrito no percurso, com relações de proximidade com algumas comunidades ribeirinhas e atores institucionais. Esse lugar facilitou a

confiança e o acesso a narrativas sensíveis (especialmente no pós-cheias de 2024), mas também pode produzir pontos cegos. Assumo como lentes teóricas Lefebvre (direito à cidade; direito à apropriação), Milton Santos (território usado), Besse, 2014 (paisagem como experiência) e Dardel, 2015 (geograficidade), além de Certeau, 1994 (táticas e práticas) e Agier, 2011 (habitar em mobilidade). A articulação entre esses autores me levou a valorizar o vivido, os conflitos e as continuidades históricas da atividade pesqueira.

Na ATR, isso se traduziu em escolhas de codificação e na composição de temas que enfatizam a relação com as águas, o território-paisagem e a cidadania paisagística. Para lidar com tais referências, registrei decisões analíticas (diário de campo), triangulei fontes (entrevistas, observação, normas urbanísticas, mapas), realizei interpretações com pares, devolutivas parciais a interlocutores/as e adotei protocolos éticos (TCLE, anonimização e gestão segura de dados).

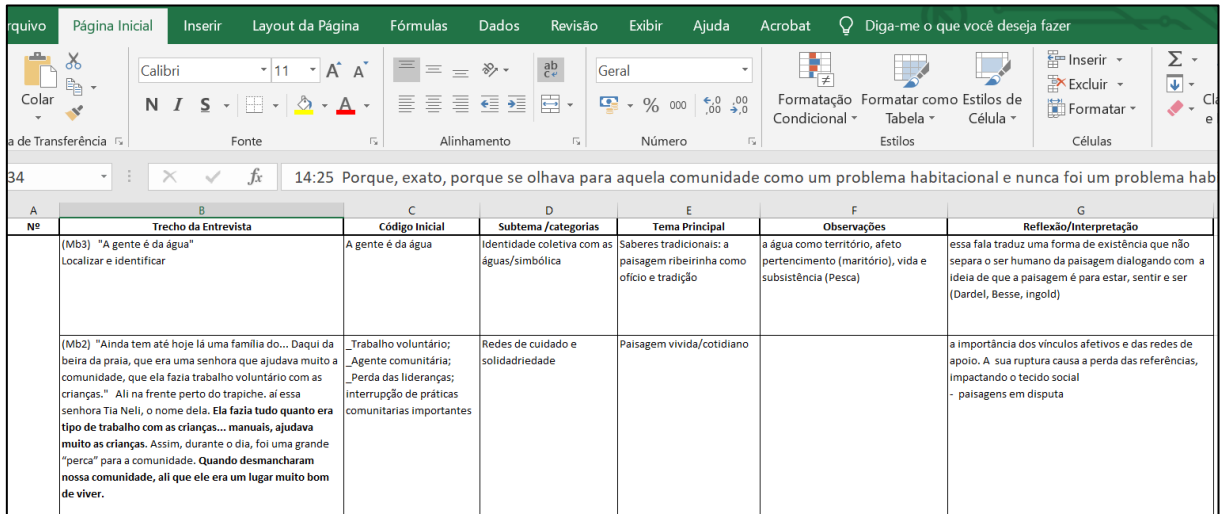
Deste modo, a partir desses referenciais teóricos acredito que, para esta tese, a utilização da ATR foi uma escolha adequada. O método segue orientações críticas/construtivistas, com uma perspectiva teórico-dedutiva e latente para a definição dos códigos e temas, mas admitindo a inclusão de códigos e temas ao longo da análise.

As entrevistas e documentos passaram por uma análise inicial já durante a transcrição²⁵, com o destaque de trechos que julguei coerentes com os temas pré-definidos (por se tratar de uma ATR do tipo teórico-dedutiva): paisagem vivida, território-paisagem, cidadania paisagística, cidadania insurgente, saberes tradicionais, apropriação desigual do espaço e fragmentação territorial. Com o avanço das análises, surgiram outros temas, que complementaram a análise interpretativa, dentre eles: paisagem ribeirinha/pesqueira, mobilidade e redes regionais, desarticulação casa-trabalho-território, saberes tradicionais: a paisagem ribeirinha como ofício e tradição, infraestruturas ausentes e táticas de mobilidade e vulnerabilidade socioambiental urbana. Na Figura 19 apresento um recorte da tabela com códigos iniciais, subtemas

²⁵ As transcrições foram feitas com a ajuda de dois softwares, o *Turboscribe* e a ferramenta de transcrição do *Office 365*, acessados de forma livre.

e temas principais (a tabela com todas as informações não é apresentada, devido à extensão da tabela, mas compõe meu acervo pessoal).

Figura 19. Tabela inicial do Excel da ATR



A	B	C	D	E	F	G
Nº	Trecho da Entrevista	Código Inicial	Subtema /categorias	Tema Principal	Observações	Reflexão/Interpretação
(Mb3)	"A gente é da água" localizar e identificar	A gente é da água	Identidade coletiva com as águas/simbólica	Saberes tradicionais: a paisagem ribeirinha como ofício e tradição	a água como território, afeto pertencimento (maritório), vida e subsistência (Pesca)	essa fala traduz uma forma de existência que não separa o ser humano da paisagem dialogando com a ideia de que a paisagem é para estar, sentir e ser (Dardei, Besse, Ingold)
(Mb2)	"Ainda tem até hoje lá uma família do... Daqui da beira da praia, que era uma senhora que ajudava muito a comunidade, que ela fazia trabalho voluntário com as crianças." Ali na frente perto do trapiche, aí essa senhora Tia Neli, o nome dela. Ela fazia tudo quanto era tipo de trabalho com as crianças... manuais, ajudava muito as crianças. Assim, durante o dia, foi uma grande "perca" para a comunidade. Quando desmancharam nossa comunidade, ali que ele era um lugar muito bom de viver.	_Trabalho voluntário; _Agente comunitária; _Perda das lideranças; interrupção de práticas comunitárias importantes	Redes de cuidado e solidariedade	Paisagem vivida/cotidiano		a importância dos vínculos afetivos e das redes de apoio. A sua ruptura causa a perda das referências, impactando o tecido social - paisagens em disputa

Fonte. Tabela do Excel elaborada pela autora, 2025

Esses temas foram agrupados novamente em quatro eixos, mantendo a relação entre os subtemas, esses eixos compõem a Seção 4 desta tese, são eles: Fazer-cidade nas margens: mobilidades ribeirinhas e disputa pelo território-paisagem; Paisagem vivida: saberes ribeirinhos, memória e legitimidade territorial; Viver às margens: ausência de infraestrutura, risco, e apropriação desigual e Cidadania paisagística: Entre (sobre) viver, re (existir) e ser cidadão.

Não foram utilizados softwares para a definição de códigos e temas, já que o número de participantes foi relativamente reduzido. Porém foram utilizadas planilhas do Excel para tabulação dos dados, que contribuíram para uma melhor organização e agrupamento dos códigos, subtemas e temas. Além dessas etapas, consideradas essenciais para o método, busquei adaptar ao meu objeto de estudo, fazendo uma espécie de triangulação com dados como imagens (aéreas/satélite/fotos), documentos (leis/planos) e observações de campo. Essa forma de tratar os dados é mais desafiadora, porém permitiu uma reflexividade maior, bem como uma análise situada.

1.2.4 Estrutura da tese

A tese foi estruturada em cinco seções a saber: a Seção 1 foi dividida em duas partes, na primeira, APRESENTAÇÃO, faço uma breve descrição do meu percurso como pesquisadora, destacando o envolvimento com o tema; na segunda seção desenvolvo as NOTAS INTRODUTÓRIAS, dividida em duas subseções, na primeira apresento o Tema, o Problema de Pesquisa, Objetivo Geral e Objetivos Específicos, na segunda apresento a abordagem metodológica da pesquisa e os procedimentos de coleta, sistematização e análise dos dados e uma breve descrição da ATR (Análise Temática Reflexiva), ferramenta utilizada na análise dos dados e por fim, descrevo esta estrutura.

Na Seção 2 “A PAISAGEM NÃO É FEITA PARA SE OLHAR”: DA PAISAGEM CENÁRIO À CIDADANIA PAISAGÍSTICA, abordo o referencial teórico que fundamenta essa tese. Primeiramente discuto a ideia de cidadania paisagística, a partir do conceito de cidadania insurgente (Hosltun, 1995, 2009). Na subseção 2.2 discuto as transformações no conceito de paisagem, de mera visualização do território a sua constituição relacional com o ser humano e por fim na subseção 2.3 proponho o uso do binômio conceitual paisagem-território, ancorado na origem dos termos e na concepção de que a paisagem pode se constituir como um meio de afirmação política.

Na Seção 3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELOTENSE: FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE, apresento uma breve análise da formação territorial de Pelotas, seguida do processo de urbanização ao longo do Canal São Gonçalo, caracterizando as diversas territorialidades formadas ao longo da porção urbana do Canal.

Na Seção 4 CIDADANIA PAISAGÍSTICA NO TERRITÓRIO-PAISAGEM DO PONTAL DA BARRA: DA PRODUÇÃO À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, a partir do estudo de caso e de uma análise situada desse território busco compreender as táticas de permanência/resistência que reforçam o entendimento da paisagem, como paisagem-ação e base da cidadania paisagística.

Por fim, são apresentadas as conclusões da tese, limites e possíveis desdobramentos.

2 “A PAISAGEM NÃO É FEITA PARA SE OLHAR”: DA PAISAGEM CENÁRIO À CIDADANIA PAISAGÍSTICA

Figura 20. Duas crianças brincando próximo à casa de bombas e à Rua do Pântano/Pelotas



Fonte: Da autora, 2024.

A paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação do seu ser com os outros, base do seu ser social... a paisagem pressupõe uma presença do homem, mesmo lá onde toma forma de ausência. Ela fala de um mundo onde o homem realiza sua existência como presença circunspecta e atarefada.

Eric Dardel, 2015

Nesta seção apresento o referencial teórico que fundamenta esta tese. Primeiramente discuto as categorias que embasam a ideia de cidadania paisagística, ancorada nos estudos mais recentes sobre cidadania e participação social no contexto urbano e dos conflitos entre centro e periferia. Já o conceito de paisagem e seus desdobramentos na atualidade busco ancorar nos estudos da Geografia Humana e da Geografia Cultural, considerando a paisagem como um recurso político e instrumento para o ordenamento territorial.

A cidade é, antes de tudo, um espaço em disputa. Por trás de sua aparente ordem, traduzida em mapas, planos e legislações, existe uma complexa rede de relações que moldam, tensionam e reinventam continuamente o território urbano. À margem dessas dinâmicas formais, estão as populações periféricas, cujas práticas de resistência e existência subvertem as formas tradicionais de pensar e produzir a cidade. A partir desse contexto, nesta seção proponho uma reflexão crítica sobre as relações entre cidadania e paisagem urbana, a partir da articulação entre os conceitos de cidadania insurgente, como formulado por James Holston, e cidadania paisagística, ainda em consolidação nos debates contemporâneos sobre paisagem.

Ao compreender que o direito à cidade vai além do acesso aos serviços básicos e incluem o direito de ver, estar e ser paisagem, amplia-se a noção de cidadania para além do status jurídico. Trata-se de reconhecer o papel ativo das populações que vivem “às margens” na construção simbólica e material do espaço urbano. Nesse sentido, as paisagens construídas por grupos historicamente marginalizados revelam-se como expressões de luta, pertencimento e afirmação identitária e constituem importantes ferramentas para se pensar o urbano, sob uma ótica mais inclusiva e democrática.

Parte-se assim, do cotidiano como *lócus* privilegiado de experiência e resistência e, através de uma abordagem teórico-metodológica que integra autores da geografia, antropologia e urbanismo, busca-se compreender como práticas espaciais, narrativas e vínculos afetivos conformam novas formas de cidadania - insurgente e paisagística - e tensionam os limites impostos por modelos urbanos excludentes e eurocêntricos. É no espaço banal, na paisagem vivida e no coletivo que são gestadas novas formas de se pensar e fazer cidade.

A sessão está estruturada da seguinte forma: esta introdução; no item 2.1 Cidadania paisagística: o direito de ver, de estar e de ser paisagem, discuto o desenvolvimento do conceito de cidadania insurgente; o item 2.2 A paisagem – entre o ver e o ser, em que abordo o conceito de paisagem sob uma perspectiva relacional e o item 2.3 Paisagem-território: uma construção cotidiana, no qual proponho uma síntese do conceito de paisagem como uma construção cotidiana, através da articulação e aproximação com o conceito de território.

2.1 Cidadania paisagística: o direito de ver, de estar e de ser paisagem

Nas últimas décadas, o conceito de cidadania passou por transformações que acompanharam o avanço do capitalismo, e são resultado tanto da globalização quanto dos deslocamentos e migrações humanas.

Em termos gerais “a cidadania pode ser vista como um status, que qualifica a relação da pessoa humana com o poder dominante” (Garcia, 2011, p. 69). Essa qualificação está presente já na origem do termo do latim *civitas* (cidade), que remete à posição do cidadão em relação à cidade, definição que ainda hoje mantém esse vínculo. Contudo, o conceito se dinamiza na medida em que sua definição varia de acordo com o período histórico e os direitos e deveres a ele associados. Vale destacar que os elementos que caracterizam a cidadania não são universais, pois variam de acordo com as particularidades de cada sociedade.

Autores como Thomas H. Marshall (1967) e Carlúcia Silva (2013) identificam três tipos de direitos que compõem a cidadania, direitos civis (século XVIII), direitos políticos (século XIX) e direitos sociais (séc. XX). Os direitos fortalecidos a partir da Revolução Francesa, se referem aos direitos fundamentais, previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Os direitos políticos fazem referência à participação do cidadão na vida política, embora uma parcela significativa da população não tenha acesso a eles já que também estão à margem dos direitos civis. Por último, os direitos sociais, que envolvem a vida em coletividade, como direito à educação, trabalho, salário justo, saúde e aposentadoria. A efetivação desses direitos depende tanto da atuação do Poder Público quanto da mobilização da sociedade civil e, em tese, seria capaz de reduzir das desigualdades sociais (Silva, 2013).

Roberts (1997) afirma que a cidadania social está na base das cidadanias política e civil, pois o envolvimento coletivo e a participação ativa estão no cerne da luta pelos direitos e pelo fortalecimento da democracia. Enquanto que os direitos civis e políticos são elementos identificáveis e comuns às sociedades democráticas, os direitos sociais não, pois são constantemente sendo redefinidos de acordo com as mudanças na sociedade.

Ao longo do século XX, para além dos movimentos de classe e superando os limites territoriais e ideológicos dos estados nacionais, o conceito de cidadania passou a compreender “um conjunto de direitos fundamentais e de práticas sociais, para assegurar a realização do sujeito e da sua dignidade, independentemente do Estado de pertence do cidadão” (Bertaso, 2019, p. 908). Porém, enquanto os direitos humanos são universais, os direitos do cidadão e a própria cidadania não são, ainda que em alguns momentos possam coincidir. Os direitos humanos são mais abrangentes já que, em um estado democrático, em nenhum momento o direito do cidadão pode justificar uma violação dos direitos humanos. Nessa perspectiva o direito à propriedade por exemplo, “não prevalece sobre o direito à subsistência de trabalhadores da terra” (Benevides, 1992, p. 24).

Direitos humanos e cidadania, conseqüentemente, contribuem de forma dialógica para as lutas daqueles que são relegados às margens da sociedade, vivendo em condições indignas, e, portanto, deveriam ser pensados de forma indissociável (Bertaso, 2019). Além disso, é fundamental a distinção entre cidadania individual e coletiva, já que as políticas neoliberais dos últimos anos têm acentuado as tensões entre os interesses coletivos e individuais, acelerando a diminuição do papel do Estado em promover o bem-estar social. Da mesma forma distingue-se a cidadania passiva – que é aquela outorgada pelo Estado – da cidadania ativa, que é a que define o cidadão não apenas como portador de direitos e deveres, mas que participa de maneira engajada e coletiva na vida pública (Benevides, 1992).

A própria Constituição Brasileira (1988), em seu artigo 14, reconhece três formas de participação direta: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular legislativa. No entanto, esse reconhecimento não garante a efetiva participação da população, frente à fragilização dessas instâncias com a expansão do neoliberalismo e a prevalência dos direitos individuais sobre os coletivos. Além disso, no Brasil também

influenciam nesse processo, questões culturais arraigadas em nossa sociedade, resultado de anos de escravidão, de um sistema de ensino autoritário, de um sistema social patriarcal e machista, valores retrógrados e do fortalecimento do individualismo.

O antropólogo estadunidense James Holston (1995, 2009, 2013) ao analisar os processos de urbanização em países periféricos como o Brasil, propõe, além das concepções tradicionais de cidadania, o conceito de cidadanias insurgentes. Essa ideia, para o autor, teria surgido com os processos de urbanização e democratização que, segundo ele, estão profundamente interligados. Holston observa que, embora essas transformações tenham ocorrido de forma ampla e acelerada em escala global, elas resultaram em uma condição comum a vários países, especialmente os periféricos, onde a maior parte da população urbana passou a viver nas periferias, em condições precárias de moradia, na maioria das vezes ilegais ou irregulares, enquanto que os centros urbanos se beneficiam tanto do trabalho quanto da pobreza desses habitantes.

O resultado desses dois processos acaba por ser contraditório, pois ao pensarmos em democratização supõe-se “uma cidadania mais igualitária”, mas na prática, o que ocorre é o aprofundamento das desigualdades, já que a cidade se caracteriza como o lugar por excelência do exercício da cidadania, a periferia é formada por boa parte dos cidadãos marginalizados e “não cidadãos”. É nessa dinâmica de formação das periferias que essas populações se organizam para lutar por seus direitos básicos, em resposta à expulsão dos centros pelas elites. Sendo que esse movimento emergiu, principalmente em países da África do Sul, América Latina e Ásia, contribuindo para o rompimento de fórmulas estabelecidas de planejamento urbano e territorial²⁶ (Holston, 2009).

Apesar de a cidadania urbana insurgente utilizar os centros urbanos para se manifestar, ela é gestada nas periferias, pois os espaços centrais (cívicos) estão impregnados justamente das características que os cidadão periféricos contestam, que é a ideia de centralidade, o projeto arquitetônico/urbano e as instituições, que

²⁶ Em seu livro *Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*, Holston faz uma análise histórica do processo de periferização da cidade de São Paulo, evidenciando a construção cotidiana das periferias pelas populações menos favorecidas, bem como das cidadanias insurgentes em oposição à cidadania diferenciada gestada ainda nos séculos XVIII e XIX.

representam “hierarquias, legalidades, segregações e desigualdades do regime entrincheirado de cidadania” e são as estruturas criadas para segregar que acabam por fomentar nas populações periféricas, a luta por melhorias na qualidade de vida (Holston, 2009, p. 254). A articulação dessas populações se dá assim, na cotidianidade e começa com a luta diária por uma vida digna, manifesta na reivindicação pelos direitos humanos fundamentais – como moradia, acesso à água e saneamento básico – ou seja, na luta por permanecer nesses territórios.

A noção de cidadania paisagística, proposta nesta investigação, aproxima-se da definição de cidadania insurgente formulada por Holston, na medida em que, boa parte da população urbana é privada não apenas do direito à cidade, mas do direito de ver, de estar e, sobretudo, de ser paisagem. Essa condição se manifesta, por exemplo, entre os moradores em situação de vulnerabilidade que ocupam as margens do Canal São Gonçalo, território no qual constroem suas vidas e tiram seu sustento, seja por meio da pesca, da criação de animais ou como empregadas(os) domésticas dos condomínios mais próximos.

Quando até mesmo o mínimo para a sobrevivência lhes é negado, o ato de resistir transforma essas pessoas em parte essencial desse meio. Da mesma forma lhes é negado o direito de decidir coletivamente sobre o planejamento do espaço urbano.

2.2 A paisagem – entre o ver e o ser

Apesar de recente, a discussão sobre o direito à paisagem no campo das ciências sociais e aplicadas tem adquirido importância principalmente com o acirramento das desigualdades sociais, que estabelece o urbano como campo de disputa. Nesse contexto e para esta pesquisa, considero o conceito de paisagem sob uma perspectiva polissêmica e entendo necessário compreender como o tema vem sendo tratado nas últimas décadas.

Nos últimos anos, diante dos problemas urbanos das grandes e médias cidades, diferentes teóricos se debruçaram sobre a produção capitalista do espaço urbano, através de uma análise crítica dos processos históricos, dentre eles pode-se destacar Henri Lefebvre (2016), David Harvey (2006, 2009, 2014), Neil Brenner (2018) e os

brasileiros Hermínia Maricato (2013), Raquel Rolnik (2003) e Milton Santos (1996, 1999, 2004).

Já os estudos sobre a paisagem urbana são bastante escassos e como destaca Anne Coquelin (2007) “a paisagem urbana é mais nitidamente paisagem que a paisagem agreste e natural [...] sua construção é mais marcada, mais constante, ainda mais coagente”, a autora não nega a paisagem natural, mas destaca o caráter relacional da paisagem na urbanidade. Nesse sentido Gordon Cullen entende a cidade como a arte do relacionamento e sua paisagem é caracterizada

pela reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os seus edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, entretecendo esses elementos de maneira a despertarem emoção e interesse. Uma cidade é antes de mais nada uma ocorrência emocionante do meio ambiente (Cullen, 1983, p. 10).

Por muito tempo a Geografia adotou uma concepção restrita sobre a paisagem compreendendo-a como o resultado visível dos processos de territorialização, como reflexo das ações humanas sobre o espaço. Essa abordagem, herança em parte da tradição positivista e cartográfica da geografia, dissociava a paisagem da experiência humana. Porém, as abordagens críticas da geografia humana e cultural contribuíram para a ampliação deste conceito.

Carl Sauer ao tentar dissolver a dualidade existente entre a geografia física e a humana, propôs uma abordagem morfológica da paisagem ao considerar que, “por definição a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes” (Sauer, 1998, p. 23), além disso para o autor, a paisagem natural e a paisagem cultural, são partes de um todo, no qual a cultura atua como agente sobre o meio natural, resultando na paisagem cultural, sendo portanto, indissociáveis (Sauer *apud* Correa; Rosendahl, 1998).

Corrêa e Rosendahl (1998) propõem uma abordagem que considera os valores simbólicos da paisagem e sua relação com o ser humano, enquanto parte dela. Para os autores além das dimensões morfológica, funcional, histórica e espacial, mais comumente relacionadas, ela expressa valores, crenças, mitos e utopias, portanto apresenta uma dimensão simbólica.

Denis Cosgrove destaca que a paisagem lembra da posição do ser humano em relação à natureza, relação esta, definida através da razão. Ele propõe o estudo das

relações de poder estabelecidas, identificando dois tipos de paisagens resultantes dessas relações, o primeiro que seria a ‘paisagem da cultura dominante’, um dos meios através do qual o grupo dominante exerce seu poder e busca mantê-lo a partir da reprodução dos símbolos da sua cultura, observáveis nas diversas escalas; e o segundo, que seriam as ‘paisagens alternativas’: classificadas em “paisagens residuais (que sobraram do passado), emergentes (que antecipam o futuro) e excluídas (que são ativa ou passivamente suprimidas)” (Cosgrove, 1998, p. 105)²⁷.

Neste último tipo poderiam ser incluídas as paisagens produzidas por mulheres, que organizam e usam o espaço de forma diversa ao homem, representando significados distintos das produzidas por homens (Cosgrove, 1998). As paisagens excluídas podem ainda se referir a outros grupos, como populações indígenas e negras, imigrantes, lgbtqi+, ribeirinhos (caso desta tese), que vivenciam essas paisagens cotidianamente e reivindicam o direito de permanecer nesses locais.

Nesse sentido, somos levados a perceber de forma mais clara a paisagem produzida pelos grupos dominantes, pois da mesma forma que o excedente se concentra socialmente, é também concentrado espacialmente. Essa concentração é mais perceptível nos centros urbanos, onde os planos e projetos tendem a representar e reafirmar o poder das classes dominantes (Cosgrove, 1998). Isso não significa a exclusão das demais formas de expressão, somente a sua invisibilização.

Para Augustin Berque é necessário analisar a paisagem na sua relação com a sociedade que a produziu. É preciso compreendê-la como marca e matriz. Pois ao mesmo tempo que a paisagem é abarcada pelo nosso olhar e decodificada pela nossa consciência, ela molda a nossa forma de olhar, experienciar e agir. Ela é assim, “1. plurimodal [...] como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; e 2. a

²⁷ É possível fazer uma aproximação com a distinção estabelecida por Raymond Williams (1979) na obra “Marxismo e Literatura”, em termos de classe, entre a cultura dominante, a cultura emergente e a residual (ao que ele chama de materialismo cultural). Para o autor “residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente” (125), “no entendimento da cultura emergente, em distinção da cultura dominante e residual, é que ela não é nunca apenas uma questão de prática imediata. Na verdade, depende crucialmente de descobrir novas formas ou adaptações da forma. Repetidamente, o que temos de observar é, com efeito, uma emergência preliminar, atuante e pressionante, mas ainda não perfeitamente articulado, e não o aparecimento evidente que pode ser identificado com maior confiança”. (129). Essas diferenças, segundo Williams são explicadas através das estruturas de sentimento, ou “visão de mundo” ou “ideologia” que podem ser explicadas pela ascensão de uma classe ou rompimento, mutação dentro de uma classe.

paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se auto produz e se auto reproduz”, sendo que essa produção é sempre mediada pela cultura, portanto para estudar a paisagem não está em causa somente a visão, mas todos os sentidos, não só a percepção, mas todas as relações estabelecidas. Desta forma a paisagem “situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido a sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo” (Berque, 1998, p. 86-87), variando com a experiência e consciência de cada um com o meio.

Faz-se necessário então, superar o dualismo ser humano/natureza pois “a paisagem aparece cada vez mais como uma entidade relacional [...] ao mesmo tempo, e essencialmente, totalmente natural e totalmente cultural. É o elemento onde a humanidade se naturaliza e onde a natureza se humaniza (e se simboliza)” (Besse, 2014, p. 41), exclui-se, deste modo as abordagens unilaterais sejam elas antropocentradas ou naturalistas e a paisagem passa a ser vista como um *meio*, que “conforma um modo de olhar o espaço mais nuançado e próximo da vida cotidiana, aproximando a cultura e a política das práticas espaciais, corporais e ações cotidianas” (Barbosa, 2020, p. 252).

Além de conformar uma categoria de análise, Besse propõe que a paisagem pode ser pensada a partir de cinco “portas”: Porta fenomênica (experiência sensível): paisagem como ambiente perceptível, transitável, vivido; Porta material (estrutura organizada): paisagem como conjunto de elementos físicos construídos ou cultivados; Porta simbólica (representação e imagem): paisagem como projeto cultural, imaginário social, valor estético e ideológico. Porta política (disputa e poder): paisagem como palco de controle territorial, naturalização de relações de dominação e segregação social e por fim, a porta projetual (futuro e transformação): paisagem como espaço-projeto, lugar de intervenção para articulação entre “cidade e natureza”.

Ao considerar a paisagem como algo estático e dado, enfim naturalizado, oculta-se o fato de que ela é resultado de processos históricos, de conflitos e afirmação de poder e que portanto, ao naturaliza-la, naturalizam-se também as desigualdades, encobrendo a realidade desses processos e legitimando a distribuição desigual de recursos e a invisibilização dos grupos as margens.

Nesse sentido, esta tese busca compreender como se estabelecem os conflitos territoriais às margens do Canal São Gonçalo e, à semelhança do debate que discute o direito a cidade, propõe refletir sobre o direito à paisagem. No entanto, trata-se aqui de uma concepção ampliada de paisagem, que ultrapassa a dimensão meramente visual ou contemplativa. O que se propõe é reconhecer o direito de estar e, sobretudo, de ser paisagem, direito de pertencimento e enraizamento no território vivido, mediado pela noção de cidadania paisagística.

Essa abordagem se ancora na perspectiva fenomenológica de Éric Dardel (2015), para quem a paisagem é antes de tudo um acontecimento relacional, uma forma de o ser humano habitar o mundo. Ela não se reduz ao visível, pois integra memória, corpo, afeto e deslocamento. Trata-se, portanto, de uma vivência que é mais sentida do que representada, mais habitada do que observada. Por essa razão, compreender os conflitos e disputas nesses territórios exige uma abordagem multidisciplinar, que articule as dimensões geográficas, sociais, culturais e políticas da paisagem como experiência e expressão de cidadania.

Nesse sentido, as discussões acerca do direito à paisagem e da cidadania paisagística foram estimuladas nos últimos anos, tanto pela ampliação do conceito de paisagem, da simples visualização do território a uma perspectiva relacional, quanto pelas profundas transformações ocorridas nos ambientes urbanos. Nesse sentido, a dimensão política da paisagem é abordada por diversos autores (Ribeiro, 2021; Barbosa, 2020; Besse, 2014; Debarbieux, 2007), que discutem a luta que os grupos estabelecem ao reivindicarem o direito de usufruírem dos espaços públicos, partindo da ideia da paisagem associada ao bem viver e às realidades imediatas e futuras da cidade como espaço da existência individual e coletiva.

Essas lutas reforçam a dimensão política da paisagem que tem como foco os sujeitos e suas territorialidades, a paisagem nesta perspectiva não é somente para ser olhada “mas a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base do seu ser social” (Dardel, 2015, p. 30). Entender como essas territorialidades vão sendo construídas e como se constituem em campo de disputa pelos diversos grupos que dela reivindicam se tornou tarefa de geógrafos, sociólogos, antropólogos, arquitetos e urbanistas, dentre outros.

Nesse contexto o direito à paisagem é “mais do que uma discussão sobre o direito de “vistas”, ou o direito de se relacionar com a natureza, o direito à paisagem coloca de maneira mais clara as reivindicações de grupos e indivíduos pelo ser-no-mundo, por existir e ter sua existência reconhecida e respeitada” (Ribeiro, 2021, p. 31). A paisagem assim, construída no cotidiano, é considerada como paisagem-ação, que invade a esfera pública e se torna “um objeto político e uma ferramenta de negociação política que conecta os grupos sociais ao ambiente circundante e à gestão territorial” (Debarbieux, 2007, s/p).

A cidadania paisagística assim, é pensada como um direito não somente de ver a paisagem, mas de estar e ser paisagem. Constitui-se em uma forma de insurgência que desafia a noção formal de cidadania, permitindo explorar dimensões críticas da relação entre o ser humano, o território e seus direitos, ao mesmo tempo em que desafia e propõe novas formas de fazer cidade. Cidadania paisagística e cidadania insurgente se constituem como resistência à invisibilização e à exclusão, seja ela simbólica ou político-econômica.

Ambas são forjadas no cotidiano, através das práticas de apropriação simbólica (paisagística) e de sobrevivência (insurgentes), e transcendem o status jurídico, como um conjunto de práticas enraizadas na experiência espacial e coletiva. Não apenas reivindicam o acesso à paisagem ou aos direitos básicos, mas ao direito de participar de forma ativa das transformações espaciais e sociais, bem como de ser reconhecidas no território, através da proposição de alternativas ao status quo imposto pelo Estado e pelo capital. Ambas desafiam as formas excludentes de produção espacial, e por se constituírem no cotidiano, se aproximam do fazer e do ser, elementos importantes nas discussões mais atuais sobre planejamento urbano.

2.3 Paisagem-Território: uma construção cotidiana

A percepção da paisagem como mero resultado visível dos processos de territorialização foi construída de forma ideológica pelo ocidente a partir da Idade Moderna e no contexto de formação do capitalismo, como já indicaram Williams (1973) e Cosgrove (1993). Nessa concepção as classes dominantes encontraram na paisagem uma forma de representar sua visão de mundo e essa relação paisagística

transformou o território simultaneamente em mercadoria e espetáculo, algo a ser observado à distância ou “do alto de um mirante”, como aponta Besse (2014, p. 106). A paisagem assim, passou a operar como um dispositivo ideológico, naturalizando as desigualdades e em certa medida, apagando os conflitos e as territorialidades resultantes destes, e ao mesmo tempo ocultando os processos sociais contraditórios e da apropriação desigual do território.

Para Besse essa é uma instituição capitalista “principalmente europeia, ocidental, branca, em detrimento de outros modelos culturais de relação com a paisagem; enfim, é uma cultura essencialmente masculina” (Besse, 2014, p. 108). Contrapondo essa concepção ocidental o autor propõe pensar a paisagem de uma forma dialética e apoiado nos estudos de John Brinckerhoff Jackson, chama atenção para o fato de que a paisagem é um território fabricado e habitado. A análise de Jackson começa por buscar a origem do termo em países do noroeste europeu como a Dinamarca e norte da Alemanha, que tinham uma noção diversa da paisagem. Nesses locais, até o início da Idade Moderna, a palavra *landschaft* não possuía um significado territorial, se referia mais a um tipo de governo político, um regime político ou um tipo de Estado do que ao espaço; nesse contexto a *landschaft* se constituía em uma entidade político-jurídica de um tipo particular, com duas características principais: primeiro era baseada nos costumes e segundo, mantinha “certa independência política, em relação a divisões políticas e administrativas mais amplas” (Besse, 2014, p. 110). Para o autor:

A *landschaft* seria então, um conjunto de cidadãos organizados em corpo político e estaria em um primeiro momento associada ao local – e posteriormente ao país - território. Para Besse isso explicaria a pintura flamenga e neerlandesa, que representa o cotidiano desses cidadãos, se caracterizando então em uma “pintura política, e não pitoresca, apesar das aparências” (Besse, 2014, p.110).

A transformação conceitual do que seria a paisagem ocorreu em um contexto marcado pela afirmação da “autoridade política do monarca (e do Estado)”, cuja autoridade se estende sobre todo o território “relativizando os particularismos e os costumes locais [...], a soberania assim, não provém do território, mas ela o institui o

nomeia”²⁸. A *landscape*, sofre uma fusão com a palavra *prospect* (perspectiva), se constituindo em uma representação teatral do território, e deixa de ter o significado de "costumeiro", como visto anteriormente. Essa redefinição resulta assim, de um conflito entre os representantes locais que buscavam preservar a sua capacidade de decisão e a monarquia centralizadora em ascensão.

A paisagem torna-se assim, simultaneamente uma categoria ‘política e iconográfica: de um lado está a paisagem do ponto de vista do Estado, como um instrumento de legitimação do poder soberano e de outro, aquela vivida pelas comunidades locais, associada à continuidade dos modos de vida e aos costumes partilhados (Besse, 2014, p. 115).

É nesse período que se processa a separação entre os conceitos de território e paisagem, quando esta passa a ser utilizada como instrumento simbólico de poder. Como afirma Cosgrove (1984), a paisagem torna-se uma forma ideológica de ver o mundo, refletindo a ordem e o domínio territorial do soberano. Essa transição marca o afastamento da *landschaft* (baseada nos usos costumeiros e comunitários) e aproxima a paisagem do aparato estatal moderno. Segundo Besse (2009), é nesse momento que a paisagem se torna imagem, representação visual codificada e se distancia da prática cotidiana do território vivido.

É possível deste modo, fazer a separação entre paisagem política e paisagem vernacular. A primeira seria o resultado de uma decisão centralizada, “a paisagem em grande escala, que manifesta as grandes visões de poder e estende-se através de um espaço percebido como homogêneo e em contato direto com as regiões que controla” (Besse, 2014, p. 118). Ela organiza, estrutura e delimita o território e, portanto, não necessita se relacionar com a materialidade da paisagem, seria como aponta Besse uma paisagem ‘fora do solo’.

No outro extremo

a noção de paisagem vernacular expressa o fato do ser humano não ser somente um ser dotado da linguagem, do pensamento, mas da possibilidade de ser também, e ao mesmo tempo, um habitante do mundo, um habitante da Terra e da natureza. Em outras palavras ele tem um solo e faz parte de um

²⁸ Para compreender essa associação, Besse apresenta o frontispício do “Leviatã” de Thomas Hobbes de 1651 – que representa a relação entre o poder político e o território, no qual o monarca é representado acima abarcando o seu reino (território).

meio, com o qual mantém constantes relações materiais, sensíveis, práticas. O vernacular é de certa maneira, o sinal da presença desse meio, em particular do meio natural, e desse solo (Besse, 2014, p. 125).

A paisagem vernacular é, portanto, aquela habitada, a 'paisagem vivida' e é testemunho de que somos habitantes do mundo. É a paisagem às margens, na fronteira, nas franjas, 'da ordem do residual', que seria a característica principal do espaço vernacular pois ele não é claramente delimitado por um indivíduo ou grupo, o que dá lugar à incerteza, seja no que se refere a situação jurídica ou ao próprio tamanho desses lugares (Besse, 2014). Michel de Certeau (1994) chama atenção de que é nesses espaços vividos, que se estabelecem as relações sociais e a cidade é construída, pelos passos de quem a vivencia.

Outra característica da paisagem vivida é o seu dinamismo já que se renova constantemente, é um espaço intermediário onde predomina a adaptação às circunstâncias e está ligado muito mais ao universo do costume do que do planejamento, deste modo a constituição dessas paisagens se caracterizaria mais como uma tática do que como uma estratégia (Certeau, 1994). A paisagem vivida seria então, construída no cotidiano e para além de sua porção estética e do domínio da visão, ela seria também multissensorial, pois a relação do sujeito com o meio se dá com todos os sentidos.

Essa definição que, a princípio foi trabalhada pelos autores no contexto de paisagens intermediárias (entre urbano e rural), pode ser adaptada para a realidade das paisagens urbanas por apresentarem as características apontadas pelos pesquisadores, caso das margens do Canal São Gonçalo, objeto desta pesquisa. Neste local a condição de transitoriedade está sempre presente, seja pela condição ribeirinha e o risco constante de enchentes, seja pela condição de vulnerabilidade de seus habitantes e precariedade das moradias em condição irregular.

A aproximação conceitual entre paisagem e território, vai além da usual complementariedade e pode ser feita ao considerar a origem comum dos termos. Proponho assim o binômio território-paisagem ancorando essa decisão na análise filosófica pertinente ao tema.

Ao contrário da ciência, que busca especificar e estabilizar domínios específicos do real, os conceitos na filosofia intervêm em problemáticas para desestabilizar, criando novas conexões não só com outros conceitos como com o próprio contexto histórico-geográfico. Trata-se, pois, de saber mais

como o conceito ‘funciona’ ou o que se pode ‘fazer’ com ele do que propriamente explicar seu significado. Assim, os conceitos ‘não possuem um conteúdo independente, autônomo, a não ser o que eles adquirem através do uso num contexto’” (Holland, 1996, p. 240 apud Haesbaert, 2008).

Pensar esses conceitos de forma indissociável, como **território-paisagem**, está na compreensão que remonta à raiz da palavra paisagem no radical *pays*, que significa “país” ou “região”. Este radical está relacionado à ideia de um espaço delimitado e habitado, que pode ser percebido, vivido e representado. A partir desse radical, formaram-se termos em várias línguas europeias que associam o conceito de território ao da paisagem, evidenciando uma raiz comum para esses conceitos.

Em inglês, a palavra *land* significa “terra” ou “território” sendo a base para *landscape*, que pode ser traduzida como “a forma da terra” ou “terra-forma”, referindo-se ao espaço geográfico visível e organizado. Em espanhol, *país* (país) e *paisaje* (paisagem) mantêm a mesma raiz, reforçando a relação entre o conceito de país como território e sua representação visual. Em italiano, *paese* significa “país” ou “vila” e *paesaggio* refere-se à paisagem, novamente destacando essa relação de territorialidade e percepção. Em francês, *pays* significa “país” e *paysage* é o termo para paisagem, destacando a mesma raiz semântica entre o espaço territorial e sua manifestação visual.

Também no grego moderno, o termo τόπος (*topos*), que significa “lugar” ou “localidade”, tem uma função semelhante ao designar um espaço geográfico delimitado. Apesar de não ter relação etimológica direta com o radical *pays*, *topos* também fundamenta conceitos ligados ao lugar e à paisagem, como em τοπίο (*topio*), que significa “paisagem”. Aristóteles em *Tópicos* (2005), usa *tópos* para designar o ‘lugar do argumento’, mas também reflete sobre o lugar como algo que delimita e dá forma ao ser. Isso se relaciona com a ideia contemporânea de paisagem como construção relacional do espaço vivido.

Essa forma de se pensar a relação do ser humano com seu meio muda de forma radical no Renascimento quando “o espaço heterogêneo e multidimensional da antiguidade torna-se homogêneo e tridimensional, onde tudo é dominado pelo nosso *olhar*” (paisagem na visão moderna), fazendo com que “o sujeito tenha consciência e primado absoluto” (Barcellos, 1995, p. 45), em detrimento do lugar. Essa concepção embasará desde a geometria chegando à filosofia para a qual, na visão de Descartes

e Kant, “determinar um espaço é um ato político, constitutivo de direitos, com múltiplas repercussões principalmente na questão da posse da terra, fato histórico crucial” (Barcellos, 1995, p. 46), aproximando-se da concepção de paisagem política explicitada no pensamento de John Brinckerhoff Jackson²⁹.

De forma semelhante se dá a relação entre as palavras território e cotidiano, que não buscam contemplar todas as dimensões do real e se distanciam das concepções totalizantes do Iluminismo. É possível, dessa forma, apreender a complexidade das relações sociais, revelando as ambiguidades e valorizando as diferenças entre os seres humanos (Barcellos, 1995).

Santos (1999, pág. 8) afirma que o território “tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. [...] O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Ainda que permeado pelas relações de poder, ao ser pensado por meio do binômio “território-paisagem”, o território se revela como construção cotidiana, em consonância com o pensamento de Santos, para o qual “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 2004, p. 255). Trata-se, portanto do resultado das diversas territorializações produzidas pelos grupos que disputam o uso e o sentido desse espaço. Quando essas territorializações se tornam conflitantes, resultam em um território fragmentado — como é o caso das disputas existentes ao longo do Canal São Gonçalo — objeto desse estudo.

O cotidiano definido como o lugar da sociabilidade, da vida, das pequenas coisas, dos pequenos acontecimentos vai configurando a cidade vivida. A cidade nesse sentido, é menos um produto, como na perspectiva defendida por Harvey e Lefebvre e mais uma construção, pois é na cotidianidade, na soma das pequenas ações que a vida acontece, e é essa “visão que nos aponta para a cenas da vida cotidiana, marcada por microatitudes, cenas efêmeras e pontuais que se compõem como fios de um tecido social” (Barcellos, 1995, p. 42).

²⁹ Jackson, John. Brinckerhoff. *A la découverte du paysage vernaculaire*. Arles/Versailles: Actes Sud/ENSP, 2003.

Certeau também chama a atenção de que é no cotidiano que a cidade é feita. Para ele a cidade planejada não passaria de um “simulacro ‘teórico’” (1992, p. 171), distante das práticas reais de seus habitantes, em contrapartida são “os jogos dos passos”, ou seja, os deslocamentos cotidianos, que moldam espaços e tecem os lugares. Segundo o autor são as motricidades dos pedestres que formam os ‘sistemas reais’, cuja existência **faz** “efetivamente a cidade”, enquanto que os mapas que representam a cidade planejada “constituem procedimentos de esquecimento” que ao manifestarem a propriedade fazem “esquecer uma maneira de estar no mundo” (Certeau, 1994, p. 176, grifo meu).

Na mesma linha, Agnes Heller (1992, p. 17-18) compreende a vida cotidiana como o lugar por excelência da vida humana, onde todas as dimensões do ser, sejam elas sensoriais, intelectuais, afetivas ou práticas, se manifestam. Para ela, essa simultaneidade, impossibilita a plena realização de cada uma dessas dimensões, o que torna a cotidianidade heterogênea e hierárquica.

Já Machado e Brandão (2020, p. 214), ao concordarem com a visão lefebvriana de que “a produção capitalista dos espaços urbanos tende a desconfigurar espaços de encontros, confinar sociabilidades, estilhaçar os sentidos de pertencer, regular o confronto das diferenças, direcionar vivências, percepções e subjetividades dos cidadãos”, entendem que a fragmentação dos territórios, só poderia ser revertida, com a recusa da lógica mercantil da cidade enquanto produto. Assumindo que é uma obra inconclusa que deveria ser pensada a partir da perspectiva dos seus cidadãos como uma cidade múltipla, onde o vivido seja valorizado, expressando-se como criação contínua e compartilhada.

Santos já chamava atenção de que é no chamado espaço banal que se encontra o potencial para a construção de novas formas de sociabilidade. É nesse território comum que, segundo ele “as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante formas novas de produção e de consumo” (Santos, 1998, p. 17). O espaço banal revela assim, a força transformadora das articulações de base territorial, pois permite a construção de formas alternativas de organização enraizadas nas realidades locais, que podem nos libertar da “maldição da globalização perversa” e abrir caminhos para uma outra globalização, uma que seja capaz de restaurar a dignidade humana e promover justiça social.

A participação dos cidadãos nos processos de planejamento das nossas cidades tem sido considerada por estudiosos do urbano nas últimas décadas como uma das formas de preencher as lacunas deixadas pelo planejamento de prancheta (Ermínia Maricato, 2013; Seixas, 2013; Raquel Rolnik, 2003, Vainer, 2013). Esses pensadores e pensadoras, apoiados nas pesquisas das ciências sociais, compreendem a necessidade de se pensar a cidade a partir do cotidiano. Mais recentemente, a ideia das cidadanias insurgentes e paisagística corroboram com essa necessidade, na medida em que as populações periféricas reivindicam seu direito à cidade e subvertem a forma estabelecida de se pensar a cidade como um produto, e passam a reivindicar o direito de construí-la no cotidiano.

Besse amplia essa abordagem ao compreender a paisagem como uma construção relacional, resultado das práticas, percepções e experiências dos sujeitos no espaço. Para ele “o mundo vivido, o mundo da vida comum, o mundo cotidiano, é a paisagem (e não o mapa) [...] o mapa nos puxa fora do espaço para que possamos considera-lo como espectador [...] O mapa apaga os itinerários, as práticas de espaço” (Besse, 2014, p. 135- 208). A paisagem assim, não é apenas para ser vista, mas é onde a vida se manifesta, onde são estabelecidos os vínculos entre o ser humano e o mundo. Ao mesmo tempo que é lugar de disputa, de enraizamento e de resistência.

Agier entende que, nessa perspectiva, uma antropologia da cidade “não se baseia numa definição externa, urbanística, estatística ou administrativa da cidade” (Agier, 2011, p. 36), a cidade extrapola os limites do etnólogo,

multitude sem totalidade, a cidade seria, também, demasiado heterogênea para que o próprio antropólogo consiga aceder à sua complexidade sem se perder [...] No entanto, essa diligência baseada numa pesquisa relacional, local e [micrológica], que parecia ser um obstáculo à constituição de uma antropologia na cidade é, precisamente o que torna possível a elaboração de uma antropologia da cidade. (Agier, 2011, p.37).

A cidade, portanto, não se constitui somente como um produto, mas “é feita de movimento” e portanto, a pesquisadora deve olhar ‘por cima do ombro’ dos seus habitantes, e ao invés de tentar definir o que é a cidade, compreender ‘o que faz a cidade’ e assim “orientar o olhar não apenas sobre o que se perde nos espaços “da não cidade” mas também sobre o que aí nasce. Que vida social, econômica, cultural, política emerge nos lugares mais precários e mais extraterritoriais, dando-nos exemplos de cidades em formação?” (Agier, 2011, p. 38-39). Nesse sentido, se justifica

o olhar de outros instrumentos na formulação de políticas públicas, pois somente a visão tecnocrática sobre os mapas, não dá conta de revelar os sistemas de relações e significações presentes no contexto urbano.

entre o privado e o anonimato, o demasiado próximo e o demasiado longínquo, existem espaços intermediários, ocasionalmente familiares, lugares vagos, desviados ou apropriados, que fornecem as condições de possibilidade de um 'agir urbano', atraindo, geralmente, as formas de ocupação ou de invasão urbana, de instalação artística ou de manifestação política (Agier, 2011, p. 42).

Esse modo de se pensar a cidade, em uma realidade de fragmentação espacial e de territorialidades em conflito, seria uma oportunidade para se pensar a cidade sob a ótica do cidadão, que constrói a cidade com seu caminhar, no cotidiano pois “as descontinuidades espaciais, as fragmentações territoriais, enfim, as rupturas de toda ordem, também podem constituir-se em possibilidades, ou seja, podem configurar-se em interrupções propiciadoras de tomada de consciência” (Mesquita, 1995, p. 84). A noção de cidadania paisagística, bem como de cidadania insurgente fariam parte de uma dessas tomadas de consciência, para a qual a paisagem vivida, compreendida em seu sentido mais amplo, se constitui em uma importante ferramenta para se pensar a cidade.

É no espaço vivido, banal, cotidiano portanto, que se desenvolvem outras formas de cidadania, de pertencimento e do fazer urbano, ancoradas na escuta e na valorização da experiência territorial. A cidade assim se faz a partir do cotidiano, que resiste, da paisagem que se reivindica e dos vínculos que se constroem entre os seres humanos e o território.

Repensar o **fazer cidade** a partir do cotidiano de suas populações, particularmente daquelas historicamente excluídas dos processos tradicionais de planejamento urbano, é um exercício urgente. A articulação entre as noções de cidadania insurgente e cidadania paisagística permite compreender práticas de resistência que não apenas questionam a lógica excludente do modelo hegemônico de produção do espaço, mas também propõem alternativas baseadas no pertencimento, na escuta e na valorização das ações cotidianas e locais. Essas formas de cidadania não se restringem a um conjunto de direitos formalmente garantidos, mas emergem de processos enraizados nas práticas coletivas, nas lutas por reconhecimento e no desejo de existência plena no espaço urbano. São resultado da

luta diária pela sobrevivência e pelo protagonismo, que revelam o urbano como lugar de conflitos territoriais e sociais, mas também como campo de criação, negociação e reinvenção.

Da mesma forma, a paisagem pensada de forma indissociável do território, deixa de ser mero cenário visual ou estético para se tornar meio de afirmação política, cultural e sensível. Reconhecer as populações periféricas e ribeirinhas como parte da paisagem urbana é reconhecer que o urbano é feito por todos e que sua construção deve incluir múltiplos olhares, saberes e experiências.

Portanto, pensar o fazer cidade a partir do vivido e das insurgências implica romper com modelos tecnocráticos. Exige escuta, presença e disposição para valorizar o cotidiano como lugar de conhecimento, poder e transformação. Talvez seja no reconhecimento dos conflitos existentes e do cotidiano, que será possível propor cidades mais justas, plurais e verdadeiramente democráticas, onde a paisagem não seja privilégio, mas direito, e onde a cidadania se realize plenamente.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELOTENSE: FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE

Figura 21. Vista da Estrada do Engenho em direção ao Bairro Planejado Parque Una



Fonte: Da autora, 2024.

O Estado age sobretudo por cima e a empresa por baixo (assegurando a habitação e a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma “sociedade”, assegurando também, os lazeres, e mesmo a cultura e a “promoção social”). O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes, de seus conflitos, convergem para a segregação.

(Lefebvre, 2016, p. 105)

O espaço urbano pelotense resulta de processos históricos e atuais de produção que articulam Estado, mercado e cotidiano, reconfigurando formas, usos e sentidos do território. Entre as estratégias de planejamento, regulação e investimentos, que viabilizam requalificações, enclaves residenciais e controles de acesso, e as táticas de permanência e reapropriação, que mantêm práticas e vínculos de vizinhança, resulta um quadro de fragmentação territorial e desigualdade. Nos territórios constituídos nas bordas d'água, a valorização seletiva das paisagens, a privatização de bens e a externalização de riscos (impermeabilização, cheias) tensionam o direito de ver, estar e ser paisagem, tornando evidentes conexões e rupturas entre passado e presente. Compreender Pelotas a partir desse olhar é mostrar como e para quem o espaço é produzido e mantido e quais disputas definem quem permanece, quem circula e quem é invisibilizado.

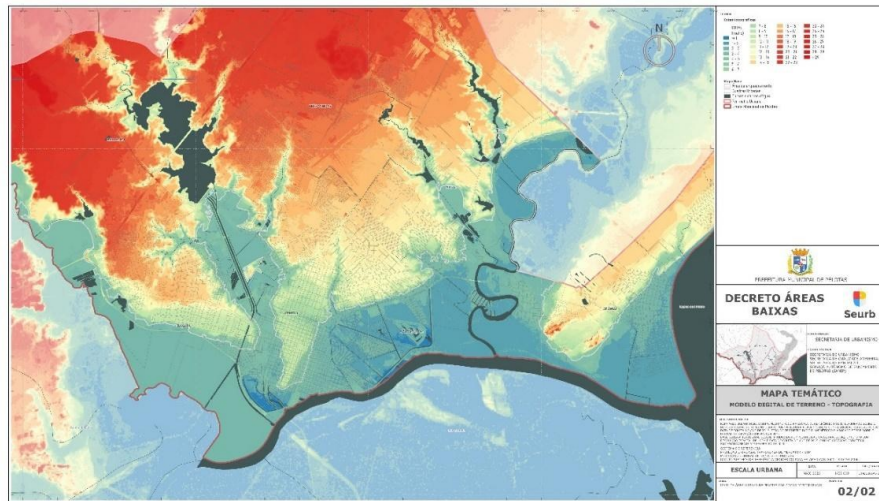
3.1 Formação territorial de Pelotas

O estudo das paisagens exige uma compreensão da situação fisiográfica do objeto de estudo. De acordo com Vieira (2005) o município de Pelotas se localiza na região da encosta do Sudeste, entre a Serra do Sudeste, a Serra dos Tapes e a Planície Costeira Gaúcha. Desenvolvendo-se a partir das ondulações da encosta oriental da serra até a planície do Canal São Gonçalo, o que confere ao município duas paisagens predominantes a noroeste com elevações entre 100 e 300 m. “Isto decorre do fato de o município estar situado, do ponto de vista geomorfológico, sobre o Núcleo ou Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense, onde se verifica a ocorrência da Serra dos Tapes, o que caracteriza o interior do município e lhe confere uma paisagem ‘serrana’ (Vieira, 2005, p. 87).

Já o núcleo urbano do município está localizado na Planície Costeira Gaúcha, com predomínio de relevo plano e baixo, de acordo com a figura 22, percebe-se uma altitude média de 7,00m (tons mais claros de verde e laranja). Pode-se verificar que a altitude aumenta de sudeste para nordeste, em direção ao escudo. No nível médio é possível distinguir dois níveis: dos terraços (tons tendendo para o amarelo), onde se desenvolveu a cidade e o das várzeas aluvionais (tons entre verde e azul), onde predominam os vazios urbanos. Este, nas últimas duas décadas foi alvo da

especulação imobiliária e das ocupações irregulares, principalmente nas áreas próximas às margens do Canal São Gonçalo, o que resultou, a partir da enchente de 2024, no Decreto 7072/25³⁰ e no mapa representado na Figura 22. De modo geral, a altitude do relevo em Pelotas, aumenta do Sudeste, onde se encontra a cidade, para noroeste.

Figura 22. Mapa da topografia da área urbana de Pelotas



Fonte: Pelotas, 2025

Apesar da influência do sítio sobre o estabelecimento do núcleo urbano de Pelotas, ele não é fator determinante já que “[...] os fatores de ordem cultural e social, alinhados pela história, é que ajudam a compreender a dinâmica local. **A cidade não foi produzida pelo espaço**” (Vieira, 2005, p. 89, grifo meu). É necessário, assim,

Figura 23. Paisagem às margens do Canal São Gonçalo – Estrada do Engenho



Fonte: Da autora, 2024

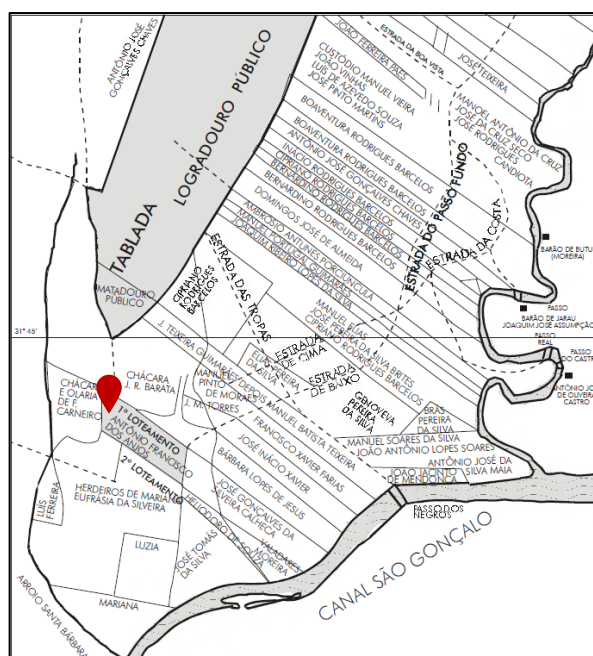
³⁰ O decreto 7072/25 regulamenta o inciso I do art. 175, da Lei Complementar nº 5.502, de 11 de setembro de 2008, alterada pela Lei nº 6.636, de 3 de outubro de 2018- Plano Diretor do Município de Pelotas. O referido inciso proíbe o parcelamento do solo em terrenos baixos, alagadiços ou sujeitos à inundações.

analisar esses fatores, para uma melhor compreensão da ocupação territorial de determinada porção espacial.

A ocupação do território e a formação do espaço urbano pelotense esteve, desde o princípio, atrelada aos seus cursos d'água. Cerca de 90% de sua área territorial está inserida na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo, sendo que os outros 10%, na Bacia do Rio Camaquã (SEMA, 2025). No início da ocupação essa ligação foi mais intensa junto ao Arroio Pelotas, mas se constituiu também com o Canal do São Gonçalo e o Arroio Santa Bárbara. A proximidade com as águas permitiu o estabelecimento do Sítio Charqueador, com o escoamento da produção do charque, bem como da produção industrial, durante o processo de industrialização. Porém esses elementos, como na maioria das cidades brasileiras, não foram valorizados enquanto paisagem e sim como local de despejo de dejetos ou para navegação.

Assim, apesar de presentes e conformadores da paisagem urbana, o núcleo urbano se estabeleceu na direção oposta, tanto para o São Gonçalo (Figura 24), quanto para o Arroio Pelotas. Suas margens hoje, são caracterizadas pelas diversas territorialidades, dentre elas as comunidades ribeirinhas e as ocupações irregulares que convivem com a falta de infraestrutura e a insegurança pelo risco de alagamentos e remoções.

Figura 24. Localização do Núcleo Fabril e do Núcleo Urbano de Pelotas (Marcador vermelho)



Fonte. Gutierrez, 2001

Sobre a formação de Pelotas, João Simões Lopes Neto escreveu para a revista do 1º centenário de Pelotas em 1911:

Como as xarqueadas estavam situadas na parte ribeirinha – arroio Pelotas, rio S. Gonçalo, arroio Santa Bárbara – e a população fosse em aumento, malacomodada, rezolveram muitos moradores, para maior tranquilidade das suas famílias, arrancharem-se em ponto mais afastado e ao abrigo do movimento das tropas de gado semi-selvagem, que as vezes, em disparadas inevitáveis promoviam o alarme, sempre o perigo e muitas vezes, o luto entre os vizinhos. Havia também os males causados pelas enchentes, e á temer, o desasocego das escravaturas recém-vindas. Localizaram pois alguns as suas cazas a meio planalto da extensa coxilha marginada a Oeste pelo arroio Santa Bárbara, ao Sul pelo S. Gonçalo, onde veio ao depois erguer-se a compacta edificação da área urbana atual. Particularmente no espaço compreendido entre a atual praça da República e a Matriz, nasceu o delineaamento da cidade (Rubira, 2012, p. 122, foi mantida a grafia da época)

O município teve sua formação durante o período em que a Coroa Portuguesa procurava consolidar seu domínio na fronteira sul do continente americano, local de constantes disputas com a Coroa Espanhola. Diversos fatores contribuíram para a ocupação dessas terras, como os rebanhos livres provenientes das Vacarias do Mar, o mercado propício com a seca na região Nordeste e a escassez da carne de sol, a possibilidade de transporte da produção pelo Porto de Rio Grande e a força de trabalho escravizada (Pesavento, 1994).

O Rincão de Pelotas foi doado a Tomás Luís Osório em 1758, pelo governador Gomes Freire de Andrade, provavelmente pela sua participação na luta contra Sepé Tiaraju e na guerra Guaranítica na fortaleza Jesus-Maria-José, em Rio Pardo, onde prendeu seu chefe e filho, reforçando e ampliando a fortaleza. O rincão era limitado pela Lagoa dos Patos, sangradouro da Mirim (Canal São Gonçalo), Arroio Pelotas e Correntes, local que chegou a abrigar trinta estabelecimentos charqueadores. Após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777 e a saída dos espanhóis do território sulino, foram instaladas as primeiras charqueadas. O crescimento da atividade charqueadora, gerou um excedente de capital que, ao contrário do mercado capitalista tradicional, em que o capital é reinvestido na expansão da atividade produtiva, não se prestava a este tipo de investimento, já que a única forma seria através do aumento da mão de obra escravizada.

Deste modo, o excedente passou a ser investido na produção do espaço urbano. Em 1810 foram iniciadas as tratativas para implantação do núcleo urbano e em 1812 foi criada a Freguesia de São Francisco de Paula. O início da construção da

capela da freguesia pelo capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, legitimou o ato de fundação. Em 1815 foi contratado o piloto de sesmarias Maurício Inácio da Silveira “para realizar a medição, o projeto de parcelamento do solo e a demarcação dos lotes, das áreas públicas e do sistema viário” (Carrasco, 2017 pág. 598), levando em conta a demarcação dos terrenos das fábricas, mas também exigia o estabelecimento de toda uma infraestrutura para apoio à produção do charque, como bancos e casas comerciais.

Enquanto a produção e comercialização do charque se dava através do atual município de Rio Grande, a necessidade de fortalecimento da elite local, reforçava o estabelecimento de um núcleo urbano, que amparasse e legitimasse a força produtiva, assim a produção do espaço urbano se deu da mesma forma que as relações sociais, baseado na concentração de riquezas. Além disso, possivelmente a mão de obra escrava era também utilizada nas olarias encontradas nas charqueadas, durante a entressafra (Gutierrez, 2001).

O terreno para instalação do primeiro loteamento foi doado por Mariana Eufrásia em 1827, enquanto o modo de produção desenvolvido nas charqueadas sofria com a instabilidade, pois tinha como concorrentes diretos os saladeiros do Rio da Prata que possuíam mão de obra livre e assalariada e, portanto, um rendimento maior. Para Cardoso (1997 *apud* Carrasco 2017) “[...] a concorrência entre “saladeiros” e “charqueadas” significava a luta entre duas formas diversas de produção econômica: uma mais presa à situação colonial e escravocrata, outra mais ligada à produção capitalista [...]”, este quadro impediu o surgimento de uma economia moderna, com bases industriais, restando à elite escravocrata detentora do capital, investir na produção do espaço urbano.

Harvey (2009) destaca que em períodos de crise econômica a urbanização é alvo de investimentos dos excedentes de capital para ele “[...] os capitalistas encaram um dilema faustiano: reinvestir para ter ainda mais dinheiro ou consumir o excedente” (Harvey, 2009, p.10). Porém, reinvestir não fazia sentido, já que a única forma seria adquirir mais escravos, o que contribuiria para aumentar a crise já em curso no setor. Desta forma, como em outros momentos, o volume excedente de capital passou a ser investido na urbanização.

O núcleo urbano foi ampliado nos anos 1858 e 1870 pelos chamados terceiro (Porto) e quarto (Caieira) loteamentos. No ano de 1850 foi promulgada a Lei de Terras (Lei no 6010), assim como também em 1850, se deu o fim do tráfico de pessoas escravizadas. Essas duas leis, contribuíram sobremaneira para a construção das relações espaciais e sociais na Pelotas do século XX, já que uma versava sobre as formas de acesso à terra – restrito a quem pudesse pagar – e a outra sobre a organização do mercado de trabalho, em uma sociedade de bases escravistas. Segundo Lefebvre (2006, p. 7) o “modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo)”.

Como se percebe, a expansão e a produção do espaço urbano pelotense, na transição do século XIX para o século XX, foram marcadas pelo estabelecimento de territorialidades alicerçadas no sistema econômico anterior, pela manutenção do domínio político, econômico e social da elite charqueadora e pelas profundas desigualdades sociais e espaciais. Com a abolição da escravidão em 1888, uma quantidade significativa de escravizados libertos se soma à população empobrecida que se dirigia para a área urbana. Dados municipais da época informam que cerca de 30% da população pelotense era constituída por negros³¹. Para acomodar a grande presença urbana de negros vindos das charqueadas, como formação de mão de obra reserva, foram construídas edificações precárias fora dos limites urbanos já estabelecidos. Assim,

A cidade dos casarões, de arquitetura sofisticada, dos teatros e dos chafarizes, era também a cidade das senzalas e dos cortiços, expressando em sua forma urbana, e na sociabilidade dela derivada, as ideias que conformavam o arcabouço ideológico sobre o qual se justificavam e se legitimavam as contradições latentes observadas entre os modos de pensar e de agir, entre a moral pública e a privada e entre a reivindicação da civilização como horizonte a ser alcançado a partir da generalização da barbárie (Carrasco, 2017, pág. 602).

Enquanto o núcleo urbano se desenvolvia e tinha sua infraestrutura qualificada e financiada pelos excedentes da atividade charqueadora, havia também um grande

³¹ Fonte: Boletim apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891, por Euclides B. de Moura, diretor da repartição de estatística da mesma Intendência. Pelotas, Livraria Universal, 1891.

investimento privado em edificações de vários tipos, marcando a urbanidade pela ostentação e pela qualidade arquitetônica. Já

Os mais pobres alugavam quartos em porões, em edículas nos fundos dos terrenos ou em casas velhas subdivididas, chamadas de cortiços. Todas estas opções tinham como característica: o estado precário das edificações, o espaço mínimo por família e o banheiro e o tanque coletivos (Gutierrez; Gonsales, 2012, p. 518).

Com a crise na atividade fabril do charque e a abolição da escravidão, ainda no início do séc. XX, a área urbana passou por um processo de higienização e substituição dos cortiços pelos conjuntos de unidades habitacionais para aluguel, sendo estes mais rentáveis a longo prazo. Porém, essas construções foram implantadas fora do perímetro de exclusão dos cortiços, o que fez com que a área urbana ficasse definitivamente marcada por fragmentações e desigualdades, já que a infraestrutura, os serviços e a arquitetura de qualidade ficavam dentro do perímetro de exclusão. Esse modelo definiu o desenvolvimento urbano durante todo o século XX e tem reflexos nos dias atuais.

Houve, portanto, um estímulo por parte da municipalidade para a construção de moradias de baixa qualidade e uma grande quantidade de projetos aprovados que seguiam os tipos arquitetônicos básicos destinados aos mais pobres ‘o galpão, o porão e os contrafeitos’ (Moura, 2006). Deste modo, a elite pelotense estabeleceu sua ideia de cidade com o intuito de manter seu domínio político, econômico e social através do investimento dos excedentes de capital em edificações de baixa qualidade e com alta rentabilidade. A produção do espaço urbano foi entremeada pelas relações de poder que lhe são características, pois “[...] a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle” (Raffestin, 1993, p.144). É nesse momento que se percebe o território e a paisagem como campo de poder e, neste caso, como manutenção do *status quo*.

A expansão do espaço urbano pelotense foi e é constantemente, marcada pela exclusão e pela precarização do *habitat* da população mais pobre. A sanitização e higienização do espaço urbano colocou-se após a aprovação de outras leis regulatórias. Em 1881 houve a restrição desse tipo de construção em áreas mais próximas ao perímetro preestabelecido e em 1888, com a aprovação do Código de

Posturas, a área de exclusão dos cortiços foi ampliada, ou seja, esse tipo de construção não foi proibido, mas afastada das áreas mais nobres. O novo código tinha por objetivo regulamentar as novas edificações, incluindo os cortiços, que eram considerados os responsáveis pela degradação das condições sanitárias da cidade à época, estigmatizando a população que habitava essas áreas (Moura, 2006).

Os ideais higienistas chegaram de vez à Pelotas com a elaboração do Plano de Saneamento da cidade, consolidado pelo Plano de Saturnino de Brito de 1927, que levou a supressão gradativa dos cortiços, e impôs a necessidade de alternativas para a habitação da população mais empobrecida, bem como para abrigar a nova classe trabalhadora absorvida pelas indústrias em expansão. Novamente o espaço urbano pelotense absorveu o excedente de capital das indústrias em expansão e entre os anos de 1895 e 1950, foram construídos 230 conjuntos de unidades habitacionais para aluguel (Carrasco, 2017), destes, 97% se encontravam fora do perímetro de exclusão definidos em 1881. Portanto, as relações de desigualdade e fragmentação se constituíram como a regra na produção do espaço urbano de Pelotas que teve como marco a demarcação do perímetro de exclusão, ainda no século XIX.

Essas desigualdades se revelam na atualidade em uma paisagem que mantém um patrimônio edificado, legado social e cultural do período do auge das charqueadas, com influência de diversas vertentes da arquitetura mundial em contraposição com a paisagem do cotidiano, periférica e excludente. Dados da Universidade Federal de Pelotas (2013), mostram que, atualmente, cerca de 30% da população pelotense vive em áreas de urbanização precária. Para Lefebvre (2006, p. 63)

A cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim, que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção).

A expansão do espaço urbano de Pelotas teve como um dos principais estímulos o processo de industrialização, que substituiu a produção do charque e se caracterizou pela “[...] formação de um parque industrial diversificado, constituído por indústrias de médio e grande porte voltadas à produção de bens de consumo não duráveis” (Sá Britto, 2016, p. 588). O fator determinante para a localização desses elementos fabris foi o caráter de acessibilidade, próximo ao Porto ou à linha férrea,

apesar de não haver um zoneamento que estabelecesse de forma rígida essa localização. Porém, os limites a essa modernização foram impostos pelos vestígios escravistas da elite pelotense, que impunha seus próprios interesses como se fossem os interesses de toda a população pelotense. Houve assim, uma resistência ao estabelecimento de relações clássicas de trabalho, inerentes a uma sociedade capitalista.

O estabelecimento das Charqueadas nessa região do estado, durante os séculos XVIII e XIX, mais precisamente em Pelotas, se deve, em boa medida aos seus cursos d'água, Arroio Pelotas³² e o Canal São Gonçalo, sendo que este último se configurava como uma barreira física à passagem das tropas, impedindo seu acesso ao Porto de Rio Grande. A produção do charque era escoada pelos trapiches particulares às margens do Canal e do Arroio Pelotas que direcionavam a produção para o Porto de Rio Grande.

Já a localização do núcleo urbano de Pelotas revela mais do que uma simples adequação ao relevo ou à insalubridade das áreas ribeirinhas: ela explicita a lógica excludente que organizou o espaço urbano segundo os interesses da elite escravocrata. Conforme destaca Milton Santos (2006), o espaço é sempre uma construção social carregada de intencionalidades, e neste caso, o distanciamento das Charqueadas serviu para instituir uma separação simbólica e física entre os espaços de dominação e os de resistência, entre o “centro civilizado” (da produção econômica) e o “perigo periférico” (com a presença massiva de trabalhadores escravizados).

Tal escolha espacial consolidou uma paisagem urbana pautada pela ocultação da violência estrutural da escravidão e pela tentativa de neutralizar possíveis insurgências³³. Trata-se, portanto, de um urbanismo fundado na invisibilização, na

³² O Arroio Pelotas chegou a abrigar 19 estabelecimentos charqueadores durante o séc. XIX e o Canal São Gonçalo, cinco.

³³ Ana Regina F. Simão em Resistência e Acomodação: em **A Escravidão Urbana em Pelotas** (2003), afirma que “A elite pelotense, profundamente dependente da mão de obra escrava, tinha plena consciência do risco que corria ao concentrar milhares de cativos nas charqueadas. O núcleo urbano foi intencionalmente mantido afastado dessas zonas, não apenas por questões de higiene, mas para preservar a segurança das elites.”

Ester Gutierrez, em seu estudo **Negros, Charqueadas e Olarias** (2001), afirma que “As charqueadas formaram um cinturão periférico que, embora produtivo, não era integrado ao cotidiano urbano da elite. Esse espaço era visto como perigoso, tanto fisicamente (insalubridade), quanto socialmente (possível foco de rebelião negra).”

dominação e no medo, que hoje se percebe nas formas de segregação social e territorial herdadas desse passado, seja pelos muros dos condomínios fechados, seja pela falta de infraestrutura das áreas periféricas e ribeirinhas.

3.2 Territorialidades em movimento: as dinâmicas de ocupação ao longo do Canal São Gonçalo

A compreensão desse espaço como um território de disputas e conflitos passa pelo entendimento das relações de poder que foram se estabelecendo desde a sua fundação. Fatores sociais e econômicos foram fundamentais para manter essa realidade, ao mesmo tempo vinculada a um passado pujante e violentamente marcada pelas desigualdades que caracterizam essa região do estado, a qual Pelotas se constitui como centro. A identificação e caracterização desse território-paisagem e como ele foi forjado na sua relação com o ser humano, seja como espaço concebido, percebido ou vivido (Lefebvre, 2006), seja como paisagem política ou paisagem vivida (Besse, 2014), nos aproximam da forma como esse ser humano se relaciona com o mundo e com os outros seres humanos.

Nas subseções a seguir é feita uma análise de como estratégias de planejamento estatal, mercadológicas e regulação reconfiguram o território-paisagem e como as táticas cotidianas reencenam o direito de ver, estar e ser no território-paisagem. A análise não segue uma linha do tempo, mas espacial. Busca-se dessa forma entender como processos atuais foram se constituindo ao longo do tempo.

3.2.1 Onde a cidade encontra a água: o Porto e seu bairro

No encontro entre a cidade e água, o porto atua como eixo que organiza fluxos, acessos e sentidos da borda: armazéns, pátios, atracadouros e muros, instituem estratégias de ordenamento e dominação da paisagem. Enquanto que, no bairro portuário, práticas cotidianas reapropriam e instituem caminhos, tempos e usos. Nessa dinâmica, o território é apropriado de modo desigual, produzindo fragmentação e tensionando o direito de ver, estar e ser paisagem. Compreender essa área é, portanto,

compreender como estratégias institucionais e táticas cotidianas modelam as margens urbanas em permanente negociação.

A necessidade de implantação de um porto em Pelotas surgiu ainda durante o século XIX, quando a produção de charque era escoada através de trapiches particulares ao longo do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo e se tornou essencial para o escoamento de outros produtos agrícolas para as demais regiões da província e do país. Na primeira metade do século XIX, havia a disponibilidade de uma área para a instalação do porto público nas proximidades do Frigorífico Anglo (atual campus da UFPel), porém a mesma foi adiada por problemas de calado que não permitiam a navegação de embarcações maiores.

No ano de 1832 a Câmara proibiu construções em uma faixa de 22 metros às margens do São Gonçalo, área declarada como logradouro público em 1834 e aumentada em 33 metros em 1845 (Essinger, 2009). Porém, foi somente em 1868 que o problema do calado começou a ser resolvido. Com a conclusão da obra, em 1875, o Porto passou a receber embarcações maiores. Essa demora na conclusão fez com que a expansão urbana em direção ao porto acontecesse somente a partir de 1870, além disso a construção da linha de bondes inaugurada em 1873, também reforçou a ligação entre o Porto e o restante da cidade e a área passou a integrar a malha urbana.

A construção do Porto Público foi autorizada pelo estado do Rio Grande do Sul em dezembro de 1928, através o decreto nº18.553, sendo que sua construção se iniciou em 1933 e foi concluída em 1942 (Silva, Simões e Gandra, 2020).

Naquele momento a paisagem dessa área passou por transformações significativas, devido ao aterramento para atender à demanda por terrenos para construção de edificações de apoio ao Porto, como armazéns, depósitos e habitação para os operários. A construção das estruturas portuárias e das indústrias atraiu a mão de obra excedente que se formou com o declínio do ciclo charqueador, propiciando a formação de núcleos habitacionais de baixa renda. Outro fator determinante para a intensificação da movimentação portuária, foi a construção da linha férrea entre Bagé-Pelotas-Rio Grande, inaugurada em 1884, que ligava a Estação ao Porto de Pelotas. Esse ramal facilitava o escoamento da produção, aumentando a movimentação portuária e conseqüentemente servindo de estímulo para o estabelecimento de mais indústrias.

Apesar desse crescimento, o município não possuía um plano de zoneamento e melhoramento urbano. Em 1924, o intendente Pedro Luis Osório solicitou ao engenheiro-arquiteto Fernando Rullmann a sua elaboração, porém o plano não foi colocado em prática. Três anos depois, Simões Lopes Neto encomendou outra proposta ao escritório do engenheiro sanitarista Saturnino de Britto, que identificou diversos problemas sanitários e de salubridade, indicando o aterramento de áreas com cotas abaixo de 10,5m e a instalação de um bairro industrial, além de alterações na malha viária e melhorias das condições de salubridade das edificações. Em 1946 a prefeitura contratou novamente o escritório de Saturnino de Britto, que constatou poucas alterações nas condições sanitárias do município desde o primeiro plano em 1927, exceto no núcleo urbano principal, se mantendo a falta de salubridade e de infraestrutura nas áreas periféricas (Essinger, 2009).

Em 1917 foi instalada a companhia Frigorífica Rio Grande às margens do São Gonçalo – na área da charqueada de Brutus Almeida. Em 1921 a companhia foi comprada pela empresa inglesa Vestey Brothers e passou a ser chamada de **Frigorífico Anglo** (atual campus da UFPel). O frigorífico “[...] permaneceu fechado entre 1926 e 1940, quando foi reaberto e passou a produzir carnes enlatadas, frutas e legumes em conserva, empregando mensalmente 1500 operários”, tendo sido fechado definitivamente em 1991 (Essinger, 2009). Apesar do grande número de funcionários, a direção do frigorífico não se preocupou com a construção de moradias para eles. Essa característica se deve principalmente ao fato de que não foi necessário trazer mão de obra de fora, já que havia mão de obra remanescente das charqueadas, com experiência no beneficiamento do gado

Aqui em Pelotas, não precisava fazer colônias. Em Pelotas, eles não fizeram colônias, não precisou, porque aqui já tinha mão de obra. Não precisava buscar em outros lugares. E não vamos esquecer que Pelotas tinha uma tradição de carne (Depoimento do Sr. Cunningham, *apud* Janke, 2010, p. 327).

inda de acordo com o depoimento, até a década de 1960, não havia moradias na área próxima ao frigorífico, os que ali residiam era devido a conveniência de morar perto do local de trabalho, já que o frigorífico funcionava 18 horas por dia. Deste modo a ocupação do **Bairro Balsa** se deu de forma desordenada e fundada em uma relação de exploração e precarização do trabalho. Essa característica é apontada por vários moradores da Balsa que contam que suas mães e pais comentavam que os donos do

frigorífico não contribuíam com a infraestrutura do local, cada funcionário construía sua moradia sem ajuda da prefeitura ou do frigorífico (Janke, 2010).

O fechamento definitivo do frigorífico na década de 1990 agravou ainda mais a condição dos moradores da Balsa que, estando desempregados, muitos buscaram como alternativa a pesca e passaram a ocupar outras áreas de risco, próximas ao Porto, como a área das Doquinhas, às margens do Canal São Gonçalo.

Atualmente, a colônia de pescadores da Balsa é reconhecida como Comunidade Ribeirinha a partir da promulgação da Lei dos Ribeirinhos. Possui cerca de 430 associados, mas as atividades com a pesca envolvem mais 1300 famílias. Já o Bairro não possui praças ou áreas de lazer públicas, enfrenta problemas de infraestrutura, como falta de água, esgoto, calçamento e transporte público, que se agravou com a instalação do Campus, já que os moradores tem que dividir espaço com alunos e professores da Universidade. Karpinski, 2021, apesar dos conflitos os moradores relatam que a convivência com a UFPpel é tranquila, pois número de projetos de extensão para a área tem aumentado significativamente.

Além do frigorífico outras indústrias se instalaram próximas ao Porto, como a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1908) e o Moinho Pelotense (1922) e conseqüentemente houve incentivos públicos para a construção de moradias populares, o que estimulou a ocupação da chamada Várzea, próxima ao Bairro Porto³⁴. De acordo com Cíntia Essinger (2009) a legislação municipal passou a isentar de impostos as iniciativas de construções populares, estimulando a ocupação da chamada Várzea.

Na década de 1960 já se percebia uma desaceleração da atividade portuária, bem como a decadência de seu entorno, que foi intensificada pela ausência de manutenção da dragagem do Canal por falta de investimentos. Além disso, a elevação dos preços dos transportes marítimos ocorrida desde 1953 e a construção da ponte sobre o Canal do São Gonçalo, que permitiu a ligação rodoviária com o Porto de Rio Grande, intensificaram essa desaceleração. No ano de 1973 a administração municipal

³⁴ O III PDDU de Pelotas (2018) alterou a nomenclatura de alguns bairros, substituídos pelas Regiões Administrativas, caso do Bairro Porto, que foi incorporado às regiões administrativas Centro (mesorregião CE4) e São Gonçalo (mesorregião SG3), porém a denominação permanece no imaginário e no cotidiano da população.

criou um novo distrito industrial, através da lei 2.096, em um terreno ao Norte da cidade, fazendo com que, devido aos benefícios e incentivos, as novas indústrias não mais considerassem a zona sul, ou área do Porto para se instalarem (Essinger, 2009).

Durante realização do I Plano Diretor de Pelotas em 1967, a equipe constatou uma alta concentração populacional nessa região do Porto, fato que chamou atenção dos técnicos por ser uma área residencial. Essa alta densidade se dava pela pequena dimensão das habitações e as mesmas serem ocupadas por mais de uma família, ao que eles atribuíram a falta de recursos dos seus moradores, por serem em sua maioria trabalhadores e operários (Pelotas, 1967).

Deste modo, com o fim do ciclo charqueador, no início do século XX e com o declínio das indústrias (1950 – 1970) e da economia de Pelotas e região, o bairro portuário e suas adjacências vai se configurando como uma área estagnada e marcada pelas “rugosidades” da paisagem. Essa situação permaneceu por muitas décadas e a área “esquecida” pelos governos estaduais e municipal foi dando lugar às ocupações irregulares junto ao leito do Canal, como a Vila da Balsa³⁵, Pântano, Doquinhas, Mário Meneghetti, dentre outras. Segundo Agier (2015) as ocupações nas margens devem ser compreendidas como práticas de fazer-cidade em situação liminar: respondem à necessidade básica de habitar e, simultaneamente, inscrevem uma reivindicação política de pertencimento e reconhecimento, uma manifestação real de direito à cidade no cotidiano.

Essas ocupações, a despeito de algumas conquistas realizadas com a formação das associações, se caracterizam pela incerteza e em meio a conflitos sócio ambientais conformariam de acordo com Besse (2014) as paisagens “vivas” ou “habitadas”. Na mesma linha de pensamento são territórios da cidade informal ou cidade oculta “que só entrarão em cena quando, por diversas circunstâncias, o espaço que ocupam se tornar desejável, seja por processos de gentrificação ou por outros meios” ³⁶(Coelho, 2009, p. 15).

³⁵ Importante destacar que nem todas as moradias do Bairro Balsa são ou eram irregulares. Essa situação se agravou devido a falta de planejamento urbano quando da formação do Bairro, em finais do século XIX e início do século XX.

³⁶ Tradução nossa do original: “*que sólo entrarán en escena cuando, por diversas circunstancias, el espacio que ocupan se convierta en apetecible, bien por procesos de aburguesamiento (gentrification), bien por otras vías*”.

Além disso, ao longo da Estrada do Engenho, disputam sua permanência com outros usos, como pequenos estaleiros, o Clube Náutico Veleiro Saldanha da Gama, fundado oficialmente em 1965 e o Engenho Pedro Osório, fundado e implantado por Pedro Luiz da Rocha Osório (Coronel Pedro Osório) em 1922, próximo à área conhecida como Corredor das Tropas/no Passo dos Negros que será apresentada na Subseção 3.4.

3.2.2 O Campus Anglo – da paisagem política à paisagem vivida

O Campus Anglo cristaliza a transição da paisagem política, decisões de reuso patrimonial, normas urbanísticas e novas dinâmicas, para a paisagem vivida que emerge do cotidiano: circulação de estudantes e trabalhadores, usos informais das bordas, percepções de segurança, ruídos, luzes, cheiros, sons, cores. A conversão do antigo frigorífico em campus institui estratégias (controle de acessos, programação acadêmica, manutenção) que reordenam fluxos e valores no bairro; ao mesmo tempo, os usuários e vizinhos reapropriam trajetos, pátios e beiras d'água por meio de táticas de permanência, convivência e travessia. Entre benefícios (iluminação, vitalidade, serviços) e ônus (mobilidade, tráfego, restrições, disputas de uso), configura-se uma borda em que memória industrial, política pública e experiência sensível se imbricam, revelando como o território-paisagem é apropriado, disputado e habitado no cotidiano.

A implantação do novo Campus da UFPel³⁷ e a ampliação das atividades portuárias para o transporte de madeira, em um primeiro momento, geraram uma expectativa de que essas novas atividades trouxessem melhorias para essas comunidades, principalmente para a Vila Balsa. Porém a relação entre universidade e comunidade, desde o princípio foi conflituosa. O projeto inicial previa a construção de um shopping com 31 mil metros quadrados exclusivos para a atividade comercial junto ao novo Campus. As obras foram iniciadas em 2008, quando parte da estrutura do

³⁷ Sobre as transformações ocorridas nesta área nos últimos 20 anos Tauê Cardoso Al-Alam em sua dissertação de mestrado “De operário a universitário: transformações na paisagem do bairro Porto em Pelotas” de 2011, discute a implantação do campus universitário e sua influência na formação de novas dinâmicas urbanas, dentre elas o incremento de atividades voltadas a atender a população de estudantes, nos modos da vida da população local, além da gentrificação e do aumento do custo de vida.

antigo prédio foi demolida e o material remanescente da demolição foi depositado em um terreno contíguo ao do antigo frigorífico, esta área era utilizada pela comunidade da Balsa como área verde e de lazer, apesar de se constituir em uma área privada. O shopping não foi construído e a parceria finalizada. Nesse processo as estruturas foram parcialmente demolidas e hoje se constituem em ruínas (figura 25).

Figura 25. Estruturas no campus parcialmente demolidas



Fonte: da autora, 2023

Ainda que essa intervenção não tenha sido executada diretamente pela Universidade, ficou no imaginário da população local como uma ação negativa da mesma. Além disso, a universidade construiu um muro separando o campus da Vila da Balsa, impedindo a circulação dos moradores que por ali acessavam a Vila. Este acesso, mesmo que executado pela Instituição, já faz parte do sistema viário, inclusive contando com asfalto e com linhas de ônibus que por ali transitam (Karpinski & Adomili, 2012).

Os moradores reagiram à construção do muro e, no decorrer desta pesquisa, parte dele foi demolido pela Universidade para permitir o acesso. Logo após foram feitos grafites, mas somente do lado com vista para o campus e mantido sem intervenção do lado da Balsa, como representado na figura 26, cujas imagens foram feitas em 2022. Atualmente o muro foi totalmente demolido. Essa reação da população poderia ser considerada uma tática, no sentido atribuído por Certeau (1994), para sobreviver às estratégias oficiais, se configurando assim, em uma ação política.

Figura 26. Muro entre o Campus e a Vila da Balsa



Fonte: Da autora, 2022.

Essas ações iniciais para a instalação do campus acabaram por fragilizar a relação entre a população e a universidade. De acordo com a Coordenadora de Desenvolvimento do Plano Diretor da Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento (Proplan/UFPeI), a instituição pretende fazer a limpeza do terreno, que possui um passivo ambiental e propor uma praça para a comunidade, mas a situação já se estende por quase 15 anos, sem solução.

Apesar da relação inicial com a Universidade ter se dado de forma tensionada, atualmente ela parece ter sido amenizada, tanto pelas ações da Universidade, quanto pela interferência física da mesma ter sido diluída no território. Essa percepção é referendada pelos entrevistados, tanto por parte dos moradores da Balsa, quanto por parte da prefeitura através da fala do atual Secretário de Urbanismo

mas talvez esse meio termo é o ponto mais positivo. Porque ela não fez uma transformação econômica, que surgiu um shopping center do lado da reitoria. Tampouco ela desconsidera essas ocupações, essa vizinhança. Então, eu acho a presença da Instituição Universidade Federal de Pelotas para sua característica, inclusive, difusa ali naquele território, incompleta, eu acho que é inclusive as suas virtudes. Não que não poderia ser melhor essa inserção da instituição ali, mas ela é menos pior, menos mal (Gp3, Gestor Público, 2025).

Essa fala reforça que, apesar do impacto inicial, a inserção da universidade não causou grandes alterações à área. Os conflitos territoriais foram amenizados pela dispersão e incompletude do projeto inicial. Ainda de acordo com o entrevistado “E aí fica uma coisa mais associada a isso que eu estou falando, que é a região do Porto.

Que é uma região tranquila, devagar, lenta, ociosa”. A fala, um tanto poética, valoriza de forma implícita uma temporalidade associada a usos menos conflitantes entre si, a um modo de habitar que revela a experiência sensível do espaço (Besse, 2014), ou a relação afetiva com o lugar (Dardel, 2015) e a ideia de tempo lento *versus* tempo rápido (Milton Santos). Nesse sentido, a área do Porto resiste às pressões do capital e a inserção da universidade nesse espaço "ocioso" não causou grandes rupturas, ainda que as ações sejam bastante tímidas.

Da mesma forma, a ampliação do Porto pela CMPC/Sagres, parece não ter afetado de forma tão intensa a área, o que se percebe e também de acordo com o relato dos moradores é uma movimentação mais acentuada de caminhões³⁸, mas estes trafegam basicamente pelas Ruas Benjamin Constant e Conde de Porto Alegre (figura 27).

Figura 27. Veículos acessando o terminal pela Rua Conde de Porto Alegre



Fonte: Da autora, 2024.

A empresa Sagres, através da Otroporto³⁹, desenvolve diversos projetos voltados para a população local. Dentre eles destaca-se o apoio à estruturação do Instituto Hélio de Angola (nas Doquinhas), no qual são desenvolvidos projetos como

³⁸ Atualmente existe uma proposta de construção de uma alça de acesso exclusiva ao Porto de Pelotas, a estrutura pretende dobrar a capacidade do terminal, diminuindo a movimentação de caminhões na área. A proposta está em fase de licenciamento ambiental. (Jornal A Hora do Sul, outubro de 2025)

³⁹ A Associação OTROPORTO Indústria Criativa é apoiada pela SAGRES, além de outras empresas.

reforço escolar, bem como a construção de uma praça e a qualificação da estrutura da quadra de *beach soccer* ao lado do Instituto. Atualmente está sendo implantada uma horta comunitária em um terreno ao lado da garagem da UFPel, além do apoio a vários coletivos e o projeto de implantação de um Ecoponto em parceria com o Sanep e a prefeitura municipal (Diego, maio de 2023).

3.2.3 A expansão dos condomínios fechados

A difusão dos condomínios fechados reconfigura o urbano ao combinar acesso controlado, gestão privada do espaço e benfeitorias como impulsores da valorização imobiliária. Ancorada em mudanças na legislação e em narrativas que destacam a segurança/qualidade de vida e o contato com o meio ambiente, essa expansão produz enclaves que internalizam benefícios (manutenção, paisagismo, lazer) e externalizam custos (tráfego, impermeabilização, barreiras de acesso) para o entorno. O resultado é a fragmentação do território, com segregação socioespacial e reordenação de fluxos e paisagens, tensionando o direito à cidade e o uso público desses espaços.

Os condomínios fechados (*gated communities*) emergem no pós-1950 como produto da suburbanização e da gestão privada de bens comuns, consolidando-se nos Estados Unidos da América (EUA) sob *Homeowners Associations (HOAs)*⁴⁰ e regimes de *common interest developments* (McKenzie, 1994; Blakely; Snyder, 1997). A promessa de segurança, valorização imobiliária e um estilo de vida dotado de *amenities* (comodidades) difunde o modelo globalmente (Low, 2003; Davis, 1990).

No Brasil, a base jurídica clássica do condomínio edilício (Lei 4.591/1964; CC/2002) evolui para o condomínio de lotes (Lei 13.465/2017) e para loteamentos de acesso controlado (Lei 6.766/1979, mais as leis locais), resultam na “cidade-condomínio” como enclave de acesso controlado e gestão privada. Críticas recorrentes apontam privatização do espaço público, segregação e produção de “públicos privados”, tensionando o direito à cidade (Caldeira, 2000; Low, 2003).

⁴⁰ São associações privadas de proprietários que administram bens comuns, cobram taxas, impõem regras de uso/estética e, muitas vezes, operam acesso controlado em *gated communities*.

Em Pelotas, houve um aumento significativo de condomínios de médio e alto padrão no município de Pelotas, a partir da década de 1980, alguns deles às margens do Canal São Gonçalo, como uma “privatização” do curso d’água. A disseminação dessa tipologia se intensificou nos anos 2000, estimulada pela aprovação do III Plano Diretor Municipal de Pelotas (PDMP) em 2008, que instituiu regras para a incorporação dos “Condomínios Horizontais de Lotes”. O incentivo consolidou-se no ano seguinte à aprovação do III PDMP, com a Lei nº 5.660 que instituiu o Condomínio Horizontal de Lotes (CHL) e ampliou a área máxima desse tipo de incorporação de 1,0 ha (prevista no Plano Diretor) para 35 ha. Nesse contexto, o condomínio Lagos do São Gonçalo, com 35 ha, teve seu projeto aprovado em dezembro de 2010.

Em seu art. 5º, a referida lei permite a construção de muros com alturas entre 2,5 e 3,0 m e sugere como medida para diminuir o impacto visual dos muros, a utilização de “unidades arbóreas, de preferência com características da região” (Pelotas, 2009). Após a aprovação, outros condomínios de lotes horizontais foram aprovados em Pelotas, como o Alphaville, na Av. Adolfo Fetter, em 2012; Veredas – Altos do Laranjal (também com 35 ha) e o Bugainville, que foi convertido em loteamento de acesso fechado em 2024, através do Decreto municipal Nº 6912/24.

A chamada lei dos condomínios fechados, além de contradizer pelo menos, três artigos do Plano Diretor aprovado no ano anterior (Artigos 186, 191 e 208) também desrespeita o Código de Obras do Município (Lei Nº 5.528, 2008) que limita a altura dos muros em até 1,00 m. A funcionária pública que participou da elaboração do III Plano Diretor fez o seguinte relato

No terceiro plano diretor dizia que os condomínios fechados deviam ter no máximo o tamanho de um quarteirão, que é para não interromper o sistema viário, promover aquela coisa das cidades fechadas, os bairros fechados. Então de forma que não impedisse o ir e vir. Então tinha um tamanho máximo de um hectare. A lei dos condomínios... Eu não vou te garantir que seja de 2008, no máximo de 2009. O plano é de 2008, ela deve ser de 2009 que veio a lei dos condomínios fechados admitindo 35 hectares. Que era justamente o tamanho do Lagos de São Gonçalo. Não vou dizer que foi para ele, mas foi o Lagos o primeiro a se instalar com os 35 hectares que admitiu o plano de nova lei (Sandra, 2024, 00:26:24).

Atualmente esses empreendimentos já se destacam na paisagem local, a exemplo do condomínio citado pela ex-servidora, que disputa espaço com as ocupações irregulares e o esgoto a céu aberto (Figura 28), algo um tanto contraditório, já que esse tipo de empreendimento geralmente tem como estratégia de venda a ideia

de segurança e convívio com a natureza. Além de criar uma espécie de enclave⁴¹, através da apropriação da política pública pelo setor privado, para a população em geral resulta na perda do direito de ir e vir, através da descontinuidade da malha urbana, invertendo a lógica da cultura igualitária que deu origem aos espaços públicos, revelando a lógica da cultura dominante, através da apropriação e segregação. Além disso, áreas com valor simbólico e ambiental são privatizadas, excluindo a coletividade desses atributos da paisagem.

Figura 28. Vista do muro lateral do condomínio Lagos de São Gonçalo



Fonte: Da autora, 2024.

O referido condomínio está localizado a cerca de 250,0m das margens do Canal, em uma área antes caracterizada como de banhado. O muro que margeia todo o empreendimento cria uma barreira visual e física que pode ser observada na Figura 28. Nesta imagem também é possível observar os postes improvisados que levam energia de forma irregular para a comunidade do Corredor das Tropas. Na imagem da esquerda a figueira sobre a Ponte dos Dois Arcos, área de Interesse Cultural e símbolo identitário do Passo dos Negros.

Essa espécie de “segregação voluntária”⁴², tem origem nas novas formas de segregação face à privatização da segurança, que acaba se sobrepondo às forças policiais do estado (botão do pânico) visto que o principal e o primeiro item a ser

⁴¹ Para Teresa Caldeira "os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas" (Caldeira, 2000, p. 259)

⁴² Expressão inspirada no “gueto voluntário” de Zigmunt Bauman, 2009.

destacado nas peças publicitárias geralmente é a questão da segurança, seguidos do lazer e do comércio. Os condomínios fechados e suas variações se multiplicam nas cidades brasileiras, gerando especificidades locais, como pequenos condomínios fechados populares, que são constituídos somente pelas moradias e a via de acesso, sem áreas de lazer, ou espaços comuns. Os muros são característicos dessa adaptação, novamente destacando a segurança.

Embora o discurso seja o do convívio, o que se revela é a perda crescente da sociabilidade e dos laços de vizinhança. Esses empreendimentos funcionam, na prática como os residenciais em altura, a via de acesso cumpre o papel do elevador, conduzindo cada morador na sua individualidade, agora revestida de segurança e controle. O resultado é um isolamento seletivo, que segrega os residentes da suposta “barbárie” exterior.

Um pouco mais distante, está localizado o bairro planejado Parque Una (I e II), que de forma diversa ao Lagos de São Gonçalo, sustenta o discurso de um bairro aberto e democrático⁴³. No entanto, ao adentrarmos o empreendimento, percebe-se botões⁴⁴ para emergência distribuídos de forma discreta. Somado a isso, o bairro margeia o Arroio Pepino, em uma porção originalmente caracterizada como uma AU, sendo que o aterramento da área, é apontado pelos empreendedores como “medida de mitigação de riscos de enchentes” (Exclusivesul, 2025). A pergunta que se impõe é: mitigação de riscos para quem?

O Relatório Técnico desenvolvido pela comissão de assuntos ambientais da UFPel em 2021, identificou as áreas com possíveis formações de banhado, bem como áreas alagáveis na área, presentes desde 1964, como se pode observar na Figura 29 na imagem aérea de 1964, e representam áreas com acúmulo de umidade na região do Canal São Gonçalo e Arroio Pepino.

⁴³ De acordo com site de uma imobiliária o Parque Una é “sem portarias na entrada ou limitação de visitantes e ainda assim com um espaço ricamente conservado. No Una, a infraestrutura é totalmente aberta à comunidade; totalmente democrática e plural” (UPImóveis, 2025).

⁴⁴ Segurança para os moradores: oferecendo um sistema de monitoramento 24 horas e todos os dias da semana, o Parque Una também conta com uma equipe de segurança própria. Além disso, a infraestrutura do bairro também apresenta postes com call box, ou seja, dispositivos de alerta que podem ser acionados através de um clique. (UPImóveis, 2025).

A “seta vermelha apontada para a direita indica o Arroio e as setas apontadas para a esquerda indicam outros acúmulos de umidade, incluindo banhados existentes até hoje”, o relatório destaca que por se tratar de uma imagem aérea não é possível identificar o tipo de vegetação, mas é possível aferir que manchas mais escuras indicam um acúmulo maior de umidade e manchas mais claras, um acúmulo menor (UFPel, 2021).

Figura 29. As setas vermelhas para a esquerda indicam acúmulos de umidade na Região Administrativa do São Gonçalo (1975)



Legenda

- Navegantes
- Fátima
- Lagos de São Gonçalo
- Parque Una
- Shopping Pelotas
- Umuarama



Fonte: UFPel, 2021, adaptado pela autora

Na margem oposta do Arroio localizam-se os Bairros Fátima e Navegantes (figura 30), carentes de infraestrutura básica. Coincidência ou não, boa parte desses condomínios estão localizados próximos ao Shopping Center em Pelotas. São espaços homogêneos, pouco diversos, onde o individualismo prevalece sobre as interações sociais e onde há uma negação da cidade, através da “desertificação dos espaços públicos” (Jacobs, 2000).

Na mesma figura ainda é possível observar que Bairros e ocupações mais antigas dividem espaço com esses empreendimentos mais recentes, como o Umuarama (Classe média baixa), que apesar de ser um conjunto aberto, suas ruas em espinha de peixe são todas praticamente exclusivas de seus moradores, pois terminam em alça, sem continuidade na malha urbana, excetuando-se a Rua Elgar Hadler, que se conecta com o Residencial Maria Clara-Reserva Umuarama, Jardim Umuharama

Residencial Club e o Condomínio: Jardim Umuharama Residencial C, todos condomínios em altura, com até cinco pavimentos (esses últimos se caracterizam como populares) (Figura 30).

Figura 30. Condomínios às margens do Canal São Gonçalo e Arroio Pepino



Fonte: Imagem de satélite adaptada pela autora, 2025

O que diferencia esses tipos edilícios é a forma como eles se conectam à malha urbana, a qualidade da infraestrutura, a densidade populacional, o acesso e qualidade das áreas de lazer. Porém, a característica que mais chama atenção é a falta de continuidade da malha urbana. Destaca-se que estes não são objetos da pesquisa, mas servem como exemplos de como pequenos “enclaves” vão se estabelecendo no espaço urbano, a despeito das leis urbanísticas. Se analisados pela ótica da diversidade social, talvez tivéssemos um exemplo de espaço diverso, porém, são criadas pequenas ilhas de segregação, que defendem o direito à segurança – muitas vezes negligenciada pelo Estado e, conseqüentemente, que negam a cidade. Como já alertava Lefebvre:

Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. [...] A “natureza ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade”. Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade! (2016, p. 127).

Para o caso dessa pesquisa, o condomínio fechado pode ser visto como uma estratégia (Certeau, 1994) de planejamento e valorização fundiária: homogeneiza usos, controla acessos e mediatiza a relação com a água (paisagem-mercadoria). Em contraste, moradores ribeirinhos acionam táticas de permanência e acesso à

paisagem (pesca, rotas informais, usos sazonais) – o que tensiona o modelo fechado e reforça meu argumento de **cidadania paisagística**.

A análise das imagens na Figura 31, nas quais se identifica desde o estacionamento improvisado da carroça do morador do Corredor das Tropas, os entulhos da imagem 4, dos barcos ancorados no que restou da ocupação Estrada do Engenho (imagem 3), até o embelezamento da fachada da habitação improvisada e a placa do Sítio (imagens 5 e 6), são respostas à falta de apoio do poder público, mas são também marcas no território-paisagem, são táticas como reação às estratégias dos condomínios fechados e dos bairros planejados nas imagens 1 e 2 da figura 31.

Figura 31. Ocupações às margens na Estrada do Engenho e Corredor da Tropas



Fonte: Da autora, 2024

Na margem do São Gonçalo, a apropriação desigual do espaço resulta da convergência entre regulação urbanística, valorização imobiliária e gestão privada que transforma a paisagem em ativo e restringe o acesso público. Enquanto investimentos e normas possibilitam enclaves e usos de alto padrão, as comunidades ribeirinhas enfrentam condicionantes mais rígidas, déficits de infraestrutura e exposição a riscos.

Nesse contexto, práticas cotidianas como rotas informais, usos sazonais da água, da energia, mutirões, reencenam, taticamente, o direito de ver, estar e ser paisagem, tensionando as estratégias de fechamento (Certeau, 1994).

3.3 Estrada do Engenho: Engenho Pedro Osório, Corredor das Tropas e Passo dos Negros

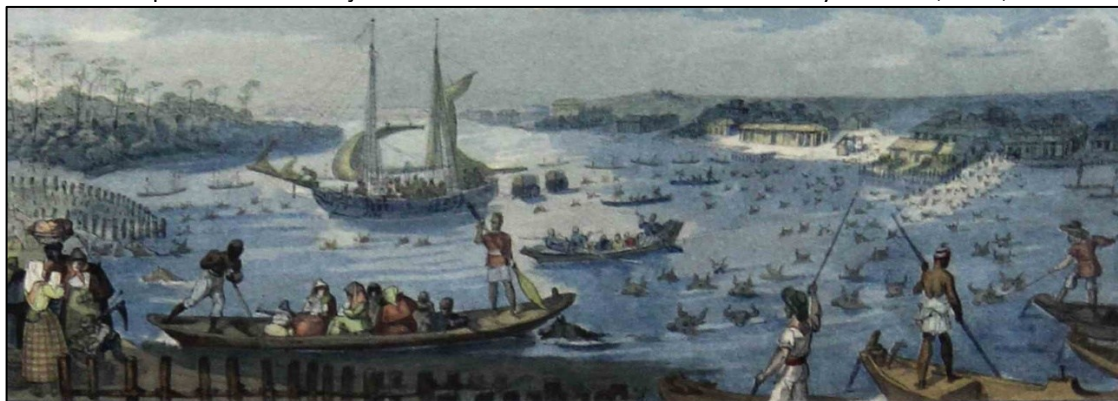
A Estrada do Engenho, eixo ribeirinho que se conecta ao Corredor das Tropas, no Passo dos Negros, abriga camadas sucessivas de ocupação. Além de se constituir em um dique de contenção das cheias do Canal São Gonçalo, sendo talvez sua função mais importante. A instalação do Engenho Pedro Osório nesse local, reconfigurou a paisagem das Charqueadas para o circuito do arroz. Ao marcar o território introduzindo elementos de poder e controle, produziu novas estratégias de apropriação e dominação da área e do ser humano. Entender esse trecho é seguir as linhas de continuidade e ruptura que vão do caminho tropeiro ao enclave contemporâneo, evidenciando como a borda d'água foi sendo produzida em constantes disputas, resultando em fragmentação e invisibilização.

Um estudo realizado em 2020 por Kruger e Kruger⁴⁵, destaca que a área, conhecida como Passo dos Negros, desde a sua formação tem atendido aos interesses da elite econômica pelotense. Ali, durante o século XVIII, foi construído um atracadouro, por ser considerado o ponto mais adequado⁴⁶ para travessia e se desenvolveu um tráfego intenso de homens e gado. Havia um imposto a ser pago à Coroa e pelo volume arrecadado passou a chamar-se Passo Rico. Neste local também eram comercializados os escravizados, que exerciam “sob o jugo do açoite, a atroz rotina de pesadas atividades” (Almeida, 2022, p. 43). Na figura 32 a representação do Passo dos Negros (Passo Rico de São Gonçalo, reprodução de uma litografia de J. B. Debret). A direita a pequena vila em formação (Freguesia São Francisco de Paula), ao centro o trânsito intenso de pessoas e animais.

⁴⁵ O estudo foi desenvolvido junto às 56 famílias que habitavam a área entre no ano de 2016.

⁴⁶ De acordo com Almeida “Seu nome original foi Passo das Neves, em referência a um pioneiro, morador das cercanias.

Figura 32. “Passo rico de S. Gonzalez”. – Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil: aquarelas e desenhos que não foram reproduzidos na edição de Firmin Didot – 1834. R. de Castro Maya – Editor, Paris, 1955.



Fonte: Acervo digital do Margs, 2025

Devido a essa intensa atividade, houve a tentativa de estabelecimento do núcleo urbano nessas imediações, com a proposta inicial de construção de seis quarteirões no ano de 1820. Isso não ocorreu entre outros motivos⁴⁷ “[...] devido a interesses dos loteadores padre Felício e Antônio dos Anjos, que intentavam vender terrenos de suas propriedades ao norte do local” (2020, p. 287). Nessa área há vestígios de três Charqueadas, sendo que parte dela também constitui a Área de Especial Interesse do Sítio Charqueador (AEIC). Em 1854 foi construída uma ponte para passagem de gado na travessia conhecida como Corredor das Tropas (hoje Travessa Leonel de Moura Brizola), a Ponte dos Dois Arcos, único exemplar construído por mão de obra escravizada. O Sítio Charqueador só foi reconhecido no III PDMP (2008) enquanto que a Ponte dos dois Arcos, teve seu reconhecimento oficial somente na revisão do III PDMP, em 2018.

Ao que Almeida chama de “ironia do destino”⁴⁸, praticamente um século depois (1912 -1922) foi instalado o Engenho de Beneficiamento de arroz São Gonçalo – também conhecido como **Engenho Pedro Osório**, de propriedade de um tropeiro, charqueador e estancieiro, a área que era conhecida como Corredor Passo dos Negros, passou a ser denominada Corredor da Estrada do Engenho (Kruger e Kruger,

⁴⁷ Como a proximidade com os estabelecimentos charqueadores, a insurgência dos escravizados e o nível do terreno.

⁴⁸ A ironia está no fato de que um lugar que foi ocupado de forma tão intensa pelas charqueadas, passou a abrigar um dos símbolos da transição para um novo ciclo econômico, já que a economia arrozeira foi e ainda é uma das mais importantes dessa região do estado.

2020), como um marco do domínio capitalista sobre esta área. Além do prédio que permanece imponente na paisagem, foram construídos na época, uma vila operária, trapiches, uma escola para os filhos dos operários, um campo de futebol e outras edificações de apoio ao engenho. Sua imponente é percebida nos dias atuais, tanto do ponto de vista terrestre quanto do ponto de vista do Canal (figura 33).

Figura 33. Engenho Cel. Pedro Osório, vista a partir do Corredor das Tropas e a partir do Canal São Gonçalo



Fonte: Da autora, 2023 e 2024

Na primeira imagem observa-se ao centro o Corredor das Tropas e um cavalo pastando, à esquerda, uma sequência de construções mais baixas, que faziam parte da Vila Operária; e ao fundo a imponente do complexo industrial. Na segunda imagem, registrada durante a navegação etnográfica em fevereiro de 2023, sobressai o prédio do engenho e sua chaminé, elemento característico do período de industrialização do município, que, de quando em quando pontua a paisagem e se destaca em meio aos elementos naturais. O Engenho permanece como uma

rugosidade na paisagem, que representa o grupo dominante (Cosgrove, 1998), e pode ser observada nas diversas escalas, através da reprodução dos símbolos de sua cultura e de afirmação de seu poder na área, na cidade e na região: a fábrica, o interior da fábrica, bem como o arranjo das moradias, escola, campo de futebol, atracadouros, etc⁴⁹.

Após o fechamento do Engenho essa área, que no início do século XX era considerada imprópria para moradias (Kruger; Kruger, 2021), passa a abrigar os operários que ali permaneceram de maneira irregular. A Vila de Operários foi demolida e atualmente abriga a **Comunidade Campo do Osório** (Figura 34), que, de acordo com relato de uma moradora e presidente da Ong Cuidando de Nós, os terrenos foram doados Pelo Cel. Pedro Osório, após o fechamento do Engenho, porém essa doação não foi oficial e hoje os moradores lutam pela sua regularização.

Figura 34. Ocupação Campo do Osório



Fonte: Da autora, 2024

A entrevistada relata que,

Nós temos duas numerações aqui, uma pela CEEE e a outra pelo SANEP é... devido, não sei, inclusive quando [...] veio a segunda numeração, eu fui a primeira a dizer “ah a gente já tem uma numeração e quem sabe vocês usam

⁴⁹ Constitui junto às Charqueadas, uma Área Especial de Interesse Cultural (AEIAC- Sítio Charqueador), como Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs). (Pelotas, 2018).

essa aqui?” E eu metida, sugeri, não sabia se era legal ou não. Mas era a minha angústia, não, não, não eu, a gente foi autorizada a colocar realmente outro número. [...] Dificultaram mais ainda. Imagina tu fazendo uma conta num lugar e te que dizem assim, onde é que tu moras? Eu moro na Travessa 2, número 24, tá! Aí no outro dia eu disse assim, “onde é que tu moras?” Travessa 7, número 96, sabe? (Clara, agosto de 2024, 00:04:00).

Além disso, a localidade não possui CEP (por se tratar de uma ocupação irregular) dessa forma os moradores não conseguem por exemplo, fazer encomendas para seus endereços e têm que usar endereços de parentes e amigos. A entrevistada faz parte de uma ONG que está tentando se regularizar, através de uma CNPJ, porém a sede está em área irregular, o que dificulta o processo.

Caso semelhante ao de uma pequena comunidade de pescadores que se estabeleceu próximo a esta área, ao observar as imagens aéreas de 1995 (Figura 35), já se percebe a mancha da **Ocupação Estrada do Engenho** (em azul), que abrigava cerca de 55 famílias até o início de 2024, quando foram removidas e suas moradias, demolidas.

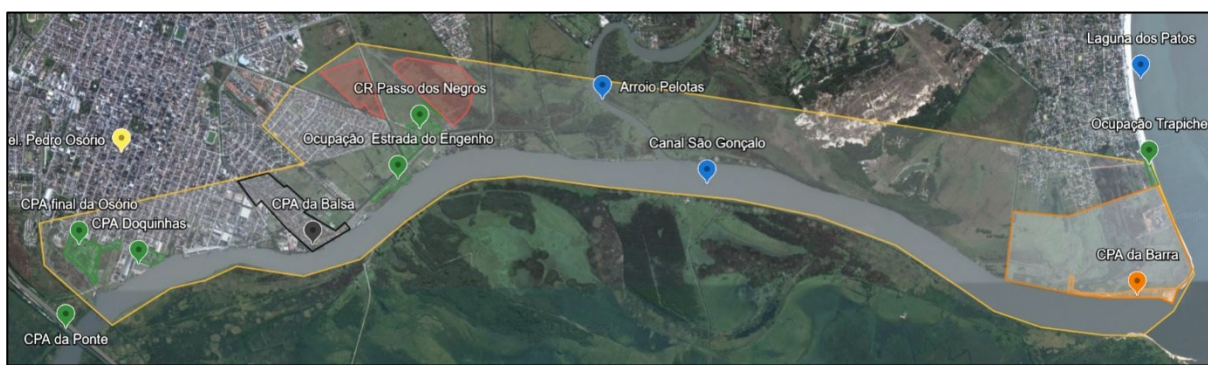
Figura 35. Imagem de satélite localizando a Comunidade Estrada do Engenho, em 1995



Fonte: GEO Pelotas, 2025, adaptado pela autora

A figura 36 representa a área em 2010 e nela, destaca-se três ocupações ao longo do Canal (em verde) que tiveram tratamento diverso na revisão do III PDM, de 2018. Na Figura 37, o Mapa Urbano de Pelotas (GEO Pelotas, 2018) com a demarcação das AEIAN (Áreas de Especial Interesse do Ambiente Natural). Através da comparação entre a figura 36 e o mapa da Figura 37 é possível identificar que, duas comunidades não foram consideradas como áreas de especial interesse social ou natural, a comunidade da ocupação Campo do Osório (CPA Passo dos Negros) e a CPA da Ponte (fora da área da pesquisa).

Figura 36. Imagem de satélite (CPA da Ponte, O. Estrada do Engenho, O. Trapiche), 2010



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2025

Enquanto que a **Ocupação Estrada do Engenho**, reconhecida no III PD de 2008 como uma AEIAN do Tipo C1⁵⁰ e também como Área de Preservação Ocupada (APPO)⁵¹, teve essa classificação revista na revisão de 2018 e passou a constituir uma AEIS do tipo 1⁵². Mesmo com esta classificação, a Ocupação foi removida em 2024

⁵⁰ AEIAN do Tipo I são Áreas de Especial Interesse do Ambiente Natural em “áreas públicas ou privadas, localizadas em áreas de preservação ambiental, ocupadas por população de baixa renda, nas quais haja interesse público em promover regularização fundiária, recuperação ambiental e a produção/manutenção/recuperação de Habitação de Interesse Social” (Pelotas, 2008).

⁵¹ As APPO são passíveis de análise, quanto à sua regularização de uso e ocupação, desde que cumpram a sua função social, sejam de interesse coletivo e submetam-se à análise e definições específicas para cada área. (Pelotas, 2008)

⁵² AEIS do Tipo I são Áreas de Especial Interesse Social em “áreas públicas ou privadas, localizadas em áreas de preservação ambiental, ocupadas por população de baixa renda, nas quais haja interesse público em promover regularização fundiária, recuperação ambiental e a produção/manutenção/recuperação de Habitação de Interesse Social” (Pelotas, 2008).

(Figura 38), a partir de uma determinação do Ministério Público para liberar o asfaltamento da via e dar lugar ao Parque Linear⁵³ previsto para o local.

É importante destacar que a Estrada do Engenho funciona como um dique de contenção (Dique Leste), que protege essa área de possíveis enchentes e integra o subsistema Zona Leste de Drenagem e Proteção Contra Enchentes⁵⁴. O asfaltamento da via, que conecta essa área à av. Ferreira Viana e conseqüentemente, ao Laranjal, foi apresentado pela gestão municipal da época como uma grande obra de infraestrutura, mas despertou preocupação em parte dos técnicos envolvidos, sobretudo pelos possíveis impactos sobre a dinâmica das águas e a segurança da área. Nesse sentido a entrevistada Sandra (funcionária aposentada da PMP) aponta que a previsão de conexão alternativa com o Laranjal, seria feita através da Rua Elgar Hadler e não pela estrada do Engenho⁵⁵ que, por se configurar em um dique, não deveria ser asfaltada:

[...] aqui já dá para ver, o loteamento Umuarama, ele é todo daquelas ruas sem saída, com exceção de uma, que deveria se ligar aqui [...]Daqui, dessa rua para cima, não...Por isso que tinha essa previsão de uma rua que fazia isso aqui, paralela à Ferreira Viana, e dessa rua para baixo, era toda área de interesse ambiental. Bem, onde está o Lagos de São Gonçalo. Na época que houve esse estudo, se dizia, isso aqui é um Dique, o ideal é que não houvesse um trânsito intenso em cima do Dique, porque ele é... Agora, no momento do asfalto... No momento do asfalto, você está induzindo o trânsito. O asfalto é para induzir o trânsito, para beneficiar o trânsito (Sandra, abril de 2024, 00:17:00).

Esta ação da prefeitura, além da flexibilização das leis ambientais em favor de um grupo privilegiado, da mesma forma que o aterramento das AUs para a construção dos condomínios fechados e bairros planejados, têm aprofundado as desigualdades socioambientais na área, caso característico de injustiça ambiental.

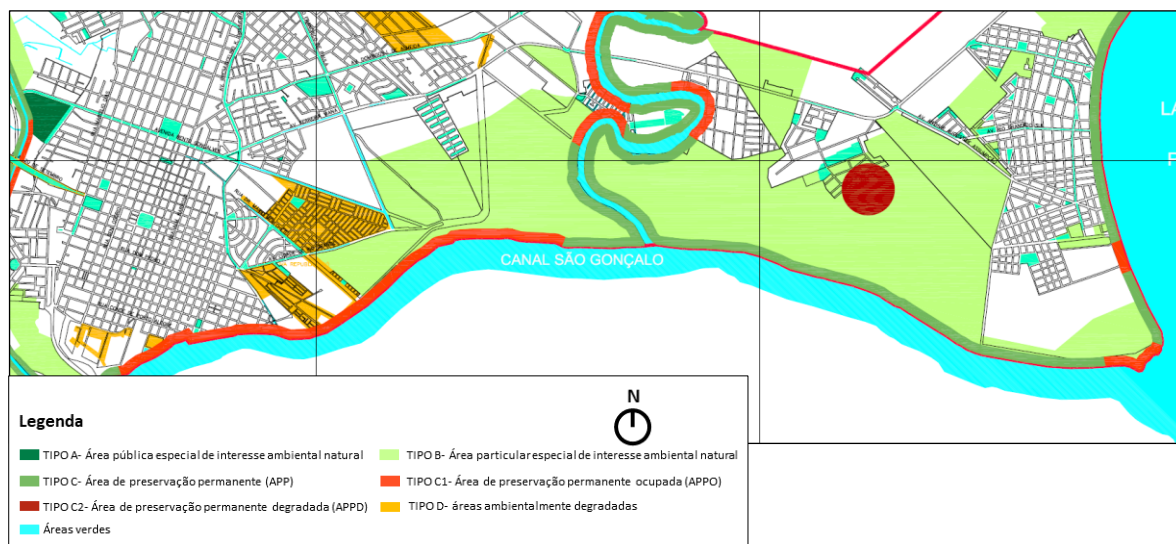
⁵³ O Parque está previsto no III Plano Diretor (2018), definido como **Parque Orla da Lagoa**. Existe uma proposta em análise na SEURB. A proposta seria concretizada por meio de uma parceria entre tripla (iniciativa privada, e governos do estado e municipal), já com verba destinada pelo governo do estado (17 milhões), com contrapartida da prefeitura (3 milhões), em um total de cerca de R\$ 20 milhões.

⁵⁴ Esse sistema passou a ser implementado após as enchentes da década de 1940 e “em termos de macrodrenagem, caracterizam-se pela criação de polders, na forma de áreas baixas protegidas por diques, localizados nas margens dos cursos d’água. Os diques possuem uma altura de 4,5 m, dos quais 0,5 m corresponde a um quebra ondas, e os 4,0 m representam o limite de proteção da população localizada nas áreas baixas da cidade e resguardando apenas parte das ocupações urbanas” (Silva, 2007, p. 129).

⁵⁵ Essa alteração foi prevista na revisão do III PD. Da mesma forma que outras alterações que fragilizam a proteção ambiental.

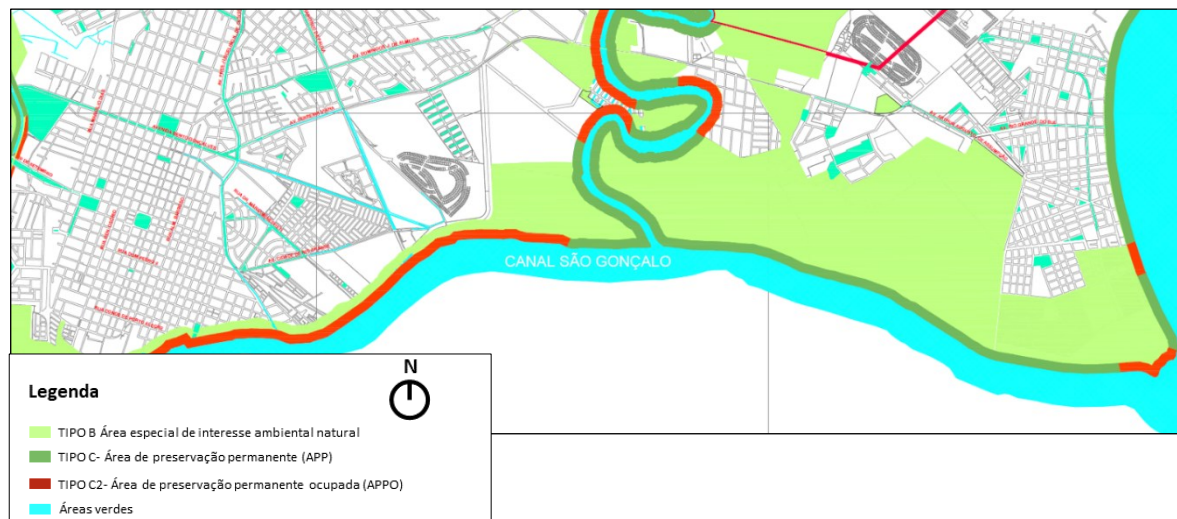
Já a Ocupação do Trapiche (no Laranjal), que integrava uma AEIAN Tipo C1 (2008 e 20018), foi removida a partir de 2010, através de uma ação judicial movida pelo Município, por estarem em uma Zona de Preservação Permanente Legal (ZPPL). Esse fato é bastante elucidativo sobre o processo de apagamento e invisibilização destas comunidades. Na figura 36 (2010) é possível observar tanto a Ocupação Estrada do Engenho quanto a do Trapiche e os vazios (em vermelho), hoje ocupados pelo Lagos de São Gonçalo e Parque Una. Na figura 37 também é possível perceber que uma área significativa que era considerada uma AEIAN (Área Particular de Especial Interesse Ambiental Natural) Tipo B, foi suprimida na revisão de 2018 (vazios às margens da Estrada do Engenho e área do Condomínio Lagos de São Gonçalo (junto ao Corredor das Tropas e Umuarama - Figura 38).

Figura 37. Pelotas – Mapa AEIAN do III PD, 2008



Fonte: Pelotas, 2008, adaptado pela autora.

Figura 38. Mapa AEIA, III Plano diretor, 20018



Fonte: Pelotas, 2018, adaptado pela autora.

De acordo com depoimentos de moradores, apenas três famílias de pescadores que viviam na Ocupação Estrada do Engenho foram para o Conjunto Estrada do Engenho, entregue pela prefeitura em 12 de janeiro de 2024. As imagens da Figura 39 foram feitas durante a Caminhografia de 24 de fevereiro de 2024, nelas pode-se observar que, um mês depois, os “entulhos” remanescentes das casas ali construídas, continuavam no local. Roupas, brinquedos, objetos pessoais e entulhos permaneceram por mais de um mês como uma marca da resistência da comunidade que ali vivia e que foi removida menos de um ano antes do decreto das Comunidades Ribeirinhas, como um símbolo da transitoriedade da paisagem vivida *versus* a permanência da paisagem política.

Figura 39. Restos da demolição das moradias da ocupação Estrada do Engenho



Fonte: Da autora, 2024

No ano de 2017, a prefeitura assinou um TAC⁵⁶ (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público, que pedia uma solução para a situação caracterizada como negligência por parte da fiscalização da PMP sobre as áreas de APP do município. O MP imputava penas às famílias e não à Prefeitura por causarem danos ao meio ambiente, um caso bastante característico da chamada injustiça ambiental – já que outras como o Clube “Veleiros”, que também ocupa parte dessa área, não foi acionado pela justiça.

De acordo com Acselrad (2010) a estratégia associada à ideia de justiça ambiental identifica esse tipo de ação como uma

desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos. A operação dessa lógica estaria associada ao funcionamento do mercado de terras, cuja "ação de coordenação" faz com que práticas danosas se situem em áreas desvalorizadas, assim como à ausência de políticas que limitem a ação desse mercado (Acselrad, 2010, p. 110).

Já para Raquel Rolnik

Assentamentos autoproduzidos das classes populares são estigmatizados, negados e, muitas vezes criminalizados, transformando o limite entre legal e ilegal em ação discricionária do Estado [...] A cidade é planejada de forma racista e excludente, para concentrar renda e excluir. A ideia de caos esconde que a cidade é fruto de opções de política e planejamento urbano, e não da falta deles (Rolnik, 2013).

Em resposta à ação movida pelo MP em 2017, a PMP propôs a transferência dessas famílias para o Bairro Getúlio Vargas, local distante do Canal e do modo de vida de boa parte das famílias da ocupação. Essa tentativa revela um descompasso entre a lógica técnica/legal do planejamento e as práticas cotidianas. A água, nesse contexto, não é apenas um recurso, ela é parte do ser e estar no mundo. Esses grupos a despeito das ações do Estado ou do Mercado desenvolveram formas próprias de se relacionar com o meio, a pesca, a moradia, a mobilidade e, portanto, se inserem no campo das

⁵⁶ Essa Ação do MP teve início em 2008 (n. 022/1.14.0007280-6), em 2014 tornou-se Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público Federal e tinha por objetivo a remoção da comunidade da Estrada do Engenho por danos ao meio ambiente.

táticas em oposição às estratégias imprimidas pelos agentes instituídos (Certeau, 1994).

Situação semelhante à da ocupação **Corredor das Tropas**, de formação mais recente, e que possuía cerca de 20 famílias. Seu Pedro, morador mais antigo foi funcionário do Engenho Pedro Osório e hoje trabalha com coleta de materiais recicláveis. A ocupação foi desarticulada no início de 2025, quando a proprietária das terras colocou uma cerca, interrompendo a passagem. Relatos especulam que a maioria dos moradores recebeu uma pequena quantia para deixar suas casas, os únicos que permaneceram foi o morador mais antigo e seus filhos.

Segundo Rieth, Lima e Rodrigues (2024, p. 9), Seu Pedro, que resiste às pressões para que abandone a área, afirmava em 2021: “Eu morei naquela ponta lá, depois passei, eu tinha uma leitaria na ponta ali, depois de vinte anos num lugar, ia passando pro outro; morei do lado do muro ali, agora passei pro lado de cá. Já faz um bocado de ano que tô nessa área aqui.”⁵⁷, que é próxima à Ponte dos Dois Arcos, a qual ele se diz guardião e reconhece a importância, bem como das ruínas do Engenho. Ele reconhece que a construção do Condomínio Lagos de São Gonçalo, impactou de forma definitiva a área, como no pequeno canal que passa por debaixo da Ponte e que servia para a pesca de “jundiás”, atualmente praticamente seco. Ele também reclama que o esgoto do condomínio é jogado no pequeno canal (Rieth; Lima; Rodrigues, 2024, p. 251).

Nessas suas falas, o morador demonstra um profundo conhecimento da área onde vive. Ainda que a incerteza predomine, ele se sente pertencente àquele território, mesmo que, de várias formas já tenha sido obrigado a mudar sua moradia, é no Passo dos Negros que ele luta pelo ser-no-mundo, ele é parte desse território-paisagem “a terra como lugar, base e meio de sua realização” (Dardel, p. 31), nesse sentido Lefebvre argumenta que:

Para o indivíduo ou para o grupo, apropriar-se refere-se a algo. Apropriar-se não é ter a propriedade, mas fazer sua obra, modela-la, forma-la, pôr o selo próprio (...)habitar é apropriar-se de um espaço, é também fazer frente aos

⁵⁷ Não obtive acesso à entrevista original, a fala foi retirada do artigo: Os bichos do campo na cidade: formas de habitar as margens (Rieth, Lima; Rodrigues, 2024).

constrangimentos, quer dizer, é o lugar do conflito agudo entre os constrangimentos e as forças de apropriação (Lefebvre, 2006, p. 210).

Durante as enchentes de 2024, foi instalada uma bomba, de forma ilegal, para retirar a água que se acumulava dentro do condomínio, a mesma despejava as águas no banhado ao lado da comunidade do Corredor das Tropas, podendo interferir em boa parte da área do Passo dos Negros. Após repercussão nacional nas redes sociais, o fato foi denunciado às autoridades, que exigiram a retirada da bomba. Ainda que os condôminos tenham emitido uma nota em que afirmavam que não usariam a bomba, somente em último caso e que não pretendiam prejudicar terceiros, o caso evidencia o processo de invisibilização a que estão sujeitas essas comunidades, já que boa parte dos moradores haviam sido retirados de suas casas e encaminhados para abrigos. Suas moradias, pouco importantes para a administração do condomínio, poderiam ser destruídas e a certeza da impunidade os autorizou a despejar a água.

Para o vereador entrevistado essa seria uma situação inevitável, pois

[...] a pessoa que compra um terreno, uma casa no Lagos de São Gonçalo, não quer abrir a janela dela e olhar o Seu Pedro.” A pressão econômica aqui vai ser brutal e, em algum momento, as pessoas vão sair daqui. Pelo motivo A, pelo motivo B ou pelo motivo C. A não ser que haja muita, muita resistência, [...] muita visibilidade (Mauro, 2025, 00:29:30).

A figura 40, representa de forma emblemática as disputas e apropriações desiguais desse território-paisagem: enquanto a comunidade da Ocupação Corredor das Tropas (imagem central) luta, representada na atualidade, por duas ou três famílias, o bairro planejado Parque Una (imagem superior), o Lagos de São Gonçalo na lateral direita da imagem central e as ruínas do Engenho (imagem inferior) representam a paisagem dominante, que ao reproduzir seus símbolos, busca manter e/ou reafirmar seu poder (Cosgrove, 1998).

O território-paisagem do Passo dos Negros, se configura assim, a partir da formação de territorialidades distintas e conflitantes, que teve como fundadores as comunidades tradicionais, os negros libertos, a população empobrecida pela estagnação dessa porção regional do estado do Rio Grande do Sul. Essas populações vivem sob a incerteza, o risco, a ameaça e o que prevalece é o ato de resistir/reexistir. Entre o muro, a cerca e a chaminé, permanecem as crenças, os símbolos e as vivências que os fizeram **ser** paisagem.

Figura 40. Vista do Corredor das Tropas para o Bairro Parque Una I; Ocupação Corredor das Tropas e Vista do Corredor das Tropas para o Engenho Pedro Osório



Fonte: Da autora, 2024.

Nas caminhografias, caminhadas e entrevistas pude observar que, nas ocupações mais antigas, como a Vila da Balsa e Pontal da Barra, há maior mobilização da comunidade na busca por melhorias. Porém nas ocupações mais recentes, como a do Corredor das Tropas, Estrada do Engenho ou a comunidade Campo do Osório essa articulação é percebida de forma menos evidente, provavelmente pelo caráter transitório de parte dos moradores e pela menor consolidação dos vínculos comunitários. Da mesma forma, a articulação entre comunidades por demandas comuns, tende a se fragilizar diante da urgência de pautas específicas, o que acaba por dispersar e enfraquecer lutas coletivas mais amplas. Enquanto que no Corredor das Tropas luta-se por permanecer no local, com moradia digna, na comunidade do campo do Osório a demanda é pelo transporte coletivo e, no conjunto Estrada do

Engenho, pela solução das rachaduras, que as casas “novas” já apresentam. Essa percepção é corroborada pela fala do Vereador

Tanto é que a primeira vez, a primeira vez que a gente [...] enquanto movimento social, apoiadores [...] dessas comunidades, a gente percebeu é... um pouco mais organização, organização e unidade dessas pessoas, é... foi durante a enchente. Ou seja, todos eles ou estavam embaixo d'água ou estavam em zonas de risco, podendo ter suas casas alagadas ou destruídas (Mauro, março de 2025, 00:47:59).

Essa articulação resultou no reconhecimento das comunidades ribeirinhas. Porém o entrevistado reconhece que foi uma ação das lideranças dessas comunidades e que a maioria da população não tem conhecimento da lei, exceto na comunidade da Barra. Isso pude confirmar durante a Conferência Municipal do Meio Ambiente, na qual a comunidade da Barra teve uma representação bastante significativa.

Ações de agentes privados, como a colocação da cerca e da bomba de recalque durante as enchentes de 2024, e intervenções do Estado, como a retirada da população da estrada do Engenho, ou do Trapiche, tendem a dispersar e desarticular a população, fragilizando as redes de apoio e, conseqüentemente, enfraquecendo as lutas coletivas. De acordo com o Vereador

Aí quem controla a coisa toda, atende no uno, pontual cada um desses. Se essas pessoas se reconhecessem, claro que aí também, seria um altíssimo nível de exigência, a gente pedir para que se conectassem automaticamente, Z3, Corredor das Tropas, Doquinhas... isso não é assim! (Mauro, março de 2025, 00:47:59).

Apesar dessa aparente falta de articulação, em dezembro de 2024 a Câmara de Vereadores de Pelotas, após as enchentes que assolaram a região, aprovou a Lei dos Ribeirinhos, Lei 7366/2025. A referida lei foi aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores e sancionada pela prefeita à época. Sua elaboração contou com a participação da sociedade civil – e de acordo com os relatos dos entrevistados, a iniciativa partiu dos moradores das áreas ribeirinhas–, com apoio de vereadores e do Movimento Solidariedade (criado durante as enchentes de maio de 2024). De acordo com a Lei, são reconhecidas como

Comunidades Tradicionais Ribeirinhas, na forma da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Federal n.º 5.061, de 30 de abril de 2004, bem como levando em conta os termos do que dispõe o Decreto Federal n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, a Comunidade de Pescadores Artesanais Colônia de Pescadores Z-3, a **Comunidade de**

Pescadores Artesanais da Barra de Pelotas/Laranjal, a Comunidade de Pescadores Artesanais da Vila da Palha (próxima da Ponte do Laranjal), a Comunidade do Passo dos Negros, a Comunidade de Pescadores Artesanais da Balsa, a Comunidade de Pescadores Artesanais das Doquinhas, a Comunidade de Pescadores Artesanais do Final da Avenida General Osório, a Comunidade de Pescadores Artesanais da Ponte do Rio Grande, junto ao Canal Santa Bárbara, estabelecidas no Município de Pelotas, tornando suas práticas, saberes ancestrais, modos de vida e territórios tradicionais como integrantes do patrimônio cultural de natureza material e imaterial de Pelotas⁵⁸ (Pelotas, 2024, grifo nosso).

É importante destacar que a Comunidade de Pescadores Artesanais da Vila da Palha não integra este estudo por margear o Arroio Pelotas, bem como Comunidade de Pescadores Artesanais da Colônia Z3, que margeia a Laguna dos Patos, da mesma forma que a Comunidade dos Pescadores Artesanais da Ponte, junto ao Canal Santa Bárbara e da Comunidade de Pescadores Artesanais do Final da Rua General Osório.

A **Comunidade de Pescadores Artesanais da Barra**, última a ser analisada e objeto do estudo de caso desta pesquisa, está localizada justamente onde o Canal São Gonçalo (a leste) encontra a Laguna dos Patos (Norte/Oeste) e faz parte da Região Administrativa do Laranjal. Há registros de moradores neste local desde o final da década de 1960, quando os primeiros pescadores se estabeleceram para a pesca. Atualmente se caracteriza por ser um local estratégico para a pesca regional, por ser uma Área de Preservação Permanente, pelas intensas disputas territoriais e ambientais, bem como pelas conquistas da comunidade. Além disso sua área de banhado é protegida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sua análise é aprofundada na Seção 4 dessa tese.

Ao analisar os conflitos territoriais nas margens do Canal São Gonçalo, é possível reconhecer a manutenção dessa lógica excludente da paisagem enquanto representação elitista e desvinculada do vivido. A invisibilização das populações que habitam essas margens, muitas vezes em condições precárias, mas profundamente vinculadas ao lugar por laços de memória, trabalho e pertencimento, revela como o olhar dominante continua operando para ocultar as paisagens alternativas construídas por sujeitos historicamente marginalizados.

⁵⁸ Há um erro de denominação na formulação da Lei, ao invés de Avenida General Osório, leia-se Rua General Osório.

Ao naturalizar a paisagem como cenário, o discurso hegemônico ignora sua dimensão conflituosa, política e existencial, invisibilizando as formas de vida que resistem e produzem sentido nos interstícios do urbano. Frente a isso, torna-se necessário reivindicar uma outra leitura da paisagem: não mais como objeto de contemplação ou mercadoria simbólica, mas como expressão de cidadania e espaço de disputa, onde o direito de ser e pertencer à paisagem é igualmente um direito à cidade.

4 CIDADANIA PAISAGÍSTICA NO TERRITÓRIO-PAISAGEM DA BARRA: DA PRODUÇÃO À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Figura 41. Imagem aérea da Comunidade da Barra (Vista a partir da margem direita do Canal São Gonçalo – Balneários Valverde e Santo Antônio ao fundo)



Fonte: Jô Folha/A Hora do Sul, 2024

Quem, pela primeira vez, desce o sangradouro, ou antes, o canal, que une as duas lagoas – Mirim e Patos -, justamente no ponto em que este, - S. Gonçalo – encontra a última, ao olhar a costa, solta uma exclamação admirativa ante a lhaneza da paisagem.

(Heloisa Assumpção, 1932)

Nesta seção apresento o estudo de caso do território-paisagem da Barra. Com base nas caminhadas etnográficas, nas entrevistas com moradores e gestores públicos, e na análise integrada de registros visuais (fotografias atuais e antigas, imagens de satélite e imagens aéreas) e documentais, busco caracterizar esse território. A abordagem combina escalas temporais (memórias, transformações recentes) e espaciais (orla, dique, trapiches, percursos ribeirinhos), articulando práticas cotidianas, arranjos institucionais e conflitos. Ao confrontá-las, discuto como modos de vida ribeirinhos, intervenções estatais, pressões imobiliárias e eventos climáticos produzem continuidades e rupturas na paisagem, afetando mobilidades, ritmos e direitos de permanência.

A partir da análise situada da Comunidade de Pescadores Artesanais da Barra, evidencio as táticas de permanência/resistência que afirmam o direito de ver, estar e ser paisagem — base da cidadania paisagística. O cruzamento entre as imagens, a ATR das entrevistas atuais e descrições antigas me permitiram entender a formação do território-paisagem do Pontal da Barra, os conflitos e suas dinâmicas atuais.

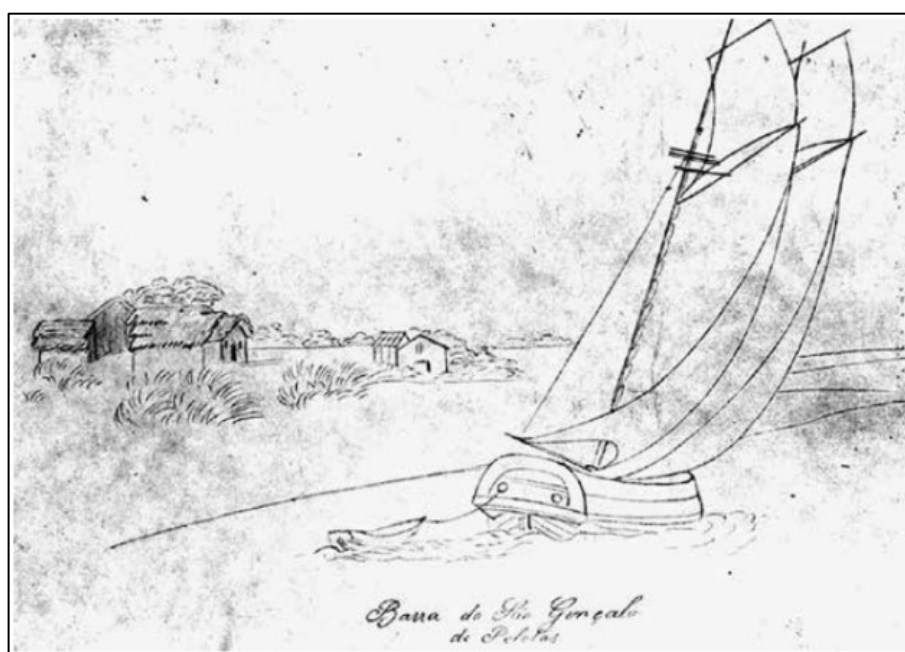
4.1. Caracterização do território-paisagem da Barra: o ser humano e a água

Nesta subseção apresento o Pontal da Barra como um **território-paisagem** em que a água, os usos cotidianos e as regulações institucionais/ou sua ausência contribuem para a formação territorial. Ao mesmo tempo, examino como os vínculos com o meio são mediados por infraestruturas, pelas normas e por disputas de sentido que classificam a margem ora como risco e irregularidade, ora como bem comum e lugar de vida.

As Figura 42 e 43, além do relato de Seidler, de 1827, são bastante representativas dessa área, pois apresentam o Pontal da Barra como ponto estratégico, tanto de ligação e passagem, quanto de abrigo. A paisagem rarefeita na imagem e no relato, se organiza por pontos focais – a venda, as casas com cobertura de junco – e a presença negra ribeirinha explicita sociabilidades, pelo batuque e pelo

casamento, como expressões do direito de estar e celebrar nas margens⁵⁹. Lida à luz de Besse e Dardel, trata-se de uma paisagem sensível que se faz também por som e corpo; em chave holstoniana, a festa denuncia e torna latente uma cidadania paisagística insurgente, anterior às regulações atuais, afirmando o Pontal da Barra como território vivido e não como vazio natural. Evidencia que a ocupação da área não é recente e que a paisagem vivida/vernacular se forma na relação íntima com o ser humano.

Figura 42. Imagem mais antiga da Barra do São Gonçalo, gravura, autor desconhecido, 1º de janeiro de 1847.



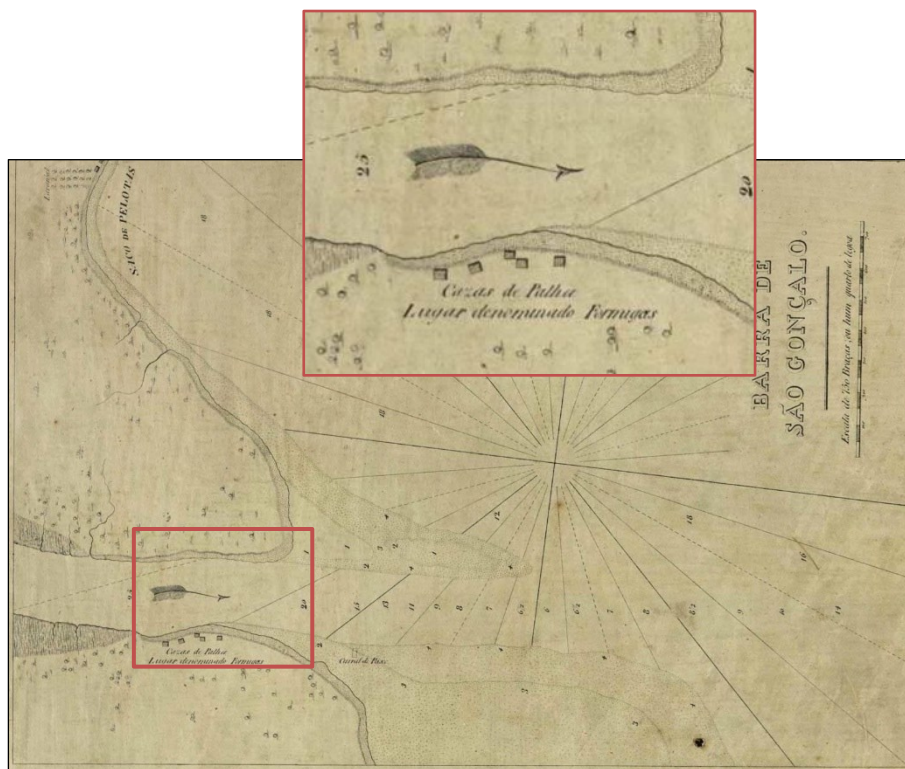
Fonte: Rubira, 2012

Perto da boca do sangradouro, que ligava os dois lados, dos Patos e Mirim, um vento violento nos impediu de continuar a velejar e vimo-nos forçados a deitar novamente âncora (...). Num raio de duas a três léguas não havia senão uma única habitação, a pobre venda duma família de negros, ainda mais pobre, onde quando muito aos domingos e dias de festa aparecia gente. Aí fomos recebidos com alegria invulgar e insistentemente solicitados a passar a tarde, pois que chegaria numerosa companhia para celebrar um casamento. Em tais circunstâncias, de boa mente acedemos. Mal era meio-dia, surgiram os esperados hóspedes, na maioria negros e mulatos, em geral enfeitados de trapos multicores e toda espécie de bugigangas, além disso trazendo máscaras negras, de papel, que aplicavam ao rosto, apenas com aberturas para os olhos e o nariz. Dois homens fortes carregavam um grosso pedaço de tronco oco, revestido de couro, no qual logo um deles entrou a bater com os pés como num tambor; outros instrumentos, de sons que casavam com o do tambor, apareceram pouco a pouco e rompeu uma música pela qual

⁵⁹ Ao confrontar o mapa de 1838 (ampliação) com a imagem de 1847, é possível concluir que as construções descritas por Seidler, estão localizadas na margem direita do Canal, portanto, território de Rio Grande.

certamente teria manifestado respeito o próprio tambor-mor Rossini (Carl Seidler, Dez Anos no Brasil, 1827, p. 316).

Figura 43. Mapa que representa o Pontal da Barra em 1838



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional, modificado pela autora, 2025

O Pontal da Barra é uma área localizada na RA do Laranjal, Balneário Valverde, numa faixa de terrenos da Marinha, na confluência entre o Canal São Gonçalo e a Laguna dos Patos, com fundos para a RPPN Pontal da Barra (65,3 ha). Dista 15 km do centro urbano do município de Pelotas e corresponde a uma área total de 267,46 ha, coberta predominantemente por vegetação de banhado, constitui-se também como uma APP (Figura 44).

Figura 44. Localização do Pontal da Barra na área da pesquisa



Fonte: Imagem do Google Earth, modificado pela autora, 2025.

As Figuras 45 e 46 representam a Barra, a partir de dois pontos distintos, a partir do Canal São Gonçalo (Leste) e a partir da Laguna (Oeste). Na figura 45, observa-se a “boca do sangradouro”, provavelmente a Laguna já está começando a receber a água do mar, pois a cor da água se apresenta mais uniforme e azulada. O destaque é para as embarcações que pontuam o Canal, “com suas cores vibrantes” (Ana, outubro de 2025) e os trapiches como extensão das moradias (ou extensão do Canal?), estas também em cores vibrantes.

Figura 45. Vista da Barra (Em direção à Laguna dos Patos)



Fonte Jornal Tradição Regional, 2025.

Na Figura 46 percebe-se a vegetação à direita, caracterizada pelo banhado e o canal de drenagem natural mais ao fundo, com a vegetação mais densa (à direita, parte

de cima da imagem), e uma ocupação mais rarefeita ao se aproximar da Sanga (canal de drenagem).

Figura 46. Vista aérea da Barra (a partir da Laguna dos Patos)



Fonte Volmer Perez/Secom/PMP, 2025.

Do ponto de vista arqueológico, o Pontal se configura como uma área de interesse, tanto no que se refere aos sítios quanto às paisagens aquáticas regionais. De acordo com Milheira e Colonese (2025), as populações indígenas que habitaram a área do Estuário da Laguna dos Patos podem ser caracterizadas como

uma sociedade regionalmente orientada à pesca, epicentrada nos ambientes aquáticos do complexo lagunar costeiro, ambiente esse que foi palco de um grande fluxo de pessoas, ideias e coisas ao longo de milênios antes da colonização europeia e que persiste na paisagem e nos movimentos de resistência étnica na contemporaneidade (p. 147).

Os autores afirmam que datações mais recentes indicam uma “consolidação territorial” por volta de 3000 a 3500 AP, caso do complexo Patos-Mirim (há 18 cerritos identificados na área do Pontal). Portanto, há indícios de ocupação humana bem antes do tempo presente e evidências de que essas populações se alimentavam, dentre outros alimentos, de peixes ainda hoje encontrados no estuário, como corvinas, bagres e miraguaias. As análises da coluna cervical dos indivíduos encontrados nas escavações também podem indicar o manejo de instrumentos de pesca, como a tarrafa. Além da alimentação, existem indícios de um controle visual da Laguna dos Patos que poderia

refletir esforços de gestão das áreas de pesca, como restrições de acesso, assim como a presença de lideranças e organizações locais para tais fins. Nessa perspectiva, os cerritos, [...] constituem elementos de uma paisagem

política comprometida com a sustentabilidade de seus recursos, em um momento marcado pelo aumento de números de sítios e possível pressão demográfica na região (Milheira e Colonese, 2025, p. 159).

Na contemporaneidade a paisagem do Pontal da Barra se distingue pela presença da comunidade ribeirinha⁶⁰ e do banhado, formado a partir da Laguna dos Patos, Canal São Gonçalo, além do lençol freático e do regime de chuvas. Dentre as espécies vegetais “estão incluídas dunas, turfeiras, campos úmidos e secos, banhados e florestas de restinga” (Ribeiro, 2024, p. 41). É composta ainda por várias espécies da flora e da fauna, como o peixe *Austrolebias nigrofasciatus*, mais conhecido como peixe anual e que se encontra na categoria de “em perigo” de acordo com o ICMBio (PAN Lagoas do Sul, 2025). Quanto às aves é possível identificar o gavião caramujeiro, o bem-te-vi, garças, João-de-Barro, marrecos, quero-quero, tachãs, além de uma grande diversidade de insetos, répteis e anfíbios. Na figura 47 é possível identificar ao fundo, a vegetação que compõe o banhado.

Figura 47. Embarcação com o banhado ao fundo



Fonte: Da autora, abril/2025.

O território faz parte da Planície Costeira do Sul, sendo considerada uma AU⁶¹ (área úmida), se constitui em um ambiente vital para a regulação do volume das águas na superfície terrestre, serve como filtro e purificador e como recarga de aquíferos. As AUs são áreas tradicionalmente ameaçadas devido à antropização e à crença de que

⁶⁰ Parte da comunidade, que ocupava uma área próxima ao trapiche, foi removida entre 2011 e 2012.

⁶¹ No Rio Grande do Sul, as AU's são chamadas de banhados (*bañado*), influência da proximidade com o Uruguai e a Argentina.

devem ser aterradas, ação que caracteriza boa parte da orla urbana do Canal São Gonçalo, desde a instalação do Porto Público até os condomínios residenciais contemporâneos, analisados na seção anterior. Além disso, também é considerado um ponto regional estratégico para a pesca do camarão, como destaca Mari:

Se tu estás num período de safra de camarão, uma boa safra de camarão, A gente já chegou que foi quando eu, inclusive quando eu fiz a dissertação, era uma baita safra. Tinha 131 famílias, 200 e poucas pessoas ocupando a mesma área territorial. Se é o mesmo espaço geográfico, era ocupado. Está. Mas aí tu vais me dizer, mas como Mb1? Porque os pescadores, eles têm origem em outras comunidades pesqueiras. E a Barra é um ótimo lugar pra quem pesca, porque é um ponto estratégico ali. para quem vai pescar em Rio Grande, para quem vai pescar no Norte, para quem vai lá para o lado de São Lourenço (Mari, março de 2025, 00:00:55).

Pode-se apreender de sua fala que o território pesqueiro da Barra se constitui, à luz da teoria, como um local estratégico e coletivo cujos modos de habitar em mobilidade, sugerem um pertencimento temporário, da mesma forma que caracteriza uma paisagem vernacular na visão de Besse (2014), por se localizar nas margens e por ser caracterizada pela adaptação às circunstâncias, dependendo mais das táticas do que dos planos. O caráter regional e estratégico, desloca o debate para a longa duração, já que a pesca não parece ser uma atividade recente, mas uma prática que, ao longo do tempo, constituiu o território-paisagem da Barra, como indicam as pesquisas arqueológicas, bem como os relatos de viajantes.

Figura 48. Pescadores no Pontal da Barra, vista para a laguna dos Patos



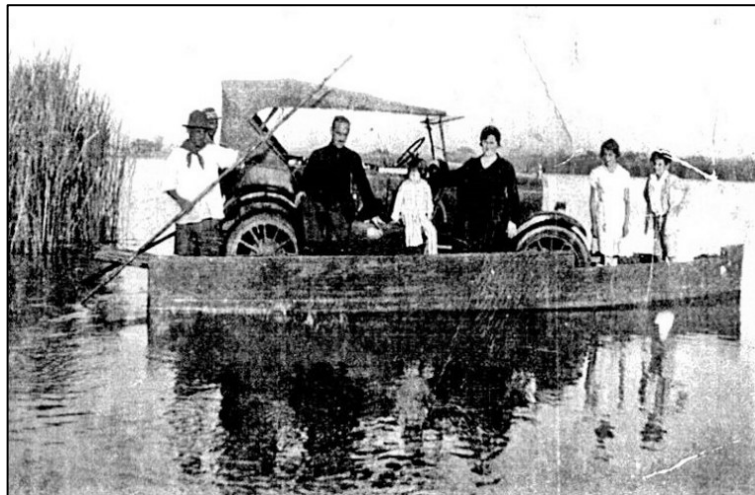
Fonte: Da autora, 2025.

Na próxima subseção busco entender como se formou esse território-paisagem na contemporaneidade.

4.2 “Fazer-cidade” nas margens: mobilidades ribeirinhas e disputa pelo território-paisagem

Além dos atributos naturais, o território-paisagem da Barra⁶² é reconhecido pelos constantes conflitos socioambientais a que está sujeito. De acordo com relatos dos moradores, a ocupação humana contemporânea teve início por volta da década de 1960. Seu morador mais antigo, que morreu durante as enchentes de 2024, relatava que frequentava a Barra para pescar desde 1963, mas que se estabeleceu definitivamente em 1969. Essa ocupação tardia, provavelmente se deu pelo fato de não haver acesso terrestre ao Laranjal, somente por balsa (Figura 49), além de ser uma propriedade privada (família Assumpção). A ponte sobre o Arroio Pelotas foi inaugurada somente em 1952, mesmo ano de fundação do Balneário Santo Antônio. Os balneários dos Prazeres e Valverde foram inaugurados respectivamente, em 1953 e 1957 (Pelotas, 2025)⁶³.

Figura 49. Balsa que fazia a travessia do Arroio Pelotas, conectando ao Laranjal



Fonte: Núcleo de documentação Histórica, UFPel, 2025.

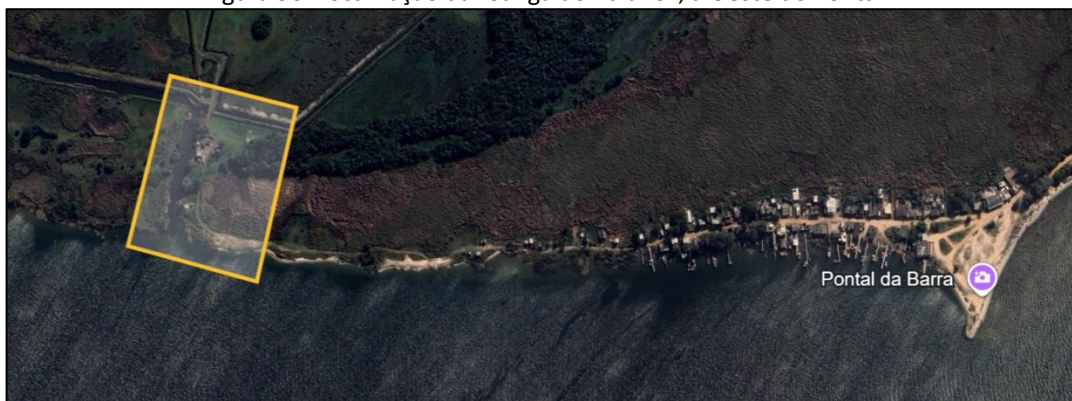
Durante as entrevistas pude conversar com o segundo morador mais antigo da Barra (João). Ele descreve sua chegada ao local “Isso foi em 74. Que eu já vim pra cá. Faz 50... 51 anos. Tinha uma casinha ali, tinha uma barraca ali, pra lá não tinha nada.

⁶² Distingo para esta pesquisa, a denominação de Pontal da Barra (local), de Barra (território-paisagem), que é como os moradores se referem à localidade.

⁶³ Em 1949, foi construído um pontilhão de madeira entre as Charqueadas São João e Santa Rita.

Tinha um barraco lá na sanga, lá que era do Baiano. Não tinha nada aqui” (João, 2025, 00:06:13). Sua fala funciona como um registro temporal da territorialidade ribeirinha na Barra e como microtoponímia (sanga + nome próprio), uma espécie de mapa de memória ou cartografia de memória, como afirmação da presença e do território em fundação (destaque para a Sanga na figura 50)⁶⁴.

Figura 50. Localização da "Sanga do Baiano", a Oeste do Pontal



Fonte: Imagem de Satélite, modificada pela autora, 2025.

A ocupação do território foi lenta até a década de 1980, muito devido à falta de infraestrutura. Porém as constantes crises que a cidade experimentou, a ocupação ao Longo do Canal São Gonçalo e a possibilidade de pesca abundante acabou atraindo pescadores para a área. Na década de 1990, cerca de 30 famílias ocuparam uma área em frente ao trapiche, sendo que a maioria de seus moradores tinham como meio de vida a pesca e a coleta de materiais recicláveis, a Vila de pescadores do Trapiche.

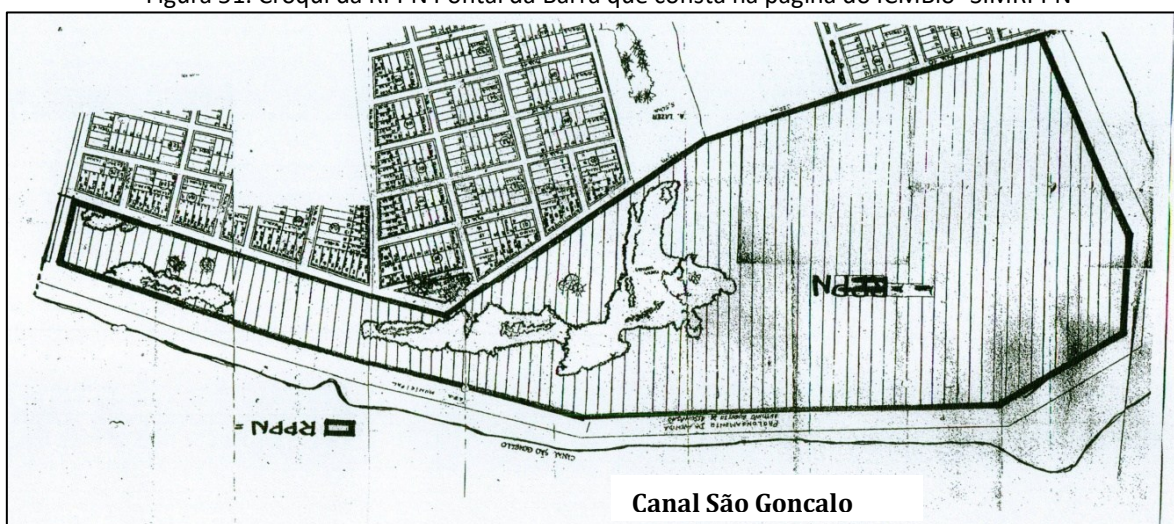
Junto com a população em movimento, os conflitos socioambientais no Pontal da Barra se acirraram e se tornaram mais intensos, tendo como marco a proposta de um loteamento para a área, na década de 1980. A disputa pelo território apresenta como principais atores: a comunidade pesqueira, que luta por permanecer no local, vertentes ambientalistas e o meio científico, que pleiteiam a transformação da área em uma Unidade de Conservação Integral, o que implicaria na retirada dos moradores e os proprietários/empresários do ramo imobiliário, que veem a área como um atrativo, pelas belezas naturais e proximidade com o Canal e a Laguna. Além dos conflitos

⁶⁴ A Sanga funciona como uma espécie de refúgio/abrigo durante as cheias, os pescadores levam seus barcos, pois é um local mais protegido, alguns se referem como “Sanga do Renato”, mas a maioria chama somente de Sanga.

territoriais, a população convive com a intensificação dos eventos climáticos das últimas décadas.

Parte do Pontal da Barra de Pelotas, desde setembro de 1999 é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)⁶⁵, portanto, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com uma área de 65,33 ha. O croqui da RPPN Pontal da Barra que consta no sistema informatizado de monitoria do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) é bastante esquemático (Figura 51), não apresenta norte ou escala, porém é possível observar que os planos de urbanização se estendem até bem próximo à margem do Canal.

Figura 51. Croqui da RPPN Pontal da Barra que consta na página do ICMBio- SIMRPPN



Fonte. ICMBio, 2025.

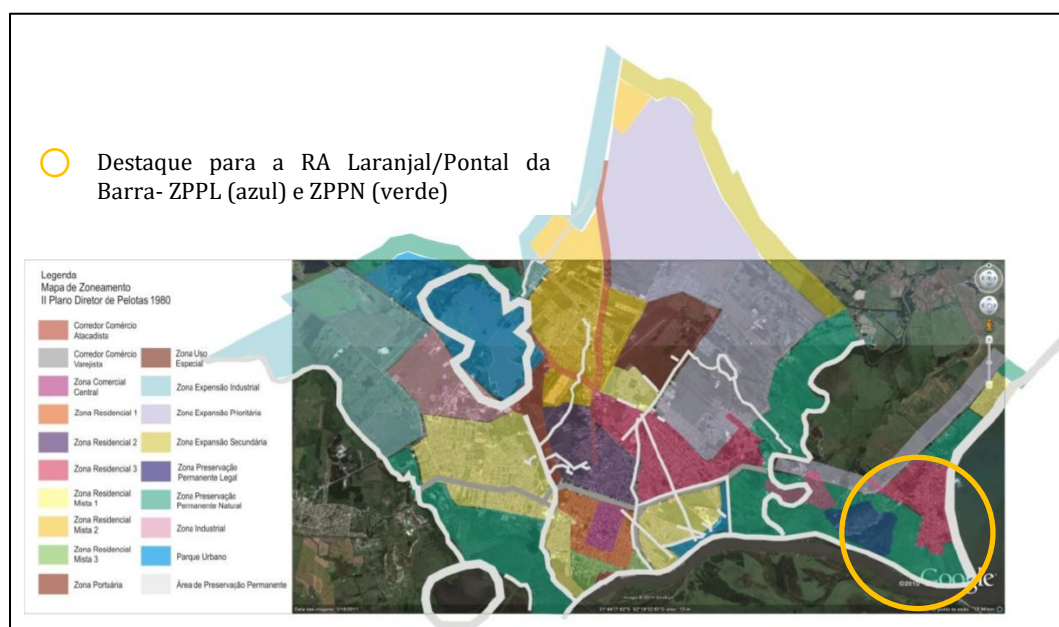
Os proprietários da gleba buscavam desde a década de 1980, autorização para construir um loteamento (que foi parcialmente construído, ainda que sem autorização do órgão ambiental), além de um resort e edifícios residenciais. Em 1991, foi aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SMUMA), um loteamento com 2.268 lotes. É importante destacar que, em 1986 a empresa que assumiu essa gleba tinha como sócios um ex-prefeito de Pelotas e o sogro de sua filha. Os mesmos passaram a investir em infraestrutura para a área de forma ilegal, já que não havia licença ambiental de instalação e, de acordo com o II Plano Diretor (Lei nº 2565/1980),

⁶⁵ Consta como proprietário da RPPN Pontal da Barra “Pontal da Barra Loteamentos e Mineração Negócios Gerais Ltda” (ICMBio, 1999).

a área era caracterizada como uma Zona de Preservação Paisagística Natural (ZPPN), em verde escuro no mapa da Figura 52 e também uma Zona de Preservação Permanente Legal (ZPPL).

Após diversas denúncias ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, foi instaurada uma Ação Civil Pública (1992), contra a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM/RS), órgão responsável pela licença ambiental, e também contra a empresa empreendedora, pedindo o embargo da obra, que não foi concedido (Nebel, 2014).

Figura 52. Pelotas - Mapa de Zoneamento II Plano Diretor (1980)



Fonte: Santa Catharina, 2012, adaptado pela autora, 2025.

A criação da RPPN do Pontal da Barra, em 1999, inviabilizou parte do empreendimento. Ao longo dos anos, os proprietários foram denunciados por diversos crimes ambientais, dentre eles, parcelamento irregular e abertura de canal para escoamento das águas pluviais para o Canal São Gonçalo. Gitana Nebel (2014) aponta que durante as cheias de 2002, o dique de contenção do loteamento estourou, inundando parte da área, afetando cerca de 200 famílias. Uma das entrevistadas relembra esse caso, relatando que

Quando eu tinha minha guria pequena, ela tinha um ano ali... ali perto da continuação da Espírito Santo. Ela... tinha uma sanga muito grande ali ele era tipo, um açude muito grande, então ele era com bastante aguapé, canilha, taboa tudo. Ele era um filtro natural da natureza. Então a água vinha pela Espírito Santo (Rua), de todo o Laranjal de esgoto, de tudo, e desaguava ali.

Aquilo ali fazia o trabalho de sedimento. E aí eles taparam eles taparam ali, o filtro nosso a nossa esponja. A partir [...] Dali para cá começou esses alagamentos maiores, afetando o Pontal da Barra (Ana, 2025, 00:27:02).

O conhecimento empírico do lugar, expresso pela entrevistada, explicita o papel dos corpos d'água e da vegetação como reguladores naturais das cheias. Seus relatos apontam que ações estatais, ou a ausência delas, contribuíram para o agravamento das inundações devido às cheias e para a fragmentação do território. Ao mesmo tempo, a busca por melhorias e por direitos básicos tem convivido com a insegurança da remoção e o risco recorrente das enchentes, suscitando táticas de sobrevivência, como a constituição de redes de apoio. Em 2001, após uma enchente que destruiu a estrada e não havia como escoar o pescado, o entrevistado João relata que,

Aí fui lá eu (na prefeitura), e o Dodoce [...] Aí, chegamos lá: “Nós queríamos que o senhor consertasse a estrada, para nós tirar (sic)a produção. Está ruim de tirar. Tem que levar de barco lá no Laranjal. E quando tem vento, não dá, tem que levar lá na Balsa, para botar no caminhão. Faz bastante peixe” - todo mundo matando mil e poucos quilos, dois mil quilos (João, 2025, 35:27).

Essa fala sobre a enchente de 2001 evidencia uma dinâmica do risco própria das áreas ribeirinhas: a água que interdita a estrada é a mesma que favorece a safra da corvina. Entre o Trapiche e a Balsa, a comunidade aciona táticas de mobilidade e redes de apoio que são condicionadas pelo vento, evidenciando como a **cidadania paisagística** é praticada entre uma infraestrutura frágil e saberes meteorológicos locais. A prefeitura só é acionada em caso extremo e age somente a partir da pressão da comunidade local, ou ainda dos turistas que também frequentam a área. Na subseção 4.3 discuto as enchentes e os riscos de forma mais aprofundada.

As indefinições em relação aos empreendimentos na área permaneceram e foram retomadas em determinados momentos, entre as imprecisões legais e as mudanças de governo. Em 2008, especulou-se a intenção de instalar um complexo hoteleiro, o “Hotel Cavalo Verde” que, entre as justificativas para o empreendimento, estava a Copa do Mundo de Futebol de 2014, na tentativa de projetar internacionalmente a cidade e pregando a remoção das ocupações ao longo do Canal e da Laguna (Nebel, 2014). Nesse mesmo período a gestão municipal lançou o **Programa de Requalificação da Orla da Lagoa** com o objetivo de promover melhorias nas “questões de acessibilidade, lazer, arborização, infraestrutura e ordenação de uso e ocupação junto à orla”, e além da renovação e ampliação do

mobiliário urbano, previa a ampliação do calçadão e da pavimentação em direção ao Pontal da Barra (Pelotas, 2006). Com esta justificativa, entre 2010 e 2011, os moradores da Comunidade Trapiche foram removidos, a partir da ACP nº 70032653958 e realocados em conjuntos habitacionais na periferia de Pelotas.

Sobre essa ação dos órgãos públicos Ana (ex-moradora da Comunidade do Trapiche) relata que vive no Barra desde 1997 “A gente mora fixo aqui. Desde 2012 a gente veio para cá. Eu morava desde 97 ali na frente, lá no Trapiche. Em 99 Eu ganhei a minha guria ali... a que é pescadora também, a mais velha. (Ana, 2025, 00:04:58). Ela complementa dizendo que antes disso vivia no final da General Osório, onde o pai, também pescador, vive até hoje. Sua filha de 15 anos me diz que quando a ocupação foi desfeita, a família foi para um residencial do programa Minha Casa Minha Vida, mas que acabaram voltando para a Barra. Pergunto porquê e ela responde: “Porque a gente é da água” (Karina, 2025).

Essas falas traduzem a percepção da água como território, afeto, vida e subsistência e explicitam uma forma de existência que não separa o ser humano da paisagem dialogando com os pressupostos de Dardel (2013) e Besse (2014) de que a paisagem é para estar, sentir e ser. As duas entrevistadas ainda lamentam a desagregação da comunidade, principalmente pelos laços estabelecidos, como

uma senhora que ajudava muito a comunidade, que ela fazia trabalho voluntário com as crianças ali na frente perto do Trapiche. Aí essa senhora Tia Maria⁶⁶ [...] Ela fazia tudo quanto era tipo de trabalho com as crianças... manuais, ajudava muito as crianças. Assim, durante o dia, foi uma grande perda para a comunidade. **Quando desmancharam nossa comunidade, ali que ele era um lugar muito bom de viver** (Ana, 2025, 00:02:26, grifo meu).

Nessa fala, a entrevistada destaca que os vínculos afetivos e as redes de apoio formadas na comunidade eram importantes, principalmente para as mães que precisavam trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos. A ruptura desses laços pode causar a perda das referências, impactando o tecido social, que já sofre com a insegurança e a precariedade do lugar. A remoção da Comunidade do Trapiche fez com que parte dos seus moradores se dirigissem para a Barra, como uma alternativa de manter o seu sustento, já que o local designado pela prefeitura ficava distante da

⁶⁶ Nome fictício para manter o anonimato.

orla. Assim, entre 2011 e 2012 houve um incremento significativo à população ribeirinha da Barra. Outro fator que incentivou o deslocamento ribeirinho foi a ligação da energia elétrica, que ocorreu em 2011.

Segundo relato de João e outros entrevistados “Não tinha água nem luz. Depois que botaram a água e luz, que invadiram. Não tinha água. A água foi botada em 2000.” (João, 2025, 00:26:45). O entrevistado destaca a ação de um gestor público que “facilitou” a instalação da água no local. Nesse sentido Ermínia Maricato destaca que “a ilegalidade é funcional” (2013, p.123), pois permite aos diversos agentes políticos ou mercadológicos, manter o controle dessas populações, através dessas “anistias periódicas”, sejam elas na forma de regularização fundiária, energia elétrica, esgoto, ou água. Em síntese, a infraestrutura fragmentada e oferecida de forma lenta, permite manter certo controle político sobre essas áreas.

Enquanto que esse constante movimento do “fazer cidade” pode indicar novas formas de pensar a cidade. Um movimento que não é, necessariamente, em direção a uma centralidade que já não existe (na perspectiva de Lefebvre), ou a uma “centralidade virtual” como destaca Agier (2015), mas a uma outra centralidade, resultado das lutas por permanecer no local.

Ao analisar as imagens de satélite anteriores a 2012 e as mais atuais (Figura 53), percebe-se que esse incremento populacional pouco aumentou a extensão territorial da Barra. Segundo os moradores mais antigos, isso decorre do fato de que, a população vinda do Trapiche construiu suas moradias na porção já ocupada: terrenos vazios entre edificações existentes e fundos de terrenos. Isso acontece também com os pescadores sazonais que, durante a safra permanecem em barracas, nas embarcações ou na moradia de parentes.

Essa preocupação, para além do meio ambiente, me faz compreender que esse território-paisagem é vivido pelo menos em dois ritmos: o dos moradores permanentes e o da população temporária ligada à safra do pescado. As territorialidades, assim são marcadas pela natureza e pela economia pesqueira, já o habitar se apoia nas redes de parentesco e reciprocidade, substituindo a lógica formal de propriedade pela regulação local.

Figura 53. Imagens de satélite 2004, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2023



Fonte: Google Earth, 2025.

A instalação da energia elétrica, em 2011, foi uma grande vitória para a comunidade, principalmente para a conservação do pescado. Já o acesso ao transporte público foi conquistado somente em outubro de 2025⁶⁷. O micro-ônibus que faz o transporte escolar começa a funcionar somente em 2015, de acordo com relato de Mari, em 2024 “E em 2015 eu já estava na FURG (Fundação Universidade de Rio Grande). Tem toda uma mobilização. O pessoal até queima pneu, faz protesto, aí chega a Van escolar através do caminho do ônibus e é o que a gente tem até hoje”. O poder público cede à medida que a população exige, é a insurgência que produz a cidade pelas margens.

A entrevistada destaca que a ausência de infraestrutura adequada se deve ao fato de que o poder público não reconhecia a população da Barra como uma

⁶⁷ De forma experimental, a prefeitura e empresa disponibilizaram dois horários, pela manhã e no final da tarde.

comunidade ribeirinha e sim como uma ocupação irregular, desse modo o “problema” sempre foi tratado como habitacional, sendo que a solução dada sempre foi a remoção. Nesse sentido, o território-paisagem ribeirinho vai sendo incorporado ao “urbano” em ritmo lento, impondo táticas de sobrevivência e “custos” cotidianos que afetam o estudo, o trabalho e a saúde. No sentido lefebvriano esta é uma situação em que o espaço concebido ignora o vivido.

Os relatos, de uma forma geral, afirmam que a maioria dos moradores atuais da Barra, ocuparam a área para pescar, o que se confirma na fala de Mari “as pessoas foram para ali, vindas de outras comunidades pesqueiras [...] para poder pescar. Então, as pessoas não foram para ali porque elas não tinham onde morar [...] A ocupação e uso do território se dá pelo modo de vida tradicional”. Esse trecho narra a luta da população por reconhecimento como comunidade ribeirinha, sendo que movimento em direção à Barra e a consequente apropriação do território se deu a partir da necessidade de pescar. Da mesma forma que o habitar foi uma consequência dessa necessidade, a pesca (trabalho) organizou a ocupação.

Enquanto que para Certeau (1994) o fazer cidade se dá no cotidiano, no ir e vir para Agier o pertencimento se constrói em circuitos tradicionais, não somente na fixidez e “A ocupação urbana é um agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade” (Agier, 2015, p. 492). Assim, é o movimento que caracteriza essas comunidades às margens ou periféricas, o que não significa que não haja apropriação, pelo contrário, essa apropriação se dá exatamente pela fluidez com que ocupam esses espaços.

Quanto aos empreendimentos propostos para a área, após anos de litígio, somente em setembro de 2016, a Justiça Federal de Pelotas, determinou o fim do Loteamento Pontal da Barra, condenando o loteador e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) (Nebel, 2014). Na justificativa, o juiz responsável apontou várias irregularidades e omissões na concessão das licenças, fazendo valer a legislação ambiental e reconhecendo a importância da área como banhado. Foram portanto, mais de 30 anos de irregularidades por parte do responsável pelos empreendimentos, licenças pouco fundamentadas por parte dos órgãos estatais e decisões judiciais parciais. Enquanto isso as ocupações foram aumentando e servindo

aos interesses do mercado, já que justificavam os empreendimentos com o intuito de cessar às ocupações “irregulares”.

Nesse sentido Ermínia Maricato (2013) aponta que esse tipo de ação, não resulta da falta de legislação, já que “a ineficácia dessa legislação é apenas[...] aparente, pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder, além de favorecer pequenos interesses corporativos” (Maricato, 2013, p. 147). Essa condição já foi identificada na Seção 3 desta pesquisa, ao apresentar os conflitos territoriais em outras áreas do Canal São Gonçalo.

Após muita luta pelo reconhecimento, não só da Comunidade da Barra, mas de mais sete comunidades tradicionais ribeirinhas de Pelotas, no final de 2024 foi promulgada a Lei dos Ribeirinhos (Lei Municipal nº 7.366), que ainda necessita regulamentação, mas a partir dela a população já percebe melhorias. Também em 2025, a administração municipal, através dos decretos 7069/25 e 7072/25, regulamentou o uso e ocupação das áreas de risco no município, bem como as medidas mitigatórias para as mesmas.

Mesmo que reconhecida legalmente, a comunidade ainda sofre com a pressão do mercado imobiliário, já que os referidos decretos correm o risco de serem derrubados pela Câmara de Vereadores. Tentativa que se alinha às diversas ações sobre as margens do Canal São Gonçalo, como a saída dos moradores do Corredor das Tropas e a remoção da Ocupação Estrada do Engenho, já discutidos nessa pesquisa.

4.2 Paisagem vivida: saberes ribeirinhos, memória e legitimidade territorial

Um excesso de água torna a alma doce, afável, fácil, sociável e disposta a ceder (Bachelard, 1998, p. 202).

Compreender o território-paisagem do Pontal da Barra é mais do que entender seu processo de ocupação. O reconhecimento da paisagem como instrumento de ação política e de planejamento territorial, implica conhecer como essa população se relaciona com o meio. A partir desses pressupostos, analiso apoiada na teoria, o cotidiano da Comunidade de Pescadores Artesanais da Barra. A paisagem vivida emerge como obra coletiva (Lefebvre) tecida pelos saberes e por memórias que

ancoram pertencimento e vínculos de parentesco. Longe de um “vazio” natural, a Barra é um território-paisagem produzido pelo uso, onde narrativas familiares e aprendizados herdados fundamentam a legitimidade territorial: é o direito de permanecer porque se habita, trabalha e cuida (Figura 54).

Figura 54. Território-paisagem da Barra - elementos que compõem as margens do Canal



Fonte: Da autora, abril/2025.

Esta subseção articula saberes, memória e pertencimento para demonstrar como a experiência ribeirinha apresenta demandas por permanência digna e sustenta critérios de reconhecimento institucional na Barra. Nesta subseção decidi manter a escrita dos relatos sem correção, pois o foco é a experiência vivida e acredito ser importante a manutenção de vícios de linguagem e expressões ribeirinhas, quando se trata de experiências vividas.

Durante uma caminhada converso com D. Maria, que é casada com pescador, tem quatro filhos, também pescadores e é proprietária do comércio mais antigo da Barra (desde 1989). Seu relato funciona quase como uma cartografia afetiva e também um registro informal de propriedade.

Não senhora. Era da Noêmia. “A pô”(sic) morou a Noêmia. Aí depois morou... Depois ela emprestou... Aí o... Essa (inaudível) era da Noêmia. E aí depois ela, não sei se vendeu, que tem o nome do (inaudível) E emprestou ou alugou, sei lá pra vocês aqui. É que nem aquele chalé ali, ó (sic). Aquele chalé velho ali, que tá (sic) no pátio do Zeca ali. Aquele chalé tem quase 30 anos. O Nailo já morreu há quantos anos? Quem fez o chalé foi ele. Isso daí acho que nem existe mais. E eles eram tão bonzinhos que acho que nem existe mais (D. Maria, maio de 2025, 00:04 - 01:06).

A fala evidencia o constante movimento de apropriação, através da sucessão, em um contexto de insegurança. É esse movimento, esse ir e vir dos passos, das pessoas, dos barcos, das marés, das marolas, que vão construindo o território-paisagem, sendo esta a matéria para se compreender e se pensar a cidade “São portanto a descrição e a compreensão do movimento permanente de transformação urbana no tempo e no espaço que podem constituir a contribuição do olhar antropológico sobre a cidade” (Agier, 2015, p. 484).

Seguindo nessa mesma linha de fundação territorial, o morador mais antigo da Barra (já falecido), em entrevista concedida ao Jornal do Laranjal em julho de 2019, descreve sua trajetória e lembra de quando as embarcações não tinham bússolas, ou equipamentos de localização

Meu nome é Claudionor Sanchez, sou pescador da Barra de Pelotas, tenho 73 anos [...] eu me mudei pra cá em 69, em 73 eu me registrei como pescador profissional[...] eu sou natural, pescador de lagoa, porque eu pesquei de 83 a 89 só, no oceano, o resto todo desses anos eu pesquei aqui [...] eu tive o Lobo do Mar, que é o grande, que eu fui pro oceano com ele. Eu fui pro oceano e aprendi coisas no oceano, aprendi o que eu não fazia aqui[...] nessa Lagoa aqui é uma pescaria, no Oceano é outra, completamente diferente[...] água salgada é outra água! La tu sente (sic) (inaudível) no corpo! [...]o cara se baseia em viajar só com as estrela (sic), tu bota (sic) uma estrela na proa, tu sabe que no clarear do dia tu vai tá (sic) na rota que tu quer [...]Rebojo é o temporal que eles chamam, tu olhou [...] tem gaivota tomando banho na proa? Pode te prepará (sic) que amanhã vai ter rebojo!” (Jornal do Laranjal, 2019)⁶⁸.

Sua fala demonstra conhecimento empírico da natureza, dos astros e das dinâmicas da pesca, um saber prático e cumulativo, adquirido pela observação e interação com o oceano, a Laguna dos Patos e o Canal São Gonçalo, um conhecimento tradicional construído de forma relacional com a paisagem. Para Livia de Oliveira (2000) ao estudar as paisagens, a perspectiva deve ser aquela que compreende o ser humano como parte da mesma pois assim, acontece a humanização da paisagem sendo que “essa posição transcende ao interesse pelo estudo das relações entre o homem e o meio ambiente e propõe o estudo das ‘relações do homem com o mundo e do homem com o homem’ através da análise das paisagens.” (Oliveira, 2000, p. 18)

⁶⁸ Entrevista concedida por Dodoce ao Jornal do Laranjal em julho de 2019. morador por 50 anos da Barra, pescador profissional desde 1973 (in memorian).

No vídeo, Dodoce está caminhando com a ajuda de uma bengala e segue seu relato

O que eu mais peço pra N. S. dos Navegantes é que ela me deixe caminhando “normal”, se ela me deixar caminhar normal, vai ser melhor pra mim [...] meu guri queria me proibir de pescar e eu disse pra ele ‘quer matar teu pai, me proíbe de pescar’ porque a vida é boa de viver, a vida é boa! (Jornal do Laranjal, 2019).

Segundo Dardel (2015) a água, para praticamente todas as religiões, funciona como regenerador para os seres que dela dispõem, é um espaço privilegiado de recomeço e renovação. À luz disso, para Dodoce, N. S. dos Navegantes, ser mítico das águas, teria a função de regeneração permitindo que ele retornasse para a água, seu lugar. Da mesma forma a possibilidade de não voltar mais para a pesca seria uma espécie de morte, no sentido figurado, já que sua força vital estaria sendo negada. Nessa fala também está presente a ideia de movimento, o **ser pescador** se faz no movimento de ir e vir do barco, das águas, da paisagem.

A crença na protetora das águas se faz presente na fala da maioria dos entrevistados para Ana “Os pescadores, eles creem muito na lemanjá, né? Na mãe das águas. A N. S. dos Navegantes quando ela tá na Terra, uns acreditam nela. Eu acredito nas duas” (00:29:30, 2025). Percebe-se o sincretismo religioso implícito nas falas e para além da filiação religiosa, há a questão simbólica e identitária com as águas, segundo Mari:

tem uma relação simbólica também [...] a procissão da Nossa Senhora dos Navegantes é um momento para nós (Barra), a Nossa Senhora dos Navegantes, né? Embora eu não seja católica, eu me criei nesse meio, nesse lugar assim. [...] E tem a Festa de lemanjá. [...]tem uma interação muito grande. [...] Para a comunidade, sim, por uma relação de respeito, de ter a protetora das águas, a protetora dos pescadores, né? (Mari, 00:24:41- 00:24:59).

Apesar de não ser católica, a entrevistada reconhece o pertencimento produzido pelo rito, como uma experiência partilhada da paisagem vivida que, ao estabelecer laços, faz a articulação entre o mundo do trabalho percebido (trabalho/produção) e o vivido (sentido/rito). Para Dardel

Aquilo que chamamos de subjetividade é transferida às realidades geográficas, e é o homem que se sente e se vê como *objeto*, produto ou brinquedo de forças que se manifestam para ele em seu ambiente e sobre os quais ele reage com sua magia e seus ritos...⁵⁰ E é para aí, para esse *exterior* pleno de vida e de poder, que ele se transporta naturalmente. Tomando distância de si mesmo para se observar, para fincar pé sobre um ser mais forte, mais durável e mais ‘essencial’ que ele mesmo (Dardel, 2015, p. 50-51).

Esses ritos expressam a experiência partilhada da paisagem e os percursos processionais legitimam a presença das comunidades ribeirinhas nessas margens. Acredito ser importante destacar que a participação nessa festa em Pelotas, não se restringe às populações ribeirinhas. A procissão pelas águas e o encontro das duas imagens (N. S. dos Navegantes, padroeira católica e lemanjá, orixá das águas nas religiões de matriz africana), é uma das festas religiosas mais tradicionais do município, que atrai milhares de devotos da região para as margens do Canal e da Laguna, no dia 2 de fevereiro (feriado municipal).

A Figura 55 representa o encontro das duas imagens, em primeiro plano os devotos que conduzem a imagem de lemanjá, mais ao fundo e ao centro a imagem da N. S. dos Navegantes, conduzida pelos devotos, na embarcação. O rito processional, também realizado por terra, pode ser compreendido como uma tática que inscreve a comunidade no espaço público ribeirinho. Para além da pertença ao Pontal da Barra, às Doquinhas, à Balsa ou a outras comunidades pesqueiras, ele constitui um momento de agradecer à natureza por meio de seus símbolos, e de evidenciar de forma pública e simbólica, que dela fazem parte.

Figura 55. Encontro das imagens de lemanjá e N. S. dos Navegantes na Laguna dos Patos



Fonte: Jornal Tradição, 2023.

Esses elementos, comumente conectados à ideia de mobilidade, deslocamento e mudança, também estão presentes em boa parte das entrevistas. Sobre o amigo Dodoce, João diz “éramos os dois mais *antigo*, eu e ele. Nós viemos os dois junto (sic) pra cá. Ele comprou um bote e veio, eu vim com ele junto. [...] Ele era o mais velho

em idade, em tempo aqui, nós seria (sic) igual. Agora eu sou mais antigo porque ele se foi...” (João, 2025, 00:3:28). O amigo citado opera como marcador temporal e autoridade de pertencimento: a datação –1963/69 – confere profundidade histórica à Barra, legitimando usos tradicionais e ancorando narrativas coletivas.

João segue “Ele tinha um barco lá no fundo do Engenho. Ele vinha de lá pra pescar aqui. Vivemos em barraca. Depois vivemos em galpão. Depois fizemo (sic) casa. Era lá onde tá(sic) aquele carro vermelho, o galpão, depois aqui do lado e depois foi pra ali. (João, 2025, 00:07:24). A fala faz referência às redes de lugares de trabalho: “barco no fundo do Engenho” + “vir pescar aqui” indica percurso pelas águas (Engenho Cel. Pedro Osório - Pontal da Barra), o canal São Gonçalo constituindo uma territorialidade produtiva ribeirinha.

Da mesma forma, a construção do espaço, que se fez no movimento e na adaptação, bem como no habitar gradual: “barraca → galpão → casa” descreve autoconstrução e consolidação da moradia (passagem de soluções leves/provisórias a tipologias mais estáveis), definindo a territorialidade através de uma cartografia afetiva/empírica. Já a referência ao “carro vermelho” como marco espacial denota microtoponímia e trajetos de deslocamento curto do domicílio ao longo do tempo (ajustes de sítio). É da ordem do vivido, do vernacular, do re (existir).

Essa territorialidade extrapola a escala micro (comunitária) na medida que seus moradores se deslocam e vivenciam de forma fluida o território das águas. De acordo com a entrevistada Mari: “o morador mais antigo que estava vivo até o ano passado o Dodoce, que faleceu. [...] Ele é conhecido **em toda a Lagoa dos Patos**, como Dodoce [...] Ele morreu com 80 e poucos, e aí ele frequentava desde 63 [...]” (Mari, março de 2025, grifo meu). Essa fala contribui com a narrativa de fundação da territorialidade ribeirinha da Barra, onde o uso legitima essa apropriação. Enquanto que a expressão “em toda a Lagoa dos Patos” expande essa territorialidade para uma escala regional e seus moradores como pertencentes a uma comunidade maior, a dos pescadores da região sul.

Quando questionados sobre o que os faz permanecer na Barra mesmo com todas as dificuldades, as respostas, na maioria das vezes se referem à ligação com a água, ou a terra. Como no relato de Ana

[...] eu acho que quem vive na beira da água, não sai? Por dinheiro nenhum [...]é porque a gente ama esse lugar. Eu não me vejo morando assim, em outro lugar[...] porque eu já tentei. Não deu certo. Eu sinto falta de **ver água**, de olhar ela assim, tipo todo dia. **Eu gosto de ver**. [...] no inverno antigamente, eu tinha um cachorrinho de estimação que todo dia, o meu neto era pequeno, ele tem nove anos agora. No inverno a gente ia, quando começava assim lá por umas 9 horas, a gente ia ali pros fundos eu, ele e o cachorrinho [...] E aí a gente cortava uma maçã, eu dava uma fatia pra mim e uma pra ele e uma pro cachorrinho. A gente ficava no fundo, que agora tá bem destruído ali o fundo. Mas era, era bem bonito aqui o lugar. Antes dessa catástrofe que teve agora, pois é, que tinha um trapiche até lá, às vezes a gente até dormia lá em cima com um colchãozinho, porque ela era bem largo. A gente dormia ali e ficava pescando. Às vezes a gente pescava e já pegava e botava...Tem uns tijolo (sic) ali. A gente já botava umas lenhas, e já fazia um pintado assado (Ana, setembro de 2025, 00:29:47, grifo meu).

Na Figura 56, os elementos que compõe essa paisagem descrita e sentida pela entrevistada. Em primeiro plano, os biguás sobre os restos de um trapiche, ao centro uma embarcação retornando da pescaria e ao fundo a localidade de Umbu (Município de Rio Grande).

Figura 56. Pescador retornando da pescaria

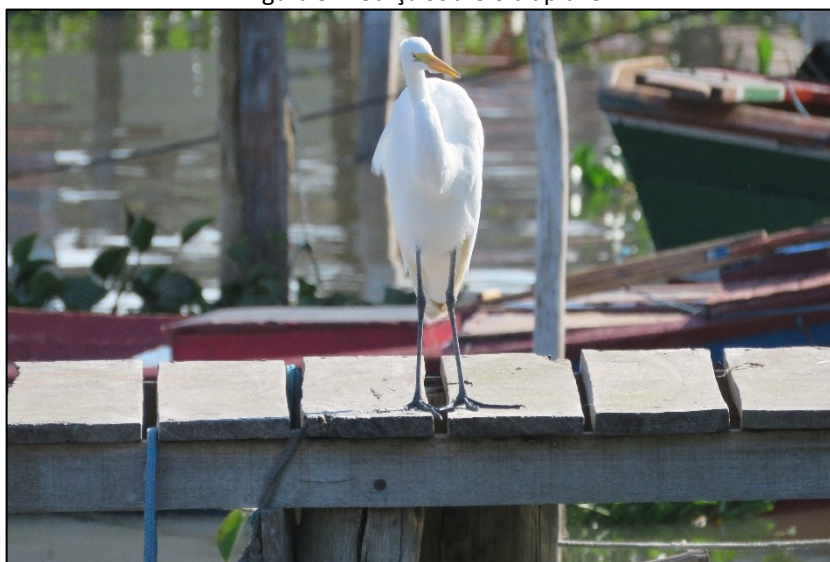


Fonte: Da autora, maio/2025.

Já João, ao responder se gosta de viver na Barra diz “Eu vou morrer aqui. Amanhã faz um ano que o Dodoce morreu, dia 4 de maio. E ele morreu dentro de um barco, do jeito que ele gostava” e segue “Gosto. Escolhi pra mim. Tinha apartamento ali (inaudível). Me sentia mal dentro daquilo. Parece uma... Lá no sexto andar. Tá louco! Eu gosto de chão, terra, água! (João, maio de 2025, 00:37:53).

A água, de acordo com os dois relatos, funciona como elemento de enraizamento. "Ver a água" não é um ato puramente estético, mas simbólico, vital e cotidiano. A paisagem é memória entranhada no corpo e no cotidiano; enquanto que a destruição da paisagem pela enchente, é percebida como uma perda afetiva. O último trecho da primeira fala, expressa a relação profunda entre ser humano e paisagem, o trapiche como extensão do corpo, como acontecimento, relação sensível e expressão do habitar, além de prática social e geográfica (Dardel, 2015; Besse, 2006, 2014). O lugar não é apenas onde se está, mas como se está e como se caminha com os outros e com os objetos memoriais. No fundo, compreender uma paisagem é "**ser na paisagem, está no ser**, é ser atravessado por ela em uma relação que afeta a carne e o sangue", diz Dardel (2015, p. 31).

Figura 57. Garça sobre o trapiche



Fonte: Da autora, abril/2025

A relação também se expressa no cotidiano do trabalho, que não se restringe ao ato de pescar. A entrevistada Mari relata que foi

Nascida e criada, nascida e criada (na Barra). Sempre trabalhei na beira da mesa [...] A pesca, muitas pessoas olham só a etapa da captura, sim, mas aí a pesca envolve pelo menos quatro etapas: envolve a pré-captura, a captura, o beneficiamento e a comercialização. [...] Sobrevivi por muitos anos. Te diria até o ano passado[...] da beira da mesa, do descasque do camarão, da filetagem do peixe, da escamada, do abrir, tirar as tripas (Mari, março de 2025, 00:12:09).

A expressão "beira de mesa" revela o microespaço produtivo onde o território-paisagem se materializa no cotidiano: saberes sustentam a renda e fecham a cadeia

do pescado. O relato desloca a importância dada à captura para o beneficiamento, geralmente feito por mulheres e invisibilizado. A paisagem assim, se faz como obra/experiência e o trabalho dá forma sensível ao lugar. Já o vínculo corpo-técnica-água ("a Terra como lugar, base e meio de sua realização") reforça que o ser humano é parte dessa paisagem, construída no cotidiano.

Outro elemento que reforça essa relação com o meio está presente em boa parte das construções às margens do Canal, principalmente as que têm contato com o banhado, que são as construções sobre palafitas, evidenciando um conhecimento empírico, adaptação ao meio e cuidado (Figura 58).

Figura 58. Casa sob palafitas, nas margens do Canal São Gonçalo



Fonte: Da autora, maio/2025.

É importante destacar que esse cuidado com o meio não está presente em todas as ações dos moradores, ainda é possível perceber que o descarte de materiais, é precário e que não há tratamento do esgoto das moradias. De acordo com os moradores esse tratamento é feito a partir da iniciativa de cada morador. Como a ocupação é considerada irregular não há uma determinação ou fiscalização do órgão responsável pelo tratamento de esgoto no município. O que chama a atenção é a

ausência histórica do poder público nessa área, pois, ainda que irregular, se constitui em uma área de preservação⁶⁹.

Entendo, a partir do exposto, que essa legitimidade confronta visões que tratam a margem como “risco” ou “irregularidade” e, com isso invisibilizam os saberes ribeirinhos na gestão das águas e do risco. Inspirada em Agier e na cidadividade nas margens, entendo essas práticas como modos de fazer-cidade que afirmam o direito à cidade/paisagem pelo uso continuado e pelo reconhecimento público.

Na próxima subseção busco analisar os riscos, pela ausência de infraestrutura e apropriação desigual do espaço na área.

4.3 Viver às margens: ausência de infraestrutura, risco, e apropriação desigual

Viver às margens, no Canal São Gonçalo, não é apenas habitar um limite físico entre terra e água: é experimentar, cotidianamente, a conversão de um ambiente de trabalho e pertencimento em cenário de vulnerabilidade produzida. As cheias, frequentemente tratadas como “risco natural”, revelam-se, nos relatos, como risco **socioambiental**: o problema não é a água em si, mas a estrada que “fica sem”, o transporte que não chega, a iluminação que falha, o saneamento que nunca veio. Nesse contexto, a paisagem que sustenta os ofícios ribeirinhos torna-se desigualmente apropriada: de um lado, o mercado imobiliário que se vale da ineficácia das leis; de outro, comunidades que, mesmo constituindo o território híbrido (maritório) com seu trabalho, seguem à margem das garantias públicas mais básicas.

Historicamente, a comunidade convive com os riscos, a insegurança e a precariedade de infraestrutura; nas palavras de D. Maria, uma das moradoras mais antigas da Barra:

Sabia que em 83, antes de eu ganhar o meu guri, isso era janeiro, eu saía de a pé (sic) aqui para pegar o ônibus? O ônibus era lá no Colonial. E aí eu ia de a pé (sic). Quando eu chegava ali na estrada, as vacas tudo deitada no chão. Mas é um monte de vaca. E eu rezando pra elas não me atropelarem, porque eu estava com uma barriga desse tamanho. Eu saía de a pé (sic), 5 horas

⁶⁹ Um novo projeto de melhoria ambiental para a Barra de Pelotas foi aprovado em outubro de 2025 (a partir do Edital **Teia de Soluções Resiliência Climática Rio Grande do Sul**, com financiamento do BRDE, que prevê a implantação de soluções baseadas na natureza e, dentre outras ações, um sistema de tratamento de esgoto anaeróbio para as habitações. O projeto tem uma verba prevista de R\$ 614,9 mil (Sanep, 2025).

daqui para pegar o ônibus, para as sete horas fazer o meu pré-natal lá na Faculdade do Fragata. Fiz todinho o pré-Natal, não faltou nenhum (D. Maria, maio de 2025, 00:31:03).

Sua fala torna patente a “mobilidade do cuidado”: quando as políticas/ações estatais não atendem a todas de maneira igualitária, as mulheres constroem táticas (sair 5h, caminhar longas distâncias) para garantir sua saúde reprodutiva. Além disso, também explicita uma experiência sensível (medo/ritmo), compondo esse território-paisagem. Importante lembrar que seu relato remete à década de 1980, ou seja, somente 47 anos depois foi disponibilizado transporte coletivo para a comunidade.

Sobre a falta do transporte público e seus desdobramentos, Mari relata que

A barra não tem transporte, então não tinha como sair da Barra pro CAVG, era turno integral. Aí eu morei no internato do CAVG, três anos para fazer o ensino médio junto com o curso técnico de meio ambiente e saí de lá direto pra Furg. Morei na casa do estudante da Furg e fiz biologia na Furg (Mari, 2025, 00:13:42).

A falta de transporte expulsa, ainda que nesse caso temporariamente, estudantes de áreas ribeirinhas e sem infraestrutura ou equipamentos públicos. A trajetória revela tanto desigualdade de acesso (infraestrutura ausente) quanto agência (táticas de permanência simbólica e retorno). O relato evidencia uma exceção, outros relatos descrevem a saída dos jovens desses locais, principalmente após a enchente de 2024.

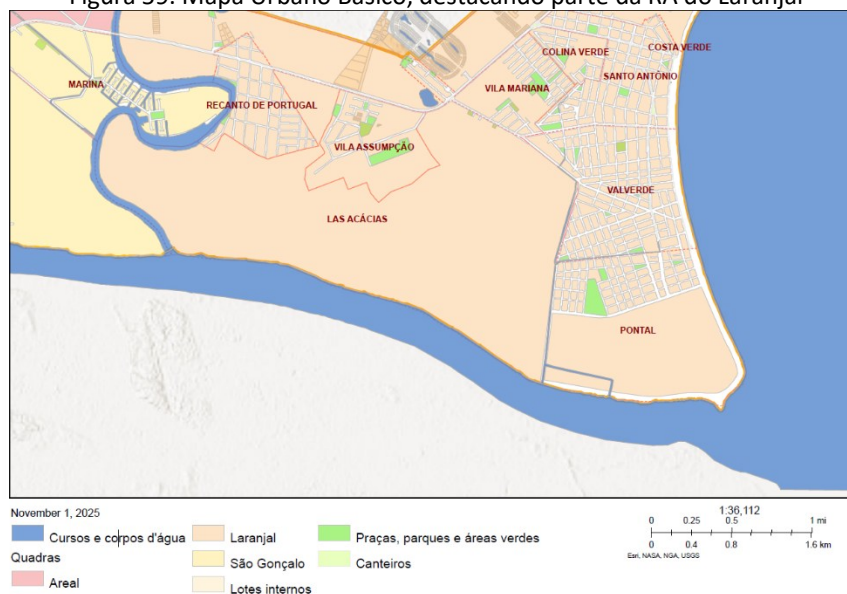
Em outro trecho do relato, Mari destaca a ausência de água encanada e de energia elétrica,

A água, chega em 2001, depois de muita mobilização, só chega em 2001. Antes disso, a gente tinha que buscar no Laranjal. Eu nasci em 95, por exemplo, de 95, por 6 anos, a gente tinha que buscar água no Laranjal. Não tinha ali. A energia elétrica chega em 2011. Até 2011 não tinha luz. Eu já estava no segundo ano do médio. [...] A gente usava gerador, mais recentemente, e antes era liquidinho, lampião (Mari, 2025, 00:13:42).

O território-paisagem ribeirinho é incorporado ao "urbano" em ritmo lento, impondo táticas de sobrevivência e "custos" cotidianos que afetam o estudo, o trabalho e a saúde. Como destaca Maricato (2013) são as “ideias fora do lugar” e o “lugar fora das ideias”, já que as populações periféricas não são incluídas no planejamento, muitas vezes sequer aparecem nas cartografias oficiais, como é o caso da Barra. No portal GeoPelotas (disponibilizado pela PMP), o mapa urbano básico não representa a Barra

(Figura 59) – isso acontece com outras comunidades ribeirinhas – entendendo que são ocupações irregulares e são representadas, por exemplo, no mapa de AEIS.

Figura 59. Mapa Urbano Básico, destacando parte da RA do Laranjal



Fonte: GeoPelotas, 2025.

Porém, ao negar existência oficial, nega-se também o acesso a serviços e direitos territoriais, perpetuando a lógica da externalização/distribuição dos riscos⁷⁰ e a injustiça ambiental nas margens. Tema tratado na próxima subseção.

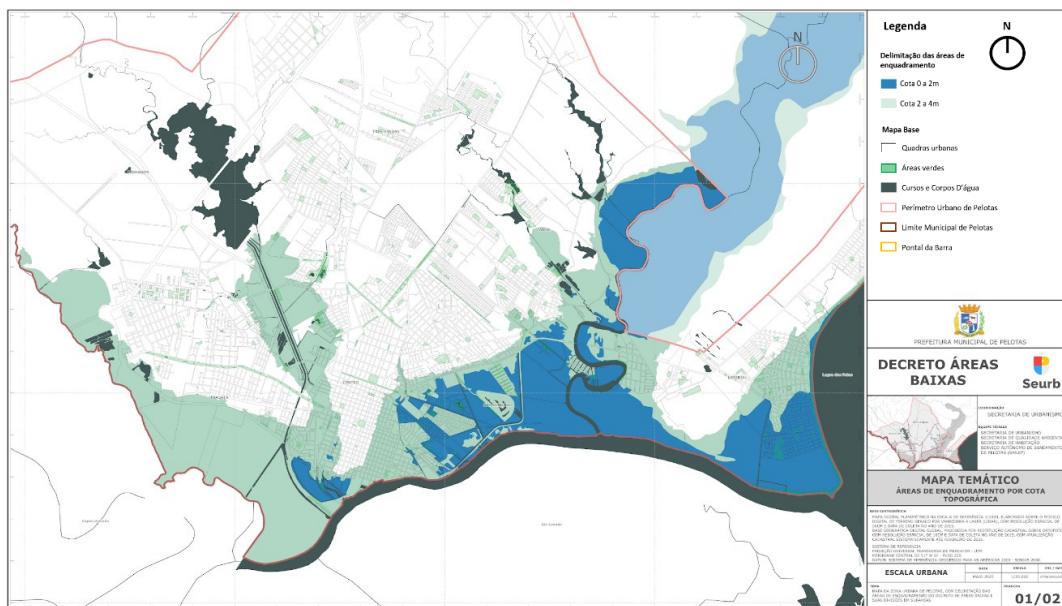
4.3.1 A água das enchentes – risco e adaptação

Os eventos climáticos têm se intensificado nas últimas décadas e as comunidades periféricas e ribeirinhas são, geralmente, as que mais sofrem as consequências desses eventos. A falta de planos de contingência, na maioria dos municípios brasileiros indicam que este tema não é uma prioridade do Estado brasileiro. A legislação pelotense, ainda que uma parte considerável da área urbana do município (Figura 60)⁷¹ esteja constantemente sujeita a enchentes, não possuía até este ano, uma regulação das áreas com risco de alagamentos, apesar de estar prevista no III Plano Diretor ou tampouco, o plano de contingenciamento.

⁷⁰ Sobre riscos consultar BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011. ISBN 978-85-7326-450-0.

⁷¹ Essa imagem está repetida, devido a primeira estar localizada no início do texto.

Figura 60. Pelotas: áreas de enquadramento por cota topográfica Decreto 7072/2025 - áreas baixas



Fonte: Pelotas, 2025.

Nesse sentido, o Pontal da Barra, a Região Administrativa do Laranjal, assim como outras áreas com risco de alagamentos, convivem com o risco das enchentes. Os relatos dos moradores da Barra, deixam isso bastante claro, ainda que os mesmos digam conviver e estarem acostumados com esses eventos. Como relata a entrevistada Ana (abril de 2025, 00:15:54): “Aqui sempre dá uma aguinha, por isso que a gente é pescador. A gente é acostumado com a água”. No entanto, os relatos também destacam que os eventos têm se intensificado nas últimas décadas.

Segundo João “Teve várias enchentes aí. A maior que eu tinha pegado deu embaixo da viga. Aí depois eu fiz essa casa por causa das enchentes. Por isso que é dessa altura. Mas agora deu pelo joelho lá dentro da casa”. (João, maio de 2025, 00:41:23). Apesar de ter previsto uma adaptação da estrutura da moradia atual, a enchente de 2024, superou sua expectativa.

Em 2001, também devido a uma enchente, a comunidade ficou sem estrada e somente após muitos protestos conseguiram que fosse recuperada. Já na enchente que ocorreu em setembro de 2023, a estrada foi completamente destruída e a Barra ficou isolada entre setembro de 2023 e março de 2024. Sobre essa situação a entrevistada Nina diz: “Cinco meses... Cinco meses sem estrada, né? De 2023 para 2024[...]”. Pergunto sobre como era a mobilidade, e ela responde

De bote. A gente saía daqui de Caiquinho. Sim, né? A gente vinha ali de Caiquinho, a gente saía de Caiquinho... Eu tenho vídeo. Ainda tenho eu

dizendo, assim, para... Olha, eu e o meu marido passeando em Veneza. Se der pra qualquer um, tem a Veneza dentro de casa. Aqui eu tenho vídeo, tudo cheio d'água. Tenho vídeo do meu marido, me filmou eu fazendo comida, em cima das caixas porque a cama já era dessa altura. Roupeiro, fogão, tudo no alto, por causa da água, né? (Nina, setembro de 2025, 00:03:40).

O isolamento de cinco meses converteu a água em via única e a casa em ambiente improvisado, com móveis elevados e o ato de cozinhar “em cima das caixas”. O humor (“Veneza dentro de casa”) se caracteriza como uma tática que comunica e sustenta o cotidiano. Em chave lefebvriana, a ausência do Estado (concebido), obriga a comunidade (vivido) a improvisar. Outra entrevistada relata que

[...] a prefeitura não teve muito envolvimento com a nossa comunidade. A prefeitura gestão Paula, começou a se envolver com a nossa comunidade a partir do momento que a gente fez um protesto ali perto do trapiche, querendo melhorias na estrada que a gente estava sem estrada há 40 e poucos dias (Ana, abril de 2025, 00:22:19).

A fala da moradora evidencia o processo de apagamento dessa comunidade: o território vivido, afetivo e funcional é negligenciado sistematicamente enquanto paisagem urbana legítima. O protesto, poderia ser compreendido como uma forma de retomada do território, inscrevendo-se no campo da insurgência cidadã (Holston, 2009). Em novembro de 2023 a estrada em condições precárias, foi interrompida pela população, que pedia aos turistas e frequentadores do local, para não acessarem, pois isso agravava a mobilidade dos moradores (Figura 61), que acessavam a pé ou de bicicleta. Mesmo com as manifestações de moradores e turistas, somente em março de 2024, a obra concluída foi entregue de forma oficial à população.

Figura 61. Pedido de ajuda da comunidade em novembro de 2023



Fonte: Fonseca, 2023.

Durante os cinco meses de isolamento muitas crianças não frequentaram a escola e outras, ficaram nas casas de parentes ou amigos, no Laranjal, próximos da escola. Esse fato evidencia o uso da rede familiar para garantir o direito à educação, que deveria ser garantia do Estado e deixa exposta a desigualdade a que essas populações estão submetidas e que mesmo desassistidas, se ancoram no cuidado e no pertencimento a uma mesma comunidade ribeirinha. Na Figura 62, dois irmãos retornando da escola no final da tarde, eles dividem o trajeto com os cães, que fazem festa quando eles passam, pode-se observar o material de construção e os entulhos que restaram da enchente apoiados nas paredes das moradias.

Figura 62. Dois irmãos retornando da escola, no final da tarde



Fonte: Da autora, 2025.

Quando se soma o evento climático de 2024 à ausência de transporte escolar até 2015, percebe-se que essas crianças se juntam a muitas outras no município, que têm dificuldade para acessar ou para frequentar a escola de forma digna. De acordo com censo do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2023 o IDEB de Pelotas é um dos piores do Rio Grande do Sul, com IDEB 4,8 para séries iniciais e 4,0 para as séries finais (Censo, Inep, 2023), sendo que no RS, para as séries iniciais o IDEB é de 5,8 e para as finais é de 4,7. Essa diferença também é visível no resultado do IOEB (Índice de Oportunidade da Educação Brasileira)⁷², que no RS e no Brasil é de 5.1 e em Pelotas é de 4,75.

⁷² O IOEB mede, em escala de 0 a 10, as oportunidades educacionais oferecidas no Brasil, estados e municípios.

Em maio de 2024, somente dois meses depois da entrega da nova estrada, ocorreu a enchente que devastou regiões inteiras do estado, incluindo o Pontal da Barra em Pelotas. A água atingiu cerca de 3,00m acima do nível normal no Canal São Gonçalo, no dia 27 de maio de 2024. A maioria da população da Barra foi para abrigos ou casas de parentes, alguns permaneceram nas embarcações na Sanga, que é um lugar mais protegido, apreensivos por perderam seus pertences.

D. Maria ao ser perguntada onde ficou durante a enchente, responde: “Ah, eu ficava na Sanga, num barco do Marcos⁷³ ali. Fiquei o mês inteirinho dentro da água sem botar o pé na terra” (Maria, maio de 2025, 00:32:41). Sua fala expõe o habitar emergencial no barco como tática de permanência durante a cheia. Nas imagens da Figura 63, uma vista a partir dos telhados das moradias, durante a enchente.

Figura 63. Vista de cima dos telhados das moradias durante a enchente



Fonte: Imagens gentilmente cedidas pelos moradores da Barra, maio/2024.

Alguns relatos chamam atenção para o fato de que a enchente não foi apenas um evento climático

O nosso morador mais antigo, a gente perdeu ele na enchente do ano passado, que era o Dodoce, era um senhor muito querido, [...] a gente levamos (sic) ele lá pro barco, ali na Sanga, onde ele ficava... o pessoal fica com os barco quando dá enchente aqui, para o barco não quebrar eles levam tudo para ali. Tem uma sanga ali embaixo, e aí... Ele passou mal e aí não teve

⁷³ Nome fictício para preservar o anonimato.

recurso. E daí tentaram levar ele para hospital, mas aí não deu tempo, ele faleceu (Ana, abril de 2025, 00:16:23).

Esta fala funciona como exemplo de resistência cotidiana e autogestão comunitária diante da ausência do Estado, que é central à cidadania insurgente, na qual a população cria suas próprias táticas para sobreviver e cuidar do território; bem como da cidadania paisagística, que reivindica o direito dos sujeitos de reconhecer, viver, interpretar e intervir nas paisagens que formam o seu cotidiano. Já a morte do morador mais antigo, expõe a fragilidade, principalmente das ocupações em áreas ribeirinhas – o barco como extensão do corpo! A entrevistada segue:

A gente perdeu a mãe também na enchente, a mãe nessa agora do ano passado, em junho. Sim, a gente estava no abrigo, a gente não tava dando assessoria para ela, ela tava com câncer no pulmão. Daí ela passou mal no abrigo e acabou falecendo dia 10 de junho (Ana, abril de 2025).

Naquele momento, com o deslocamento para o abrigo, houve uma ruptura do vínculo com o território vivido e a negação a uma permanência digna, caso de injustiça ambiental. A fala da entrevistada, apesar da resignação, pode ser considerada como uma resistência silenciosa diante da exclusão (uma forma de denúncia). Paisagens de exclusão também são paisagens de resistência e o relato se torna insurgente ao expor a negligência do Estado. A Figura 64 representa a extensão da cheia que atingiu o Pontal da Barra. Grande parte dos trapiches foram demolidos e de acordo com os relatos, algumas embarcações invadiram casas, destruindo as paredes.

Figura 64. Vista do Canal São Gonçalo em direção à Barra



Fonte: Imagem gentilmente cedida pelos moradores da Barra, 2024

Na figura 65, pode-se observar a mesma moradia, construída sobre palafitas em dois momentos da enchente e ao fundo o banhado.

Figura 65. Moradia sobre palafitas, em dois momentos diferentes da enchente



Fonte: Imagens gentilmente cedidas pelos moradores, 2024

O território-paisagem da Barra é, portanto, um híbrido: meio água, meio terra, meio gente: onde a água avança, a terra cede e a gente resiste.

4.3.2 Re (existir) no território-paisagem

Ter passado esse tempo da pesquisa com essas pessoas me fez questionar a capacidade de adaptação e de reconstrução de cada uma delas. A entrevistada Nina, teve sua casa e comércio destruídos durante a enchente de 2024. Atualmente conseguiu reconstruir parte da peixaria, mas continua morando de aluguel no Areal Fundos, que fica “na cidade”, portanto, distante da Barra, seu local de trabalho. Sua rotina é acordar cedo, nos dias em que não vai pescar (já que reveza com seu marido o ofício da peixaria e da pesca), se deslocar até a Barra e voltar à noite (por volta das 21:00)⁷⁴. Durante a entrevista, Nina fala do ofício e das dificuldades enfrentadas enquanto fileta corvinas (figura 66). Para ela:

Não tem como a gente mudar o nosso modo de vida, porque pescaria é obrigada a viver em costa (sic) de praia. É obrigada a viver. Nossos botes mesmo, fica tudo amarrado no trapiche. O meu bote mesmo, traz cinco toneladas. Como é que eu vou tirar ele e botar essas cinco toneladas e levar pra casa? Não tem como (Nina, 2025, setembro de 2025, 00:00:15).

⁷⁴ No dia da entrevista estava sendo instalada uma câmera de vigilância, para tentar manter a segurança da peixaria à noite.

Figura 66. Nina filetando a corvina, enquanto é entrevistada



Fonte: Da autora, 2025.

A partir desse relato pode-se inferir que a territorialidade produtiva da pesca artesanal é indissociável das margens: trapiche, amarração, carga/descarga e armazenamento são condições técnicas e essenciais do ofício. Exigir “mudar de lugar” equivale a acabar com a atividade. O deslocamento diário transforma seu cotidiano e a possibilidade de ter sua propriedade invadida, faz com que conviva com a insegurança. Em termos de justiça socioambiental, as políticas públicas locais deveriam assegurar acessos, trapiches regulares e zonas de atracação, com isonomia regulatória frente aos empreendimentos vizinhos e outras áreas ribeirinhas do município.

É possível ainda observar na figura 66 (seta em vermelho), o reforço estrutural que ela e o marido fizeram na estrutura da peixaria para que, quando houver outro evento climático, parte dessa estrutura permaneça intacta. Ela reforça que apesar da prefeitura ter oferecido material de construção, logo após a enchente, não disponibilizou assessoria técnica para as reconstruções. Assim,

A gente botou uma cinta. Aqui, ela tem uma cinta em toda a volta. Porque onde o ‘mar’ batia mais, a gente mediu na época. [...] mas a marola, ela batia mais ou menos dessa altura. Então, quer dizer que se der de novo, vai ser muito difícil quebrar. [...]A tendência é o quê? Abrir as portas, tira o portão de dentro, abre as portas e deixa ela entrar. Deixa a água correr. Não pode atacar elas, se atacar é pior. Então, abre o portão e deixa ela entrar. Ela pode, ela pode quebrar aqui no meio, mas derrubar, ela não derruba (Nina, setembro de 2025, 00:04:55).

O relato e as imagens expõem a autoconstrução forçada: o poder público fornece material, mas não garante projeto, assistência técnica e segurança, deslocando o risco para as famílias, cuja dignidade convive com vulnerabilidades técnicas críticas na margem d'água. Em termos de justiça habitacional, o direito envolve qualidade e segurança, não apenas insumo. Na figura 67, as marcas que a água atingiu durante a enchente de 2024 funciona como registro memorial da tragédia.

Figura 67. Marca da água da enchente na parede da peixaria



Fonte: Da autora, 2025.

Na figura 68, o acesso ao Laranjal, interrompido pelas águas da Laguna e do Canal durante as enchentes, representa o isolamento completo a que essa população foi submetida.

Figura 68. Acesso ao Pontal em direção à Laguna dos Patos



Fonte: Imagens cedidas pelos moradores da Barra.

Na figura 69, móveis, freezers e outros pertences inutilizados pela enchente. As perdas materiais, se somam assim, às perdas afetivas e a uma sensação de abandono por parte do poder público.

Figura 69. Móveis e freezers perdidos durante a enchente



Fonte: Imagens gentilmente cedidas pelos moradores.

Sobre o abandono do poder público Mari diz:

A comunidade... a existência da comunidade vive da água e para além disso, morar na beira da água, nos coloca na situação de um estado de falta de um Estado que nos garanta direitos e muitas vezes legitimado por isso, alegam legitimidade em nos deixar a mercê de situações porque nós escolhemos morar na beira d'água. Então o nosso modo de vida tradicional, ao invés de ser visto e valorizado como parte do patrimônio de Pelotas, esse era o debate, era visto como um problema. [...] Porque até as enchentes, por muito tempo, desde sempre, a Barra sempre foi vista como ocupação irregular, zona de risco. Eu não estou falando do ponto de vista legal estritamente, não é? Mas era vista como ocupação irregular e zona de risco, sem ter essa discussão mais profunda. E aí, quando tu trata dessa maneira tu não garante nem o mínimo para a sobrevivência (Mari, março de 2025, 00:22:30).

Esse tipo de enquadramento 'irregular/risco' produz **injustiça ambiental** ao concentrar os custos do desastre nas margens e excluir esses grupos das decisões que os afetam. Nesse sentido a justiça ambiental exige reconhecimento dos usos tradicionais e participação na definição de infraestruturas e protocolos de enchentes. Sem procedimentos participativos e critérios distributivos claros, a gestão do risco reproduz a desigualdade que afirma combater.

Figura 70. Casas destruídas durante a enchente de 2024



Fonte: Da autora, 29/09/2025.

O que observo ao caminhar pela comunidade, 14 meses após a enchente, é que alguns moradores conseguiram reconstruir parcialmente suas moradias, mas o que ainda predomina são as marcas da destruição representadas pelas figuras 70 e 71. São registros materiais que, segundo os moradores, atualmente se conformam somente como uma “lembrança triste”.

Figura 71. Construções afetadas pela enchente de 2024, com fechamento improvisado



Fonte: Da autora, 29/09/2025.

A enchente de 2024 superou todas as anteriores. As marcas permanecem nas construções, na paisagem ribeirinha (Figura 72), lembrando a todos e todas que pode acontecer novamente. Porém, o evento também deu mais visibilidade, não só à Barra, mas às comunidades ribeirinhas ao longo do Canal São Gonçalo e Laguna dos Patos, tanto que, logo após a enchente, Comunidade, legislativo, Ongs e Universidades

se mobilizaram para aprovar a Lei dos Ribeirinhos. Foi necessário um evento climático sem precedentes para que esse reconhecimento fosse oficializado.

Figura 72. Trapiches destruídos durante a enchente de 2025



Fonte: Da autora, maio/2025.

Resta-lhe uma quantidade de “objetos”: as árvores, as colinas, as casas, mas é sua própria subjetividade que foi ferida e todas as “razões” não podem lhe recuperar o valor perdido desses “objetos”, falta “poder” “possui-los” a partir de um suporte. O fato de repousar em um lar ultrapassa o contato inicial com o solo. Mas porque a Terra é a condição mais concreta e mais normal desse repouso, lá onde é questionada, estão as próprias bases da existência, que são roubadas (Dardel, p. 41).

Isso revela o quão desigual é a apropriação do espaço urbano para os diferentes grupos/classes sociais. O ato de resistir e de re (existir) é cotidiano. Resistir no sentido de que o enfrentamento é diário e re(existir) no sentido de sobreviver às cheias, às ausências, às perdas⁷⁵. São práticas de resistência e de re (existência) no território-paisagem que se inscrevem no campo da cidadania insurgente, base da cidadania paisagística.

⁷⁵ Resistir – *resistere* do verbo em latim *sistere* (ficar firme) e do prefixo re-(repetição ou reforço) – permanecer firme, aguentar.

(Re) existir – existir do latim *exsisto* do verbo latim *sistere* (ficar firme) e da preposição ex- (para fora, a partir de) – surgir a partir de algo.

4.4 Cidadania paisagística: Entre (sobre) viver, re (existir) e ser cidadão

Com base nas subseções anteriores, proponho nesta subseção, a partir da compreensão da **cidadania paisagística** como forma de insurgência ancorada na construção cotidiana e relacional da paisagem ribeirinha, evidenciá-la como ferramenta relevante para as políticas públicas de ordenamento territorial. Parto da premissa de que foram as práticas e narrativas inscritas no dia a dia que produziram o reconhecimento pelo poder público. Habitar as margens é **(sobre)viver** entre cheias e ausências e **re(existir)**, convertendo táticas em afirmação de presença.

A Comunidade de Pescadores Artesanais da Barra, luta há quase setenta anos pelo direito de permanecer no local. Para João:

Não. Não tinha água nem luz. Depois que botaram a água e luz, que invadiram. Não tinha água. A água foi botada em 2000. [...] Aí depois pegou a encrenca da CEEE. [...] ele conseguiu botar a luz para nós, porque perdemos aqui, ganhamos, perdemos em Porto Alegre, depois ganhamos em Porto Alegre, e daqui a pouco tiveram que botar. Eu me lembro que um dia eu vinha de fora, com o peixe, cheio de pó (inaudível), já estava a CEEE botando os postes. [...] Foi ganhado na justiça. (João, maio de 2025, 26:45 - 28:17)

Foi necessária a intervenção judicial para que o Estado fornecesse infraestrutura mínima para a população, portanto como aponta Maricato “a ilegalidade é bastante funcional”, quando serve aos interesses do mercado, ou para manter “relações políticas arcaicas”, no entanto é disfuncional quando se trata de “sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania” (Maricato, 2013, p.123).

Daí a gente vai, se tem que ir na câmara, a gente vai, a gente faz alguma, algum movimento que a gente tem que fazer. Às vezes ela (uma das líderes comunitárias) pega e manda os documentos e a gente vai fazendo. Da outra vez [...] que a gente estava sem estrada, a gente fez um monte de correria, eu tinha ido para Brasília e eu fui atrás dos deputados para tentar conseguir recurso. Aí depois a gente se juntamos (sic), fomos pra uma audiência na Câmara de Vereadores (João, abril de 2025, 00:18:47).

O relato reforça a capacidade de mobilização que a comunidade da Barra possui ao se deparar com a inoperância do Estado. É uma luta cotidiana pelo mínimo, no caso, o acesso à localidade. Posso ainda considerar como atos de resistência, cidadania mutilada, cidadania insurgente e paisagística (Santos, 1996-1997; Holston, 2009 e Barbosa, 2021).

Mas aí eles vão botar pedra de lá no trapiche, [...] é vão botar pedra para um quebra mar, né? Que é o que a gente sempre vem pedindo, porque na verdade, se a gente tivesse um quebra mar que nem em Rio Grande, aí mantinha pelo menos. Porque a gente sabe que não vai reter a nossa água, ele não vai reter a água de vir aqui na Vila, mas pelo menos tu tem estrada pra tu sair, que é o mais importante. Tu está com água, tu pode sair ir no bar, vir aqui, ali (Ana, abril de 2025).

Nessa fala percebe-se que, mesmo sem a resposta imediata do poder público a comunidade da Barra permanece mobilizada e evidencia o conhecimento da moradora a respeito, tanto de seus direitos quanto da solução para o problema apontado (cidadania paisagística e insurgente).

O ato de resistir e de (re) existir fazem da CPA da Barra de Pelotas pertencentes a esse território-paisagem. Isso fica evidente nos relatos como o de Ana “Mas depois que acaba a safra, fica sempre os que estão, sempre na... no inverno, verão e com enchente ou sem enchente” (Ana, abril de 2025). A permanência contínua no território, apesar das adversidades, demonstra uma forma de resistência e enraizamento, sendo possível associar à noção de cidadania insurgente e paisagística. Da mesma forma, a permanência nos territórios marginais, mesmo sob risco e exclusão, afirma o direito de estar e de habitar essas margens como realidade vivida.

[...] foi pra Câmara de vereadores e fizeram a votação e aí foi ganho por unanimidade daqui virar uma área ribeirinha, da ponte pra cá. Aí a ponte, a Balsa, as Doquinhas, o Passo dos Negros, Vila da Palha e até a Z3 e a Barra. Aí a gente virou comunidades ribeirinhas (Ana, abril de 2025).

Na fala de Ana, fica latente a necessidade de reconhecimento na tentativa de estancar o processo de invisibilização, que teve como ponto crucial, as enchentes de 2023 e 2024. A importância da validação institucional da paisagem como identidade legítima; para os ribeirinhos nomear o território é afirmar o direito de ser e estar naquele lugar, ainda que de forma simbólica e não regulamentada - "nós existimos".

Nesse sentido “O direito à paisagem coloca de maneira mais clara as reivindicações de grupos e indivíduos pelo ser-no-mundo, por existir e ter sua existência reconhecida e respeitada” (Ribeiro, 2021, p. 31). A paisagem serve assim, como "ferramenta de negociação política que conecta os grupos sociais ao ambiente circundante e à gestão territorial” (Debarbieux, 2007, s/p). Essa questão está presente no relato de Mari, para ela a comunidade da Barra:

é a que mais tem negação de direitos, né? A gente tem que lutar pelo básico do básico. Básico pelo básico, assim. [...]E terem o estudo como um caminho assim. Então eu fui a primeira aqui, comecei a estudar e fiz o técnico em meio

ambiente. Fiz a Biologia, depois fiz a dissertação sobre isso. Agora tem a Carla⁷⁶ que está fazendo Gestão Ambiental e aí a gente passa a ocupar vários espaços. [...] Então, ela é pescadora. Ela, assim como eu, reveza o caderno com a beira da mesa. [...] Então começa a ir para eventos e tudo mais. Assim, vai disseminando a pauta, né? Sim, foi para Brasília no Grito da Pesca (Mari, março de 2024, 00:33:12).

A fala expõe como as pautas coletivas vão sendo disseminadas e incorporadas por outras lideranças, ampliando a presença da comunidade em eventos e redes. O relato demonstra a importância da representatividade nas diversas escalas de poder. Essa representatividade só é possível através da multiplicação das lideranças, que, no caso da Barra, resulta do sentido de pertencimento desenvolvido na experiência do habitar coletivo ribeirinho.

Essas falas são referendadas pelo atual secretário de urbanismo, para ele

Acabou que se esperou passar as eleições. Quando passaram as eleições, nós já tínhamos uma proposta bem consolidada. E aí[...] ela foi aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores. Com vitoriosos e derrotados nas eleições, vereadores eleitos e não eleitos, todo mundo votou a favor dessa proposta muito lógica e óbvia, que é o reconhecimento das comunidades tradicionais. Como tu disseste, ela não está regulamentada. Ela não enfrentou coisas muito centrais do ponto de vista do mapeamento, por estratégia, não é? (Álvaro, maio de 2025, 00:23:57).

O entrevistado destaca o papel das instituições (através do Fórum Solidariedade) na elaboração da Lei dos Ribeirinhos de 2024. Uma lei que nasceu da articulação e da autodeterminação dessas comunidades. O direito a cidade/à paisagem passa pelo reconhecimento das populações ribeirinhas como sujeitos de direitos, que lutam pela permanência de seu modo de ser e estar no mundo, contra as dinâmicas que os invisibilizam ou marginalizam suas práticas, apesar das limitações reconhecidas pelo entrevistado.

O representante da Câmara de Vereadores também reconhece esse esforço conjunto, as enchentes de 2023 e 2024 conseguiram unir as populações ribeirinhas em torno de uma pauta comum. Para Mauro, vereador em seu segundo mandato:

Tanto é que a primeira vez, [...] que a gente percebeu é... um pouco mais organização, organização e unidade dessas pessoas, é... foi durante a enchente. Ou seja, todos eles ou estavam embaixo d'água ou estavam em zonas de risco, podendo ter suas casas alagadas ou destruídas (Mauro, março de 2025, 00:47:59).

⁷⁶ Nome fictício para preservar o anonimato.

Para o entrevistado é muito difícil unir as pautas, pois cada comunidade tem necessidades específicas e isso faz com que não reconheçam os problemas de forma coletiva. Essa desmobilização muitas vezes, gestada, seja por interesses privados, seja pelo poder público que acaba resolvendo de forma pontual os problemas de cada uma, acaba por enfraquecer as lutas coletivas por reconhecimento e melhorias na qualidade de vida.

Mas o que se percebe ao participar de reuniões e eventos com essas populações é que isso está mudando. Durante uma reunião da FDAM, Lia questiona “Vamos pescar onde? O que vai ser se a gente não cuidar?”. Ela chama a responsabilidade para si e para os pescadores tradicionais. Aciona um nós (comunidade + poder público + usuários da Laguna e do Canal) e convoca cuidado/gestão do comum. Já a interrogação “vamos pescar onde?” traduz a ameaça territorial que operações de aterro, poluição e fechamento de acessos impõem ao modo de vida ribeirinho. Ao indagar “o que vai ser se a gente não cuidar?”, a comunidade desloca o debate para uma ética do cuidado e para a existência com o meio, convertendo experiência cotidiana em reivindicação política por manejo, fiscalização e reconhecimento, frente a um concebido que insiste em suprimir o vivido (Lefebvre, 2006).

Esse chamado também aparece em outras falas, Nina diz

[...] é o nosso habitat. O modo da gente de vida, é esse, não adianta. É que nem a gente explicava. Medo de água, pescador nenhum não tem. Não tem, né? Se a gente tivesse medo de água, a gente não vivia na profissão que a gente vive. Então, o problema não é a água que entra aqui. O problema todo é o acesso da estrada, que fica sem... (Nina, setembro de 2025).

O depoimento desloca a narrativa hegemônica do “risco natural” para a responsabilidade pública na manutenção do acesso. Há uma epistemologia do ofício: quem vive da água constrói uma relação de coabitação, não de medo. Isso sustenta reivindicações por direito de permanecer e por infraestruturas adequadas (estradas transitáveis mesmo com cheias) e conecta com o conceito de cidadania paisagística: o reconhecimento do saber ribeirinho (Figura 73) como base de decisão e planejamento.

Figura 73. Casas sob palafitas, junto ao banhado do Pontal



Fonte: da autora, maio/2025.

Entre a (sobre) vivência, a resistência e a (re) existência afirma-se um quarto movimento: **ser cidadão**, quando o uso cotidiano e continuado, a memória ribeirinha e os saberes locais convertem-se em critérios legítimos de direito ao território-paisagem. É nesse interstício onde se travam disputas pelo reconhecimento, cuidado e distribuição de riscos: onde políticas que negam a existência oficial, externalizam danos e ampliam injustiças, e onde práticas ribeirinhas, ao persistirem, abrem brechas para novas formas de pertencimento e de participação política.

CONCLUSÕES

Esta tese teve por objetivo analisar e compreender os conflitos socioambientais decorrentes da fragmentação territorial nos centros urbanos, em virtude das ações dos vários grupos que agem sobre o espaço urbano, resultando em apropriações desiguais. A partir disso, ao entender a paisagem como ferramenta política e projetual, analisar se a cidadania paisagística contribuiria para a proposição de uma política urbana e territorial mais justa e democrática.

Nas últimas décadas, países do chamado sul global, têm sofrido com as políticas neoliberais e sua ação sobre os centros urbanos. Ações puramente mercadológicas, muitas vezes com o aval do Estado, aprofundam as desigualdades socioambientais, intensificam a fragmentação territorial e as transformações da paisagem urbana. A perda de elementos da paisagem que a caracterizavam como “cidade”, como a diversidade espacial e social, a conexão e a heterogeneidade, têm dado lugar a áreas homogêneas e segregadas, resultando em uma espécie de não-cidade.

Nesse contexto, os modelos tradicionais de planejamento urbano e territorial, centrados em critérios técnicos e de racionalidade e que ignoram as práticas e saberes locais entraram em colapso, pois já não dão conta de resolver os grandes problemas urbanos das cidades contemporâneas (Harvey, 2006; Maricato, 2013; Vainer, 2013; Arantes, 2013; Brenner, 2018). Ao mesmo tempo, os estudos e discussões sobre desenvolvimento regional, se voltam para as cidades e regiões nas suas diversas escalas, deslocando o foco da prancheta, e do planejamento estratégico, para o fortalecimento das especificidades regionais, como uma forma de resistência à ação globalizante, que tende a agir de forma assimétrica sobre os territórios mais vulneráveis.

Nesta tese e nesse quadro de mudança de paradigmas e de revisão dos modelos hegemônicos do pensamento urbano, considero que:

1. A cidade é feita/construída pelo movimento e não um produto acabado; que esse movimento se dá no cotidiano, como *locus* privilegiado da ação humana (Lefebvre, 2016; Agier, 2015; Certeau, 1994).

2. Que há novas formas de cidadania, gestadas às margens, na reivindicação do direito de permanecer nesses lugares de maneira digna (Holston, 1995; 2009).

3. Que a paisagem, além de suas dimensões mais comumente evidenciadas, se constitui como meio de ação política e projetual (Besse, 2014; Ribeiro, 2021).

4. Dentre as novas formas de cidadania, a cidadania paisagística, que é aquela constituída a partir de uma profunda relação com a paisagem, se apresenta como uma alternativa às formas tradicionais de pensar o fazer cidade. (Debarbieux, 2007; Barbosa, 2021).

Assim, a partir dessas considerações e retomando os objetivos específicos dessa tese, alinhados às questões que nortearam a pesquisa, passo à apresentação dos resultados obtidos:

a) Como se deram os processos de ocupação e urbanização ao longo do Canal São Gonçalo?

A análise ao longo da porção urbana do Canal São Gonçalo, me permitiu compreender esse espaço em toda a sua complexidade, como resultado de processos históricos que remontam a ocupação contemporânea da área – marcada pelo estabelecimento das Charqueadas, ainda no final do século XVIII – e se acentuam nos dias atuais. A formação do espaço urbano pelotense traz as marcas de uma sociedade de base escravista, cuja elite estabeleceu sua ideia de cidade com o objetivo de manter seu domínio social, político e econômico, investindo o excedente da produção: de um lado, nos casarões que marcavam a centralidade e serviam para evidenciar seu poder, e de outro, em edificações de baixa qualidade e altamente rentáveis na periferia. De certo modo, a produção e expansão do espaço urbano pelotense mantém essas relações nos dias atuais, relegando às margens a população mais vulnerável. A ocupação às margens do Canal é assim, marcada pela apropriação desigual do espaço, estimulada pela omissão do poder público e pela ação mercadológica da iniciativa privada.

b) Quais ações e projetos — públicos e privados — incidem sobre a paisagem nas margens do Canal?

A paisagem urbana, de uma forma geral, não tem sido alvo dos projetos urbanos ou da legislação municipais. Exceto através de ações pontuais, como arborização viária e praças, o que já indica o conceito de paisagem para a administração pública. Isso fica evidente na análise dos três Planos Diretores para o município. No que se refere a ações e legislações que incidem de forma indireta sobre a paisagem do Canal,

foi possível concluir a partir da análise das diversas territorialidades formadas ao Longo do Canal, é que o papel do poder público foi determinante para a conformação da paisagem atual. Seja pela omissão, como no caso das instalações portuárias e industriais na área – que se estabeleceram devido à acessibilidade - e as consequentes habitações para os operários e ocupações irregulares, seja pela criação de leis que beneficiaram determinados setores da sociedade em detrimento de outros. Caso das marinas e residências de alto padrão, sendo que, mais recentemente com a flexibilização/modificação das regras para construir às margens do Canal, estimulou-se a disseminação dos condomínios fechados.

No entanto se percebe também, mais recentemente uma vontade política, expressa pelas falas dos atuais gestores, bem como pelas recentes legislações aprovadas pelo município, um maior comprometimento do poder público com as causas ambientais e climáticas, dentro dos limites impostos pela Câmara de Vereadores.

c) Que mudanças se processaram na área na relação com seus habitantes (usos, acessos, percepções)? E d) Que territorialidades são identificadas ao longo da porção urbana do Canal São Gonçalo (práticas, limites, pertencas)?

A resposta a estas questões é bastante complexa, assim como a forma como as margens foram ocupadas. O que caracteriza essa ocupação é o constante movimento: A princípio houve uma ocupação impulsionada, primeiro pelo estabelecimento das Charqueadas para produção do charque, em seguida pela necessidade de um Porto para escoamento dessa produção; a partir daí essa ocupação vai se estabelecendo de forma desordenada, a medida em que determinados grupos se voltam para a área. Existe um uso fundacional, que é o da **pesca**, os pescadores ali se estabeleceram, muitos por profissão, mas muitos, remanescentes das indústrias, que ou faliram, ou buscaram locais com maior incentivo e infraestrutura para suas plantas – aqui destaco a ação do poder público, que transferiu a planta industrial para a Zona Norte da área urbana. Outra consequência dessa são as dezenas de construções, que se constituem em “rugosidades” na paisagem, como o complexo do Engenho Cel. Pedro Osório e de outras indústrias na área portuária.

Existem as comunidades que eram vinculadas ao Engenho, que receberam seus terrenos “doados” pelo proprietário do engenho, mas não obtiveram a posse dos mesmos, nem a infraestrutura básica para residirem no local. Existe um uso que também é ligado à pesca, mas se caracteriza como sazonal, com pescadores que vem de outras cidades da região, durante a safra de camarão. Há os condomínios fechados ou bairros planejados, que se constituem como enclaves e uma espécie de “segregação voluntária”, que internalizam benefícios, que deveriam ser comuns e externalizam custos. Há a UFPel, que de forma difusa, se adapta ao ritmo imposto pela área. E **resistem/ (re) existem** as comunidades ribeirinhas, em sua maioria já consideradas irregulares, algumas em processo de regularização e outras em processo de extinção/desmobilização (Corredor das Tropas, Trapiche e Estrada do Engenho).

e) A partir da análise microescalar do território-paisagem da Barra, até que ponto os elementos identificados nas entrevistas, nas caminhadas e nas imagens configuram uma tomada de consciência do direito à cidade e à paisagem, caracterizando-se como cidadania paisagística?

O estudo de caso de uma pequena comunidade pesqueira no litoral sul do Rio Grande do Sul, se torna representativo dos elementos destacados na justificativa para a elaboração da pesquisa, pois apresenta as diversas nuances que devem ser consideradas ao propor alternativas ao modelo de planejamento urbano e territorial excludente neoliberal. A análise microescalar da Comunidade de Pescadores Artesanais da Barra, me permitiu uma aproximação com as populações mais afetadas, seja pelas mudanças climáticas, seja pelas políticas neoliberais. Por meio das caminhadas etnográficas, do navegar etnográfico, das entrevistas semiestruturadas, das imagens (antigas e recentes), confrontados com as ações mercadológicas e estatais, foi possível compreender a formação desse território-paisagem, na sua relação quase que simbiótica com o meio ambiente. Assim como pude constatar que a constante exposição aos riscos e as lutas pelos direitos básicos, formou e continua formando cidadãos mais conscientes do seu lugar no mundo, bem como do seu papel na comunidade de pertença.

Ao seguir as margens do Canal São Gonçalo, a tensão entre a fluidez das águas/vidas e a rigidez dos planos e muros revelou-se mais que um contraste: tornou-se chave interpretativa do território-paisagem.

No entanto, reconheço os **limites dessa pesquisa**. Um deles é a intensa difusão do modelo de planejamento urbano e territorial definido como planejamento estratégico. O modelo defendido por estudiosos do urbano como Castells e Borja (1996, 1990) e já evidenciado na justificativa desta pesquisa – GPUs, *city marketing*, cidade como mercadoria, cidade de luxo – que compreende a cidade como uma empresa e estimula a competitividade entre as cidades (Seixas, 2013; Vainer 2013). O oposto da lógica defendida pelo modelo de desenvolvimento urbano e regional defendido nesta tese, fundado nas especificidades regionais e na participação dos diversos atores (políticos, econômicos, sociais). Nessa linha de pensamento, posso destacar, a ação mercadológica sobre os espaços urbanos, a exemplo da ofensiva sobre o Decreto Lei 7072/2025 - Áreas de Risco (Pelotas, 2025), patrocinada pelo mercado imobiliário e defendida pelos vereadores da oposição, a fim de derrubar o decreto do executivo.

Como **perspectiva de continuidade desta pesquisa** posso destacar: i. comparar este caso com o de outras comunidades ribeirinhas; ii. aprofundar o diálogo sobre justiça ambiental e marítimo, entendendo que essas margens são um híbrido entre terra e água; iii. aprofundar a discussão considerando a perspectiva de gênero. Minhas incursões ao campo me fizeram perceber diferenças importantes na relação com a natureza, quando se olha e se vive sob a perspectiva feminina. A pertença, o cuidado, a espiritualidade, a referência à mãe das águas, a água como substantivo feminino, a fluidez dessa relação, me parecem elementos que reforçam a necessidade de um aprofundamento.

Finalizo assim, esta pesquisa me permitindo olhar para as nossas cidades de uma forma mais humana, mais fluida, menos técnica. Eventos recentes reforçam a urgência de políticas públicas que considerem os saberes e as especificidades locais. Se esta tese visou compreender como se faz cidade nas margens, esta conclusão é um convite a continuar o diálogo: com o canal, com quem dele vive e com quem o regula.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri & VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território - um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro**. Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015. DOI: 10.1590/0104-93132015v21n3p483. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23/03/2024.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. Trad. Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editores Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro**. Revista Mana 21(3): 483-498, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?format=html&lang=pt>. Acesso em 10/05/2025.

AL-ALAM, Tauê Cardoso. **De operário a universitário: transformações na paisagem do bairro Porto em Pelotas**. 2011. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/2218>. Acesso em: 8/08/2022.

ALVAREZ, Ricardo et al. Reflexiones sobre el concepto de maritorio y su relevancia para los estudios de Chiloé contemporâneo. **Revista Austral de Ciencias Sociales**. N. 36, p.115-126, 2019. Disponível em: <http://revistas.uach.cl/index.php/racs/article/view/5676/6781>.

ALMEIDA, Guilherme Pinto Amorim. **Porto Memória**. 2 ed. Pelotas RS: 222, 2022.

AMORIM, Nayara Cristina Rosa. **Rios em assentamentos informais: conflitos, possibilidades e estratégias**. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-31032021-140813/>. Acesso em: 08/08/2022.

ARISTÓTELES. **Física**. Livro IV. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

ARISTÓTELES. **Tópicos**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2005.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, David Tavares. **Ver, estar e ser (n)a paisagem: cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFFRJ, 2020.

BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. Territórios do cotidiano: uma introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995.

BARRETO, Fabricio. **Bem-vindo ao Porto: graffiti na paisagem da região portuária da cidade de Pelotas/RS**. Revista Mundaú, n.5, 2018, p.226-236. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/6864-Texto%20do%20Artigo-27378-1-10-20190417.pdf>. Acesso em 13/05/2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa e democracia no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

BERQUE, Augustin. **Les raisons du paysage: de la Chine antique aux environnements de demain**. Paris: Hazan, 1995.

BERTASO, João Martins. **Cidadania translocal: tecendo possibilidades**. <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/6673/3808>. Acesso em: 10/05/2024.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: Exercícios de Paisagem**. Trad. Annie Camb. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BLAKELY, Edward J.; SNYDER, Mary Gail. **Fortress America: Gated Communities in the United States**. Washington, DC: Brookings Institution Press; Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 1997.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Ideb: resultados por município – Pelotas (RS)**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 23/08/2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 08/03/2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2023). **IDEB: Pelotas/RS, anos iniciais, 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em 22/06/2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem populacional**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pelotas.html>. Acesso em 30/06/2025.

BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Espécies ameaçadas**. Brasília, DF: ICMBio, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/pan/pan-lagoas-do-sul>. Acesso em: 25/06/2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). SIMRPPN – **RPPN Pontal da Barra (Pelotas/RS)**. Brasília, DF: ICMBio, [s.d.]. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/698/>. Acesso em: 25/06/2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)/ Departamento de Patrimônio Material (Depam). **Paisagem Cultural – Proposta de Regulamentação**. Brasília: IPHAN, 2007.

BRAUN, Virgínia & CLARKE, Victoria. Conceptual and design thinking for thematic analysis. **Qualitative Psychology**, Volume 9, Issue 1 (Feb), 2022, p. 3–26. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2021-45248-001>. Acesso em: 03/04/2024.

BRAUN, Virgínia & CLARKE, BRAUN, Virgínia. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, 11(4), (2019). P. 589–597. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2159676X.2019.1628806>. Acesso em: 20/03/2024.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Segregação Urbana, enclaves fortificados e espaço público. IN: **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP: ED 34, 2000. p. 211-340.

CASEY, Edward S. **The fate of place: a philosophical history**. Berkeley: University of California Press, 1997.

CARRASCO, André de Oliveira Torres. **O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia**. Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo. Vol. 14(3). Campinas: Setembro-Dezembro 2017. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3874>. Acesso: 04/03/2021.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Trad. De Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLOSS, Lisiane; ROCHA DE OLIVEIRA, Sidnei. **Economia Criativa e Territórios Usados**: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. Cadernos FGV/EBAPE, V. 15, n.2, Artigo 9, Rio de Janeiro, ab/jun 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n2/1679-3951-cebape-15-02-00349.pdf>. Acesso em 18/05/2021.

COELHO, Raquel Hemerly Tardin. Los paisajes de la ciudad oculta. In: NOGUÉ, Joan (Org.). **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

CONSELHO DA EUROPA. **Recomendação R (95) 9**. Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, 11/09/1995.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia da Paisagem**. 2000. Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>. Acesso em: 21/08/2021.

CORCUFF, Phillippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Baurú/SP: EDUSC, 2001. p. 11-86.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. A geografia está em toda a parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, pág. 92-123.

CULLEN, Gordon. **A paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983.

DARDEL, Éric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução de Angélica Madeira. Apresentação e notas de Georges Bertrand. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DARONCO, Leandro Jorge. **À sombra da Cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul, segundo os processos criminais. (1840-1888)**. Dissertação (Pós-Graduação em História) / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. UPF: Passo Fundo, 2006.

DAVIS, Mike. **City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles**. London; New York: Verso, 1990.

DEBARBIEUX, Bernard. **Actualité Politique du Paysage**. Revue de Géographie Alpine | Journal of Alpine Research: 2007, nº 95-4. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/rga-382.pdf>. Acesso em: 15/09/2021.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. A lógica do condomínio ou: o síndico e seus descontentes. *Leitura Flutuante – Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise*, v. 1, n. 1, p. 1–8, 2009. Disponível em: https://www4.pucsp.br/cespuc/revistas/volume1/textoLeituraFlutuante_1-5.pdf. Acesso em: 15 /10/2025

ECKERT, Cornelia e Rocha, ANA Luiza Carvalho da. **Etnografia na rua e câmera na mão**. Revista Studium, n. 8. UNICAMP, Campinas: 2002.

ENSPFIOCRUZ. CE – Comunidade de Poço da Draga luta contra política de higienização social, elitização da área ditada pela valorização imobiliária e até a construção de um aquário gigante. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-comunidade-de-poco-da-draga-luta-contra-politica-de-higienizacao-social-ELITIZACAO-da-area-ditada-pela-valorizacao-imobiliaria-e-ate-a-construcao-de-um-aquario-gigante/>. Acesso em 14/06/2021.

ESSINGER, Cíntia Vieira. **Entre a fábrica e a rua: a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário, Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural)/ Universidade Federal de Pelotas. UFPEL: 2009.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2ª ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000299.pdf>.

GUTIERREZ, Ester; GONSALES, Célia. Pelotas: arquitetura e cidade. In: Rubira, Luís (Org.) **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. / (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte). v. 1: fac-símile da “Revista do 1º Centenário de Pelotas / João Simões Lopes Neto”, textos diversos e fotografias da cidade. – Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA RS / Gráfica e Editora Pallotti, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. **Revista Espaço e tempo**. GEOUSP. São Paulo, n.26, p.9-17, 2009.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELPER, Inácio; HAAS, Helga; AGNES, Clarice. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Universidade de Santa Cruz do Sul; 2. ed. -- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. Disponível em: <http://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books>. Acesso em: 22/05/2024.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HELPER, Inácio; HAAS, Helga; AGNES, Clarice. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Universidade de Santa Cruz do Sul; 2. ed. -- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. Disponível em: <http://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books>. Acesso em: 22/05/2024.

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries**. Cities and Society. University of California. California, 2009. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/6977c8xd>. Acesso em: 22/03/2023.

HOLSTON, James. **Spaces of insurgent citizenhip**. Planning Theory, n 13. 1995. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/5hw3n3kh>. Acesso em: 12/02/2023.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs).1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

IBANEZ, Jesús. **Perspectivas de la investigación social: el diseno em las três érspectivas**. In: Manuel Garcia Fernando, Jesus Ibanez y Francisco Alvira. El analisis de la realidade social: Métodos y técnicas de investigación. 2 ed. Madrid: Alianza Editorial, 1996, p. 51- 85.

IBANEZ, Jesús. **Cómo se realiza una investigación mediante grupos de discusión**. In: Manuel Garcia Fernando, Jesus Ibanez y Francisco Alvira. El analisis de la realidade social: Métodos y técnicas de investigación. 2 ed. Madrid: Alianza Editorial, 1996, p. 569- 581.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

DODOCE. Entrevista concedida ao Jornal do Laranjal. 2019.

KARPINSKI, Lila Fátima & ADOMILI, Gianpaolo Knoller. **Educação ambiental: Bairro Balsa e os conflitos socioambientais na criação do Campus Porto da UFPel/RS.** Revista do PPGEA/FURG-RS. V. 29, julho a dezembro de 2012, p. 1-18. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2756/1892>. Acesso em 02/05/2021.

KLEIN, Regina Maria Martins de Araujo. **Paisagem sustentada:** relações identitárias entre habitantes e espaço habitado na cidade de Curitiba, Paraná. Tese (Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana) - Escola de Arquitetura e Design da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7350628. Acesso em: 08/08/2022.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história:** As tramas da representação fotográfica. Projeto História, v. 70, pp. 9-35. São Paulo: jan. Abr., 2021.

KRUGER, Nino Rafael Medeiros, KRUGER, Caroline; RIBEIRO, Cristine Jaques. **Um movimento contra a violação de direitos: a Estrada do Engenho resiste.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/3LZPtYnRmdyDKcJWlFvNsXc/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15/05/2025.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. Versão online. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 10/05/2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOW, Setha M. **Behind the Gates:** Life, Security, and the Pursuit of Happiness in Fortress America. New York: Routledge, 2003.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro; BRANDÃO, leonardo. Os movimentos do fazer-cidade: Reflexões sobre uma utopia cidadina. **Revista Indisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 107–117, dez. de 2020.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; Vainer, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes: 2013. Pág. 121-192.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GRAEFF, Billy. **Análise Temática Reflexiva:** interpretações e experiências em educação, sociologia, educação física e esporte. *Motricidades: Revista SPQMH*, v. 6, n. 2, p. 115–130, maio/ago. 2022. DOI: 10.29181/2594-6463-2022-v6-n2-p115-130.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
MCKENZIE, Evan. **Privatopia: Homeowner Associations and the Rise of Residential Private Government**. New Haven; London: Yale University Press, 1994.

MELO, Vera Mayrinck. **Dinâmica das paisagens de rios urbanos**. Anais do XI Enanpur. 23-27 de maio de 2005. Salvador. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/334.pdf>. Acesso em 12/01/2022.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995.

MILHEIRA, Rafael Guedes; COLONESE, André Carlo. **Os pescadores cerriteiros do Pampa e Litoral Sul do Brasil e Uruguai: arqueologia, história indígena e conservação ambiental**. Revista de Arqueologia, v. 38, n. 3, p. 145–169, 2025. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1292>. Acesso em: 21/09/2025.

MOURA, Rosa. M.G.R. **Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados**. 2006. 248f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NEBEL, Gitana Cardoso da Silveira. **Conflitos ambientais no Pontal da Barra – Pelotas/RS – desde uma perspectiva etnográfica na educação ambiental**. 2014. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2014.

NEL-O, Oriol. La ciudad, paisaje invisible. In: NOGUÉ, Joan (Org.). **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

NOGUÉ, Joan (Org.). **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky de; FLORES, Rafael Kruter. **Conflitos no espaço urbano: um Cais Mauá de todos?** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 18, n. 2, p. 224–239, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5106>. Acesso em: 25 set. 2025.

OLIVEIRA, Livia de. **Percepção do meio ambiente e geografia: estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar**. Organização de Eduardo Marandola Jr.; Tiago Vieira Cavalcante. **São Paulo: Cultura Acadêmica**, 2017. 196 p.

ORTÍ, Alfonso. **La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: La entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo**. In: Manuel Garcia Fernando, Jesus Ibanez y Francisco Alvira. *El analisis de la realidade social: Métodos y técnicas de investigación*. 2 ed. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

PARQUE UNA PELOTAS: CONHEÇA O BAIRRO PLANEJADO. UP Imóveis. 17 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://blog.uprealiza.com.br/parque-una-pelotas-conheca-o-bairro-planejado/>. Acesso em 16/05/2025.

PELOTAS (RS). **Lei Municipal nº 7.366, de 5 de dezembro de 2024**. Reconhece comunidades ribeirinhas como patrimônio cultural, ambiental e urbano no município de Pelotas. Pelotas, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2024/737/7366/lei-ordinaria-n-7366-2024>. Acesso em: 11/01/2025.

PELOTAS (RS). **Lei nº 1.672, de 30 mai. 1968**. Aprova o Plano Diretor e suas diretrizes gerais e dá outras providências. Pelotas: Câmara Municipal, 1968.

PELOTAS (RS). **Lei nº 2.565, de 26 ago. 1980**. Institui o II Plano Diretor de Pelotas. Pelotas: Câmara Municipal, 1980.

PELOTAS (RS). **Lei Complementar nº 5.502, de 11 set. 2008**. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas. Pelotas: Câmara Municipal, 2008.

PELOTAS (RS). **Lei nº 6.636, de 3 out. 2018**. Altera a Lei Municipal nº 5.502/2008 (Plano Diretor de Pelotas) e dá outras providências. Pelotas: Câmara Municipal, 2018. (Publicada no *Diário Popular*, 4 out. 2018).

PELOTAS (RS). **Decreto nº 7.072, de 18 ago. 2025**. Regulamenta o inciso I do art. 175 da Lei Complementar nº 5.502/2008, alterada pela Lei nº 6.636/2018 (Plano Diretor do Município de Pelotas). Pelotas: Prefeitura Municipal, 2025.

PELOTAS (RS). **Lei nº 5.660, de 30 dez. 2009**. Institui o “Condomínio Horizontal de Lotes” no Município de Pelotas e dá outras providências. Pelotas: Câmara Municipal, 2009.

PELOTAS (RS). **Lei nº 6.540, de 8 jan. 2018**. Altera a Lei Municipal nº 5.660/2009, que institui o “Condomínio Horizontal de Lotes”, no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas: Câmara Municipal, 2018.

PELOTAS (RS). **Resolução COMPAM nº 005, de 6 jan. 2003**. Estabelece regramento para aplicação do art. 32 da Lei Municipal nº 2.565/1980 – II Plano Diretor do Município, fixando índices mínimos para áreas verdes e uso institucional em projetos de parcelamento do solo. Pelotas: Conselho Municipal de Proteção Ambiental, 2003.

PELOTAS. **Decreto nº 6.912, de 26 de agosto de 2024**. Dispõe sobre a conversão do Loteamento Residencial Bougainville para a modalidade de Loteamento de Acesso Controlado, 2024.

PELOTAS. **Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008** (revisada em 2018). Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Pelotas. Pelotas: 2018.

PELOTAS. **Geopelotas: Portal de Informações Geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas – GeoPelotas (Módulo Público)**. PMPel, 2022. Disponível em: <https://geopelotas-pmpel.hub.arcgis.com/>. Acesso em 10/02/2023.

PELOTAS. **Projeto de qualificação do Laranjal em exposição até 6ª**. Secom. 2006. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/noticia/projeto-de-qualificacao-do-laranjal-em-exposicao-ate-6%C2%AA>. Acesso em 25/10/2025.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PORTELLA, Adriana Araújo *et all*. **Devolvendo a cidade para as pessoas: Diretrizes de desenho urbano para a requalificação de um bairro histórico portuário**. Vitruvius 185.04 política urbana, ano 16, out. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5783>. Acesso em 21/08/2021.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 9-100.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem**. In: Dicionário IPHAN. 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Paisagem%20-%20Dicion%C3%A1rio%20Iphan.pdf>. Acesso em: 12/09/2021.

RIBEIRO, Sabrina Escobar Freitas. **Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, sul do Brasil**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia/ICH/UFPel, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/16461/Sabrina_Ribeiro_Tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 23/09/2025.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; RODRIGUES, Vagner Barreto. **Os bichos do campo na cidade: formas de habitar as margens**. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, v. 12, n. 1, p. 242–261, 2024.

RIO GRANDE DO SUL. SEMA (Secretaria do meio ambiente e infraestrutura). **Relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 2021.

ROBERTS, Brian. **A dimensão social da cidadania**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.12 n.33. São Paulo, fev. 1997.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos; DEL FIOLE, Paula Pedreira. **Registrar, jogar e criar: a caminhografia nos processos de transcrição da cidade.** *Revista GEARTE*, v.11, 2024.

ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje.** Trad. Maysi Veuthey. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades:** instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. *Revista Katalysis*, v. 6 n. 2 (2003): Cidade, participação, transformação. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6501>. Acesso em: 21/02/2022.

RUBIRA, Luís (Org.) **Almanaque do Bicentenário de Pelotas.** / Luís Rubira (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte). v. 1: fac-símile da “Revista do 1º Centenário de Pelotas / João Simões Lopes Neto”, textos diversos e fotografias da cidade. – Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA RS / Gráfica e Editora Pallotti, 2012. p. 336.

SÁ BRITTO, N. D. S. **Da cidade industrial segregada à cidade pós-industrial fragmentada:** reflexões sobre a (re)produção do espaço urbano na cidade de Pelotas-RS. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 3, p. 585-601, mês. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>.doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892>. geosp.2014.84539. Acesso em 22/09/2021.

SANEP. **Prefeitura aprova projeto para a Barra de Pelotas.** Notícias. 16/10/2025. Disponível em: <https://portal.sanep.com.br/noticia/prefeitura-aprova-projeto-para-a-barra-de-pelotas>. Acesso em 20/09/2025.

SANTA CATHARINA, Roberta Taborda. **Ordenanças urbanas e ideia de cidade:** o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX. 2012. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, RS, 2012.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** ANO I - Nº 1 - JAN-JUN 1999 - publicação on-line em dezembro de 2004. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_01/edicao1.htm. Acesso em 04/05/2021.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: **O Preconceito.** Julio Lerner editor. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 1996/1997, pág. 133-144.

SANTOS, Milton. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial.** *Revista Território*, ano IV, nº 6, jan/jun. 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SÃO PAULO. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. **Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em 07/09/2022.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 12-73.

SCHWANZ, Angélica Kohls; DETONI, Luana Pavan. Caracterização da Região Funcional de Planejamento 5: a centralidade de Pelotas e Rio Grande na Região Sul do RS. In: **Cidades Médias, Gestão Territorial e Desenvolvimento Regional**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. Pag. 149-197.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil**. Tradução e notas: Bertoldo Klinger; nota ao leitor e notas: F. de Paula Cidade. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SEIXAS, João. A reinvenção da política na cidade. In: **A cidade na encruzilhada: repensar a cidade e a sua política**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2013.

SGB – Serviço Geológico do Brasil- **Mapeamentos geológico-geotécnicos voltados para a prevenção de desastres. Atualização de Mapeamento Pelotas, RS**. Realização do Departamento de Gestão Territorial (DEGET) e Divisão de Geologia Aplicada (DIGEAP) Belém, 2025.

SILVA, Cláudio Santos da. **Inundações em Pelotas/RS: o uso de geoprocessamento no planejamento paisagístico e ambiental**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SILVA, Carlúcia Maria. Cidadania. In: Castro, CARMEM Lúcia Freitas de. Gontijo, CYNTHIA Rúbia Braga, AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (orgs). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2013.

SILVA, Thiago Cedrez da; SIMÕES, Elvis Silveira; GANDRA, Edgar Ávila. **Do papel para a edificação: uma análise do percurso histórico da instalação do Porto Público de Pelotas**. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 158, p. 197-216, julho de 2020.

MARTINS, Liza Bilhalva. **Lagoas de mulheres: pescadoras embarcadas e Educação Ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul**. Tese (Programa Pós-graduação em Educação Ambiental) Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), 2022. Disponível em: <https://earte.fe.unicamp.br/node/88475>. Acesso em 06/09/2025.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Oito observações para se pensar teórica e metodologicamente o desenvolvimento regional: uma contribuição ao debate. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; DE PONTI, Cidonea Machado, FELIPPI, Ângela

Cristina Trevisan (Orgs.). **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 36-63, 2020.

Sistemas de Proteção Contra Chuvas do Parque Una. Blog Exclusivesul. Disponível em: <https://exclusivesul.com.br/blog/sistema-de-protecao-contra-chuvas-do-parque-una/>. Acesso em 25/08/2025.

SOARES, Ana Paula Marcante. **O território mito da orla**: antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/108940>. Acesso em: 8/08/2022.

SULTANA, Farhana. **Suffering for water, suffering from water: Emotional geographies of resource access, control and conflict**. *Geoforum*, v. 42, n. 2, p. 163–172, 2011. DOI: 10.1016/j.geoforum.2010.12.002. Disponível em: ScienceDirect. Acesso em: 6/09/2025.

TETAMANTI, Juan Manuel Diez. Cartografía Social. Herramienta de intervención e investigación social compleja. El vertebramiento inercial como processo mapeado. In: TETAMANTI, Juan Manuel Diez et al. **Cartografía social**. Investigación e intervención desde las ciencias sociales, métodos y experiencias de aplicación; org. por Juan Manuel Diez Tetamanti y Beatriz Escudero. - 1a ed. – Comodoro Rivadavia: Universitaria de la Patagonia, 2012.

UNESCO. **Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural**, 1992. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 25/07/2021. Acesso em 25/03/2022.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-62.

VAINER, Carlos. Pátria empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes: 2013. Pág. 71-119.

VIANNA, Andruz (direção). **De baixo da ponte ou na beira do rio** [vídeo]. YouTube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jx65fCeNJsU>. Acesso em: 7/09/2025.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade fragmentada. O Planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2005.

VIRÓS, Itziar González, La percepción y el trazado del território latente. In: NOGUÉ, Joan (Org.). **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1979.

APÉNDICE

APÊNDICE I - ROTEIRO ENTREVISTAS

Entrevista 1 – Representante Universidade

Identificação:

Nome:

Faixa Etária:

Formação:

Vinculação profissional:

1. Nome completo? Ocupação/Função?
2. Quando a universidade começou o processo de instalação do Campus Anglo?
3. Os primeiros prédios ocupados (Faurb/Ila?)
4. Quais foram as primeiras ações? Houve consulta à população local?
5. Qual a reação da comunidade?
6. Quais os projetos e ações que envolvem a comunidade local?
7. Há algum projeto ou ação que valorize a paisagem na sua relação com a cidade e os habitantes?
8. Você notou algum processo de gentrificação após a instalação do campus?
9. Indicações de nomes de possíveis entrevistados.

Entrevista 2 – (Plano Popular Corredor das Tropas)

Identificação:

Nome:

Faixa. Etária:

Formação:

Vinculação profissional:

1. Nome completo? Ocupação/Função?
2. Como surgiu a proposta do plano participativo para o Corredor das Tropas e porque essa comunidade? Vocês levaram a proposta ou a comunidade os procurou?
3. Como foi a participação da comunidade?
4. Como se deu a relação com o condomínio Lagos do São Gonçalo e entorno (ou não houve)?
5. Como o grupo percebe a paisagem e como vocês acreditam que os moradores se relacionam com o meio? (considerando que o plano prevê tanto a patrimonialização da área como a relação com os animais)?
6. O projeto foi apresentado à Prefeitura? Se sim, como foi a recepção?

7. Indicações de nomes de possíveis entrevistados.

Entrevista 3 - (SEGRES/OTROPORTO – indústria criativa)

Identificação:

Nome: Faixa. Etária:

Formação:

Vinculação profissional:

2. Nome completo? Ocupação/Função?
3. Como e quando surgiu a Otroporto?
4. Qual a proposta da iniciativa?
5. Como se dá a relação com a população local de uma forma geral e das ocupações?
6. Quais as ações da Sagres no local?
7. Indicações de nomes de possíveis entrevistados.

Entrevista 4 – Gestores Públicos

Identificação:

Nome: Faixa. Etária:

Formação:

Vinculação profissional:

1. Nome completo? Ocupação/Função?
2. Quantos anos você trabalhou/trabalha na prefeitura? Quais as suas funções e qdo se aposentou?
3. Você participou de quantos planos diretores municipais ou revisões de planos?
4. Sobre a divisão territorial de Pelotas, há uma forma específica de gerir cada região administrativa? Há uma crítica, principalmente dos geógrafos quanto ao uso das palavras “região” e território – já que a região se refere ao espaço extraurbano...
5. Tenho a impressão que a área urbana do Canal sempre foi meio que esquecida pelos planos e ações do poder público... E se sim, a partir de quando a área passou a ser alvo do poder público?
6. A instalação do Campus Anglo alterou a forma como se percebia a área, quais os impactos?
7. Como a prefeitura tratava/trata das ocupações ao longo do Canal São Gonçalo?

8. Quanto a questão da paisagem e sua relação com os que ali habitam?
9. Quais projetos e ações foram previstos para a área?
10. Você percebe um aumento das ocupações ao longo do Canal? E a relação destas ocupações com os bairros projetados e Condomínios fechados...
11. Como são/eram definidas as prospecções arqueológicas nas áreas demarcadas como **sítio de interesse arqueológico**? Há determinação para que sejam feitas ao solicitar aprovação de projeto?
12. Na Área do entorno da ponte dos dois arcos e figueira (o que significa Foco especial de interesse cultural?)
13. Passo dos Negros (patrimonialização – áreas de especial interesse arquitetônico e cultural) – a AEIAC– tem a força de um tombamento ou das ZPPCs?
15. Parque linear São Gonçalo. O que está previsto?
16. Indicações de nomes de possíveis entrevistados.

Entrevista 5 – Gestores Públicos/Urbanismo

1. Nome e função
2. Você participou de alguma forma da revisão do Plano Diretor? Como você vê essa revisão?
3. Sobre a divisão territorial de Pelotas, há uma forma específica de gerir cada região administrativa? Há uma crítica, principalmente dos geógrafos quanto ao uso das palavras “região” e território – já que a região se referia ao espaço extraurbano...
4. Tenho a impressão que a área urbana do Canal sempre foi meio que esquecida pelos planos e ações do poder público... E se sim, a partir de quando a área passou a ser alvo do poder público?
6. A instalação do Campus Anglo alterou a forma como se percebia a área, quais os impactos?
7. Como a prefeitura tratava/trata das ocupações ao longo do Canal São Gonçalo?
8. Quanto a questão da paisagem e sua relação com os que ali habitam?
9. Quais projetos e ações foram previstos para a área?
10. Como você percebe o aumento das ocupações ao longo do Canal? E a relação destas ocupações com os bairros projetados e Condomínios fechados...

11. Como são/eram definidas as prospecções arqueológicas nas áreas demarcadas como **sítio de interesse arqueológico**? Há determinação para que sejam feitas ao solicitar aprovação de projeto?
12. Me parece que no que se refere à legislação a Área ao longo do canal, dos arroios e da lagoa possuem uma legislação robusta. O que falta? Como proteger ou reverter ações pontuais para modificar a legislação?
13. Esta área não deveria ser considerada de especial interesse social?
14. Parque linear. O que está previsto?
15. O pontal da Barra – ribeirinhos.
16. Indicações de nomes de possíveis entrevistados.

Entrevista 6 – Ongs

Identificação:

Nome:

Faixa. Etária:

Formação:

Vinculação profissional:

1. Nome completo? Ocupação/Função?
2. Você faz parte de algum grupo de pesquisa da UFPel, conhece o projeto de pesquisa “Margens: Grupos em Processo de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas”
3. Qual a sua ligação com a orla do Canal São Gonçalo?
4. Você percebeu um aumento das ocupações ao longo do Canal?
5. Qual o número de famílias/pessoas que vivem no passo dos Negros? Há um levantamento de quantos são descendentes de escravos da região?
6. Qual a sua percepção de como a prefeitura tem tratado das ocupações ao longo do Canal São Gonçalo?
7. Você tem ideia de quantos empreendimentos estão previstos para a área?
8. Condomínios fechados – pessoas que moram no passo dos negros e trabalham nestes condomínios...
9. Como você percebe a relação dos moradores da comunidade com o Canal São Gonçalo?
10. Lendas, tradições...
11. Indicações de nomes de líderes comunitários...

Entrevista 7 – Ongs (comunidades)

Identificação:

Nome:

Faixa. Etária:

Formação:

Vinculação profissional:

1. Nome completo? Ocupação/Função?
2. Há quanto tempo reside no Passo dos Negros (qual o nome oficial da localidade)?
3. Como a Ong foi criada e quando?
5. Quais os componentes da ONG?
6. Quais atividades a ong desenvolve e desenvolveu?
7. Como é a relação dos moradores com a ONG?
8. Qual o número de famílias/pessoas que vivem no passo dos Negros? Há um levantamento de quantos são descendentes de escravos da região?
9. Como você descreveria como a prefeitura tem tratado das ocupações ao longo do Canal São Gonçalo?
10. Como você percebe os empreendimentos previstos e existentes na área?
11. Fale sobre o Corredor das Tropas.
12. Como você descreveria a relação entre moradores dos condomínios fechados – pessoas que moram no Passo dos Negros e/ou trabalham nestes condomínios...
13. Quanto à questão da paisagem e sua relação com os que ali habitam? Com o Canal, com os animais, com a vegetação...
14. Indicações de nomes de líderes, moradores mais antigos...

Entrevista 8–Câmara de vereadores

Identificação:

Nome:

Faixa. Etária:

Formação:

Vinculação profissional:

1. Nome completo? Ocupação/Função?
2. Quantos mandatos?
3. Gostaria que você falasse sobre a sua relação com as questões ambientais.

5. Gostaria que você falasse sobre a questão da região administrativa do São Gonçalo/Lagoa dos Patos.
6. E a lei - Lei 7.366?
7. Demarcação/identificação/Relação com as águas?
8. Qual o número de famílias/pessoas que vivem no Passo dos Negros?
9. Como você descreveria como a prefeitura tem tratado das ocupações ao longo do Canal São Gonçalo e a CV?
10. Como você percebe os empreendimentos previstos e existentes na área?
11. Corredor das Tropas
12. Indicações de nomes de líderes, moradores mais antigos...

Entrevista 9 – Comunidades ribeirinhas

Identificação:

Nome:

Faixa. Etária:

Formação:

Vinculação profissional:

1. Nome completo? Ocupação/Função?
2. Qual a sua ligação com a orla do Canal São Gonçalo?
3. Você percebeu um aumento das ocupações ao longo do Canal/Laguna?
4. Qual o número de famílias/pessoas que vivem no Pontal? Todas permaneceram após as cheias? Morador(a) mais antigo? Como as cheias têm afetado a comunidade?
5. Qual a sua percepção de como a prefeitura tem tratado das ocupações ao longo do Canal São Gonçalo e em específico, no Pontal?
6. Você tem ideia de quantos empreendimentos estão previstos para a área e como você vê esta situação?
7. Como você percebe a relação dos moradores da comunidade com o Canal São Gonçalo/Lagoa?
8. E a participação na luta por melhorias e por permanecer no lugar?
9. Você se envolveu na elaboração da Lei dos ribeirinhos? Que benefícios a aprovação da Lei pode trazer para o Pontal?
10. Lendas, tradições...
11. Possibilidade de formação dos grupos (entrevista em grupo)
12. Indicações de nomes de moradores para contatos futuros...

APÊNDICE II – TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: **“A GENTE É DA ÁGUA”:** CIDADANIA PAISAGÍSTICA EM TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS DO CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS-RS, BRASIL

Pesquisadora Responsável: Angélica Kohls Schwanz

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Angélica Kohls Schwanz a obter fotografias, e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada **“A GENTE É DA ÁGUA”:** CIDADANIA PAISAGÍSTICA EM TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS DO CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS-RS, BRASIL” e concordo livremente em participar dela. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias e gravações ficarão sob a propriedade da pesquisadora.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável [Angélica Kohls Schwanz], pelo telefone [55 991720810], endereço [Rua José Pinto Martins, 444, Centro, Pelotas/RS] e/ou pelo e-mail (schwanzangelica9@gmail.com.br).

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra da pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **“A GENTE É DA ÁGUA”:** CIDADANIA PAISAGÍSTICA EM TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS DO CANAL SÃO GONÇALO, PELOTAS-RS, BRASIL”.

<p>_____</p> <p>Nome do participante ou responsável</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data:</p> <p>____/____/____</p>
---	------------------------------------